



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MÁRCIO ZACARIAS DOS SANTOS

**DOS ANTIGOS ENGENHOS BANGUÊS EM ALAGOAS ATÉ O APARECIMENTO
DAS PRIMEIRAS USINAS NA DÉCADA DE 1920**

MACEIÓ

2022

MÁRCIO ZACARIAS DOS SANTOS

**DOS ANTIGOS ENGENHOS BANGUÊS EM ALAGOAS ATÉ O APARECIMENTO
DAS PRIMEIRAS USINAS NA DÉCADA DE 1920**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História como requisito para obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Esp. José Roberto de Lima.

MACEIÓ

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S237a Santos, Márcio Zacarias dos.

Dos antigos engenhos banguês em Alagoas até o aparecimento das primeiras usinas na década de 1920/ Márcio Zacarias dos Santos. – 2022.
102 f. : il. color.

Orientador: José Roberto de Lima.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura)
– Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 99-102.

1. Cana-de-açúcar - Brasil. 2. Engenhos banguês. 3. Açúcar - Usinas - Alagoas. I. Título.

CDU: 981

A Deus pelo dom da vida, aos meus pais em especial minha mãe pelo apoio e incentivo aos meus estudos e por toda dedicação.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus em primeiro Lugar pelo dom da vida aos meus Pais Juvenal João dos Santos e em especial Minha mãe Benedita Zacarias dos Santos pela dedicação e todo esforço e apoio e torcida para eu entrar na universidade e principalmente desde os primeiros anos de estudos ainda na infância quando sempre estava presente nas reuniões escolares e sempre interessada em saber meu comportamento e meu boletim escolar, pequenos gestos e ações que me conduziram a trilhar esse caminho para concluir essa jornada acadêmica e por todos os ensinamentos morais e éticos para minha formação como ser humano.

Ao meu professor e orientador José Roberto de Lima chamado por todos como Robertinho um verdadeiro Professor humano que nunca deixou de me atender e quando necessário e principalmente por todo ensino e apoio com livros e suas preciosas orientações que me ajudaram a concluir esse importante trabalho acadêmico.

Sou eternamente agradecido a todos os professores que trilharam meu caminho desde o Ensino primário fundamental e médio e agora na universidade com certeza de cada um deles aprendi coisas boas que ajudaram na minha formação acadêmica.

Agradeço ao professor Alberto Vivar Flores o caríssimo mexicano de nascimento mais brasileiro de coração com suas inesquecíveis aulas de teoria de conhecimento que nunca se ausentou de ajudar e aconselhar quando necessário muito obrigado.

Agradeço também ao professor José Roberto Gomes da Silva onde tive o prazer e a honra de estudar história antiga por todos os ensinamentos e conhecimentos transmitidos muito obrigado. Obrigado a todos que me ajudaram nessa pesquisa direta ou indiretamente e a todos os meus sinceros agradecimentos e meu muito obrigado.

“Porque dele e por ele, e Para ele, São Todas as coisas; Glória, Pois, a ele eternamente.
Amém.” (Romanos 11:36).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a chegada das primeiras mudas de cana-de-açúcar no Brasil, trazidas pelo colonizador português Martim Afonso de Souza, e como foi seu processo de implantação nas terras brasileiras. Com a construção do primeiro Engenho de Açúcar no Brasil, no atual estado de São Paulo. Logo mais à frente, vamos mostrar em Alagoas, quando ela ainda fazia parte da capitania de Pernambuco, a construção dos seus primeiros engenhos de açúcar, os chamados engenhos Banguês, seus nomes, regiões e cidades onde foram construídos aqui no nosso estado. Vamos explicar as características de funcionamento e a mão de obra utilizada desde o escravo negro que chegou ao Brasil, nos chamados Navios Negreiros, quando eram levados cativos para as fazendas de cana do nosso estado para serem submetidos a todos os tipos de exploração. Vamos também relatar a luta dos negros dos quilombos dos Palmares, liderados por Zumbi e logo mais adiante com o fim da escravidão e com a Lei Áurea. Vamos mostrar também o uso do trabalhador livre e assalariado na agricultura. No último capítulo vamos mostrar a transição dos engenhos banguês e o aparecimento das primeiras usinas de açúcar construídas em Alagoas, logo depois da Proclamação da República em Alagoas até a década de 1920.

Palavras-chaves: Cana-de-açúcar. Engenhos Banguês. Usinas de Açúcar. Alagoas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the arrival of the first sugarcane seedlings in Brazil, brought by the colonizer Portuguese Martim Afonso de Souza, and how was its implementation process in Brazilian lands. With the construction of the first Sugar Mill in Brazil, in the current state of São Paulo. Just ahead, we will show in Alagoas, when it was still part of the captaincy of Pernambuco, the construction of its first sugar mills, the so-called Toothless mills, their names, regions and cities where they were built here in our state. We will explain the characteristics of operation and the labor used since the black slave who arrived in Brazil, in the so-called Negreiros Ships, when they were taken captive to the sugarcane farms of our state to be subjected to all kinds of exploitation. We will also report on the struggle of the blacks of the Palmares quilombos, led by Zumbi and soon after with the end of slavery and the Aurea Law. We will also show the use of free and salaried workers in agriculture. In the last chapter we will show the transition of Toothless mills and the appearance of the first sugar mills built in Alagoas, shortly after the Proclamation of the Republic in Alagoas until the 1920s.

Keywords: Sugarcane. Toothless devices. Sugar Mills. Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parque Natural Municipal Engenho São Jorge dos Erasmos.....	14
Figura 2 - Casa-Grande do Engenho Bananal Fernandes – Viçosa, AL.....	21
Figura 3 – Pilar: Casa-Grande Do Engenho Terra Nova.....	25
Figura 4 - Pilar: Igreja do Engenho Lamarão.....	26
Figura 5 - Marechal Deodoro: Casa-Grande do Engenho Cumbe.....	27
Figura 6 - Porto Calvo: Ruínas do Engenho Escorial.....	29
Figura 7 - São Luiz do Quitunde: Engenho Coronha.....	31
Figura 8 – Vila Real de São José do Poxim: 1774/1850.....	32
Figura 9 - Igreja Católica na Vila do Poxim: Vista Parcial.....	33
Figura 10 - Mapa de Alagoas: Área de cultivo da cana-de-açúcar.....	34
Figura 11 - Casa Grande do Engenho Olho d’água – Maribondo.....	38
Figura 12 - Pernambuco: Engenho Banguê D’ Água.....	39
Figura 13 - Engenho Banguê: tração animal.....	40
Figura 14 -Engenho Banguê: Moendas Horizontais.....	41
Figura 15 - Engenhos Banguês: Moendas de Três Rolos.....	42
Figura 16 - Engenho-Banguê: Cabeça de Porco - Barra de Santo Antônio.....	44
Figura 17 - Aldeamentos Indígenas em Alagoas.....	50
Figura 18 - Produtos e artefatos indígenas.....	51
Figura 19 - Índios em Alagoas: Museu Xucuru-Kariri - Palmeira dos Índios.....	53
Figura 20 - Serra da Barriga: Topo da Serra e Palmeiras.....	61
Figura 21 - Quilombo dos Palmares: peça teatral encenada em 2001.....	63
Figura 22 – Quilombo dos Palmares: Mucambos.....	64
Figura 23 - Alagoas: cana-de-açúcar.....	72
Figura 24 - Alagoas: Engenho a vapor Samambaia.....	80
Figura 25 - Alagoas: Usina Brasileiro: Ruínas da Usina Brasileiro.....	81
Figura 26 - Ruínas do Engenho Central Utinga Leão Rio Largo.....	84
Figura 27 - Alagoas: Usina Serra Grande.....	86
Figura 28 - Alagoas: Usina Cansação de Sinimbu.....	89
Figura 29 - Usina Sinimbu.....	89
Figura 30 - Alagoas: Usina Uruba.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alagoas: Evolução Do Número De Engenhos.....	43
Tabela 2 - Municípios Alagoanos Engenhos – Banguês.....	45
Tabela 3 - Mapa das aldeias indígenas da província de Alagoas Diretoria Geral dos Índios da Província das Alagoas. José Luiz Leite Pitanga, 25 de abril de 1861.....	48
Tabela 4 - Alagoas: Engenhos Banguês, século XIX.....	80
Tabela 5 - Alagoas: Usina Brasileiro.....	83
Tabela 6 - Alagoas: Usina Leão.....	85
Tabela 7 - Alagoas: Usina Serra Grande: Safra e produção.....	87
Tabela 8 - Alagoas: Usina Sinimbu.....	91
Tabela 9 - Alagoas: principais usinas por municípios.....	94
Tabela 10 - Produtos Alagoanos.....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	111
2. DA ORIGEM DA CANA-DE-AÇÚCAR A SUA CHEGADA AO BRASIL E EM ALAGOAS	133
2.1 CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS: INSTALAÇÃO DOS PRIMEIROS ENGENHOS BANGUÊS A CONSOLIDAÇÃO DA COLONIZAÇÃO	211
2.2 A ORIGEM DOS NOMES DOS ENGENHOS ALAGOANOS E POVOADOS, VILAS E CIDADES ONDE FORAM INSTALADOS	222
2.3 ÍNDIOS	466
2.3.1 A resistência indígena, até quando?	488
2.3.2 Povos indígenas: controle e aculturação	488
2.4 UM PEQUENO RECORTE SOBRE A PRESENÇA AFRICANA NAS ALAGOAS E O QUILOMBO DOS PALMARES	544
3. DO PROCESSO DE DECLÍNIO DOS ENGENHOS BANGUÊS AO APARECIMENTO DAS PRIMEIRAS USINAS ATÉ A DÉCADA DE 1920 NAS ALAGOAS	700
3.1 A INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS USINAS EM ALAGOAS	811
3.1.1 Usina Brasileiro: Aspectos Históricos	822
3.1.2 Usina Leão: Aspectos Históricos	844
3.1.3 Usina Serra Grande: Aspectos Históricos	866
3.1.4 Usina Sinimbu: Aspectos Históricos	888
3.1.5 Usina Uruba: Aspectos Históricos	911
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	977
5. REFERÊNCIAS.....	99

1. INTRODUÇÃO

Escrever sobre a História da cana-de-açúcar e seu cultivo em Alagoas, sobre engenhos banguês e usinas é algo bastante gratificante, pois me fez lembrar da minha infância, quando nas minhas férias escolares, na década de 90, eu viaja bastante para o interior de Alagoas, visitando tios (a) e primos (a) que moravam em fazendas com imensos canaviais, na qual uma grande quantidade de trabalhadores cortavam a cana, que logo depois eram processadas em fazendas pertencentes a usina Roçadinho no município de São Miguel dos Campos e também Laginha, na Cidade de União dos Palmares. No percurso de ida e volta das estradas e rodovias do interior, era impossível não enxergar o verde da cana presente em cada canto desse estado.

Ao iniciar esse trabalho, também me fez lembrar das histórias contadas pelo meus pais, que na sua infância e adolescência chegaram a residir em engenhos de açúcar e posteriormente, usinas de açúcar.

Do ponto de vista histórico, não é possível falar em História de Alagoas sem antes relatar a importância do cultivo da cana-de-açúcar e a construção dos primeiros engenhos e das usinas de açúcar para a sua formação histórica, social, política e econômica. Como bem falou Jaime de Altavilla, que também ficou conhecido como “príncipe dos poetas alagoanos”, quando escreveu o seu poema *Canto Nativo*: “Eu trago a minha terra em meus olhos, eu trago a minha terra em meu olfato, minha terra cheira a mel quente dos engenhos, minha terra tem o gosto ardente dos canaviais”. Do litoral a zona da mata alagoana, a presença e o cultivo da cana-de-açúcar continuam presente em Alagoas, desde os tempos coloniais.

A ideia deste importante trabalho é levar os leitores a conhecer mais um pouco sobre como começou o cultivo da cana-de-açúcar em Alagoas, desde o início da colonização até os dias atuais, quando a monocultura da cana ainda é importante para a economia de Alagoas.

O presente trabalho teve como finalidade demonstrar as origens da cana-de-açúcar e sua chegada ao Brasil, sua implantação em terras alagoanas, desde o início da colonização portuguesa no Brasil e, em especial, Alagoas ainda quando fazia parte da capitania de Pernambuco, as origens dos engenhos banguês em terras alagoanas, os seus nomes e locais de implantação.

Quanto à estrutura da monografia, no primeiro capítulo mostraremos características como povoamento, ocupação do norte de alagoas e a região do Poxim. No segundo capítulo vamos mostrar o processo de transição do engenho banguê para as primeiras usinas e também relatar o sucesso econômico das primeiras usinas, e mais na frente, o seu declínio econômico que ainda tem consequências para muitas usinas nos dias atuais. Vamos também explicar a

origem dos engenhos banguês em Alagoas e sua implantação no nosso estado e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Mostraremos o fim dos engenhos banguês e logo após a sua transição, a construção das primeiras usinas de açúcar em Alagoas até a década de 1920. Por último faremos as considerações finais apresentando o resultado da pesquisa.

Para a elaboração desse trabalho utilizamos livros, artigos, teses e dissertações de autores e pesquisadores consagrados na historiografia brasileira e alagoana, como por exemplo, as obras de grandes autores como Araken Alves de Lima em seu livro *Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX* (2014), Manuel Diégues Júnior com os seus livros: *O banguê nas Alagoas traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* (2012) e *População e açúcar no Nordeste do Brasil* (2012), e Cicero Péricles de Carvalho com sua obra *Formação histórica de Alagoas* (2016), entre outros.

2. DA ORIGEM DA CANA-DE-AÇÚCAR A SUA CHEGADA AO BRASIL E EM ALAGOAS

A teoria mais aceita pelos cientistas que estudam a respeito da cana-de-açúcar, argumentam que a sua origem histórica está associada ou identificada com as ilhas do arquipélago da polinésia que foi transportada por Alexandre o Grande, para ser cultivada na Pérsia (atual Irã) e daí se espalhou para a Sérvia, Egito e Sul da Itália, na Sicília. E só bem mais tarde é que ela chegou a Portugal, depois de muitas “idas e vindas”.

Posteriormente, ela foi transportada para ser cultivada no sul da Ásia. Desde da antiguidade ela era utilizada na medicina ou como tempero nas tarefas domésticas. São várias as versões da palavra açúcar na língua indo-europeia, como por exemplo, *Sukkar* em árabe; *Zuccher* em italiano; *Seker* em Turco; *Saccharum* em latim; *Zucker* em Alemão; *Sugar* em Inglês.

Os Árabes foram os responsáveis pela disseminação das culturas de cultivo da cana-de-açúcar no sul da Europa e no norte da África. “Os chineses, nesse mesmo período, levaram a cultura da cana para Java e Filipinas”, e os árabes no ocidente disseminaram o cultivo nas margens do mar mediterrâneo durante o século VII. (SILVA; SILVA, 2012, p. 15).

Que foram os Cruzados e os Árabes que introduziu no mundo europeu a cana-de-açúcar, (o grifo é nosso) é ponto que parece fora de dúvida. Foram eles os árabes senhores dos segredos da sua fabricação que os trouxeram do mundo ocidental ainda no tempo do medievo. daí o tomaram as Repúblicas italianas, especialmente Veneza que naquela época viviam do comércio e faziam o escambo entre os povos do mediterrâneo até o norte do continente europeu onde alias Von Lippman anota que fora Constantinopla(atual Istambul) a primeira capital europeia não Islâmica a receber o precioso Produto, o fato histórico comprovado é que a república veneziana monopolizou por certo período quase todo o açúcar que se consumia na Europa” (LOUREIRO, 1970, p. 12-13).

Anteriormente a 1470, Veneza já tinha diminuído apesar da sua posição geográfica favorável entre o Oriente e o Ocidente. Constantinopla já tinha caído em mãos do Turcos e aquela cidade italiana já tinha diminuído o seu poderio geográfico sobre a bacia do mediterrâneo no embate com outras cidades italianas e com outros inimigos comerciais e com os militares. O certo é que a partir de 1470 já começava a surgir em Portugal os primeiros canaviais tanto no sul de Portugal quanto na Ilha da Madeira (norte da África) assim como as suas primeiras refinarias de açúcar.

Foram os portugueses os primeiros a transportarem da Ilha da Madeira para a América portuguesa as primeiras mudas de cana e a instalarem os seus primeiros engenhos banguês de açúcar, e posteriormente os espanhóis nas ilhas das Canárias.

Foi no continente americano que a cana-de-açúcar encontrou sucesso em seu desenvolvimento. Isso aconteceu quando o navegador Cristóvão Colombo trouxe as primeiras mudas para São Domingo e com isso as lavouras com o cultivo da cana-de-açúcar se expandiram para Cuba e também outras ilhas do Caribe. Quanto a Portugal não podemos deixar de registrar a importante iniciativa de Martim Afonso de Souza.

Com o cultivo das primeiras mudas de cana na Ilha da Madeira no ano de 1533, fundou a capitania de São Vicente no local que hoje é próximo a cidade de Santos no estado de São Paulo. Deste modo, foi fundado o primeiro engenho de açúcar com o nome de São Jorge dos Erasmos (ver figura 1).

Diante disso, outras regiões do imenso território brasileiro foram também introduzidas plantações de cana-de-açúcar nos atuais estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, sendo que de todos esses estados o que mais obteve sucesso foi o estado de Pernambuco que no século XVI possuía em torno de 66 engenhos. Durante esse período o açúcar era uma mercadoria tão cobiçada e valiosa que foi chamado de ouro branco de tantas riquezas que produzia.

Figura 1 - Parque Natural Municipal Engenho São Jorge dos Erasmos.



Fonte: Santos (2017).

Essa imagem são os remanescentes do primeiro engenho de açúcar no Brasil chamado de São Jorge dos Erasmos que hoje possui uma área de 52 mil metros quadrados do corredor verde localizado no maciço montanhoso de Santos, Morro da Cachoeira, Morro Nova Cintra e

os bairros São Jorge e Caneleira. A área hoje abriga 100 espécies de vegetação e 87 de aves. Os remanescentes do Engenho do Governador, foram doados à Universidade de São Paulo (USP) em 1958, sendo tombados como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) em 1963, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) e pelo Conselho de Defesa do patrimônio Cultural de Santos (CONDEPASA).

O Engenho São Jorge dos Erasmos (Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos) situado em Santos é uma base Avançada de Pesquisa da USP, com sítio arqueológico e parque natural abertos a visitas e investigações científicas, entre outras atividades educacionais.

Apesar de não ser este o objetivo do nosso Trabalho de Conclusão de Curso: falar sobre patrimônio histórico ou monumento, é praticamente impossível deixar passar em “brancas nuvens” como diz o ditado popular, sem que não possamos também citar um dos mais famosos estudiosos desta temática para que possamos melhor avaliar a importância do monumento tombado pelo IPHAN, O parque histórico Engenho São Jorge dos Erasmos.

A Memória Coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos (...) que são herança do passado que se originam de uma palavra de origem latina “Monumentum” que quer dizer (mens-uma das funções essenciais do espírito, a memória e o verbo “Monere” Que significa “fazer recordar” de onde “avisar” “iluminar” instruir”. O monumento em si um sinal do passado ou tudo aquilo que pode se evocar o passado, “perpetuar a recordação” que tem como características ligar-se ao poder de perpetuação. (LE GOFF, 2003, p. 525-526).

Segundo Rodrigues e Ross, a cana enquanto vegetal:

Se Desenvolve em Touceiras formada por uma vasta área e outra subterrânea e na sua parte superior ou aérea faz parte os colmos, as folhas e as suas flores ou “Feiches” e na parte subterrânea são elas constituídas pelos rizomas e as raízes de onde saem uma nova touceira depois que a cana é cortada permitindo uma nova rebrota. (RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 13).

O plantio da cana-de-açúcar se dá por meio de mudas que são chamadas toletes, no período de seu desenvolvimento ela apresenta várias fases sendo que a primeira é chamada de germinação (ou brotação) que passa a ocorrer em um período de 20 a 30 dias depois do plantio. Isso acontece porque o colmo primário chamado de broto vai se desenvolvendo em direção a superfície do solo e com isso as raízes do tolete que foram plantadas surgem, assim há o aparecimento das primeiras folhas.

As fases de desenvolvimento da cana-de-açúcar são determinadas por vários fatores: estado nutricional, tratamento cultural e pelas as espécies utilizadas nesse plantio, e um dos

principais, no quesito geográfico que deve ser observada é a condição climática. (tipo de solo, fertilidade, luminosidade solar etc.)

Segundo Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues e Ross (2020) em sua obra *A Trajetória da cana-de-açúcar no Brasil*, argumenta o fato de que os portugueses haviam iniciado a produção de açúcar nas suas colônias insulares do atlântico como a Ilha da Madeira e dos Açores cujas características era muito parecida com o Brasil. A grande disponibilidade de terras e uma numerosa mão de obra local, foram fatores mais importantes e decisivos pela escolha de cultivar cana-de-açúcar nas terras do norte da África e nas terras brasileiras, mais tarde.

A chamada Ilha de São Vicente foi palco da primeira instalação de um engenho de açúcar em terras brasileiras durante o período da colonização portuguesa no Brasil.

A lógica para a escolha dessa ilha como um dos pontos iniciais para efetivar a colonização portuguesa era porque possivelmente seria um ponto estratégico para a manutenção do território na área do litoral, que era próximo do chamado trecho sul do tratado de Tordesilhas, ou seja, muito mais importante que as condições físicas para cultivar cana-de-açúcar. Os locais para instalar engenhos de açúcar durante o período da colonização eram escolhidos com bastante rigidez levando em consideração alguns fatores naturais como: relevo, a condição do solo e pluviosidade. Esses fatores foram determinantes para produzir cana-de-açúcar.

Assim, a localização tinha que ser próxima das fontes de água na qual os cursos facilitariam o acesso aos canais e aos locais onde a produção de açúcar era exportada e principalmente pelo fato de que a grande quantidade de água era muito necessária para o movimento da moenda para os engenhos que eram movidos pela chamada força hidráulica.

Outra característica era a necessidade de uma grande área florestal para suprir a demanda de lenha para aquecer as fornalhas e a madeira para as edificações em torno dos engenhos. (RODRIGUES; ROSS, 2020). Compreende-se que:

Durante os dois primeiros séculos da colonização, ai se plantou a cana e enraizou-se a dominação portuguesa. As moendas esmagaram a cana, retiraram-lhe o sumo e transformaram-se em doce açúcar. Mas o engenho representou também o esmagamento, o total aproveitamento da força de trabalho do negro escravo, trabalho convertido em capital originário, alavancado moderno capitalismo. (FERLINI, 1984, p. 28).

Os chamados donatários ganhavam e recebiam concessão e privilégios fiscais e jurídicos para implantar engenhos no prazo de até 3 anos, por exemplo, eles tinham isenção de taxas sobre a produção de açúcar, honrarias e títulos, ganhavam exclusividade na fabricação de moendas e engenhos de água, escravizar indígenas com um número ilimitado e tinham autorização para exportá-los para Portugal e também tinham permissão para conceder

autorização para construir engenhos e também receber tributos pelo comércio dos produtos fabricados no comércio do açúcar.

Na primeira colheita da produção de açúcar produzido no Brasil, Martim Afonso de Souza junto com o seu irmão Pero Lopes de Souza fecharam sociedade com comerciantes flamengos onde formaram a Sociedade dos Armadores do Trato na qual pode ser considerada a primeira empresa agroaçucareira do Brasil, na qual foi responsável por construir os primeiros engenhos de açúcar e pela exportação do açúcar português dentro da Capitania de São Vicente. E também pela importação das chamadas especiarias que chegavam da Europa e eram aqui vendidas aos portugueses. Até o ano de 1580 toda a produção de açúcar comercializada nas colônias portuguesas foi uma grande parte financiada pelos banqueiros genoveses e a sua distribuição no norte da Europa realizada por comerciantes flamengos.

Em 1534 a coroa portuguesa implantou no Brasil o chamado Sistema de Capitánias Hereditárias, assim o território brasileiro foi dividido em grandes e imensos lotes de terras que foram doados em caráter hereditário e vitalício à nobreza portuguesa, esta concedia a seus donatários a exploração e a colonização do território.

Desde o início da colonização era evidente o desejo da coroa portuguesa construir e instalar a indústria açucareira, deste modo, foi estipulado a tributação de 10% sobre todo o açúcar produzido durante esse período nas terras brasileiras. De acordo com Andrade:

Foi a demanda do açúcar no mercado Europeu que estimulou a migração de aventureiro sequioso de riquezas e de pessoas pobres para as capitánias recém instaladas. foi também a cultura de cana-de-açúcar, sempre necessitada de braços, que forçou o início do tráfico de escravos da África para o Brasil e a criação nas áreas produtoras de açúcar – zona da mata de Pernambuco e Recôncavo da Bahia – das primeiras concentrações demográficas do continente americano. (ANDRADE, 1997, p. 11).

Entre as Capitánias Hereditárias da região Nordeste as que mais se destacaram na produção de açúcar do Século XVI até o início do século XIX foram as de Pernambuco e da Bahia de todos os santos. Durante esse período a Capitania de Pernambuco abrangia a área do atual estado de Alagoas começando da margem esquerda do rio São Francisco terminando na foz do Rio Igarassu chegando até o meridiano de Tordesilhas.

Com a Emancipação Política de Alagoas, em 1817, esse limite foi alterado onde Pernambuco perdeu mais da metade do seu litoral para a província de Alagoas e com isso Alagoas conseguiu manter quase praticamente os mesmos limites ao norte. Lembrando que Alagoas só tinha duas fronteiras bem definidas: a do litoral atlântico e a do São Francisco.

Na capitania de Pernambuco os primeiros engenhos foram construídos em 1535 com autorização do donatário Duarte Coelho, o sucesso açucareiro foi tão grande que acabou

gerando a migração de diversos colonos portugueses e de moradores de outras capitanias como a do Porto Seguro e Ilhéus. Desta forma, no ano de 1585 a Capitania de Pernambuco já possuía 66 engenhos e um porto de exportação de açúcar, produzido na região Nordeste para Portugal através do porto do Recife.

Apesar de alguns dados quantitativos serem incertos por causa da falta de registros, o fato é que o desenvolvimento da produção e da cultura canavieira, desde o início da época da colonização, ocasionou modificações dentro do território brasileiro, como a alteração do uso da terra com a criação de canaviais, pastos e barreiras através do uso de técnicas originárias da Europa que eram inadequadas ao ambiente tropical, assim a expansão canavieira entre os séculos XVI e XIX levaram uma série de impactos socioambientais.

Na faixa costeira de Pernambuco encontravam-se solos aluviais de massapês e solos aluviais de “barro vermelho” aliados a um Clima quente com uma estação seca e uma estação úmida. A posição geográfica, mais próxima a Europa, favorecia a concorrência com as Capitanias do Sul.(...) Assim o Primeiro Engenho foi construído no vale do Beberibe-o nossa Senhora da ajuda- estendendo-se depois canaviais e engenhos pelos vales inferiores, Verdadeiras Várzeas do Capibaribe, do Pirapama, do Jaboatão, do Ipojuca, do Una, do Manguaba, do Camaragibe, do Santo Antonio Grande ,do Paraíba do Meio, do Mundáu, e do São Miguel, no Sul da Capitania. Nestes Vales Surgiram também as mais antigas povoações, hoje cidades de Pernambuco e Alagoas. (ANDRADE, 1997, p. 11-18).

O engenho denominado banguê era uma unidade complexa e autossuficiente e era, também, essencial dentro da produção agrícola e manufatureira. Os colonizadores portugueses que introduziram a cana-de-açúcar no Brasil e que também foram os primeiros a construíram as propriedades açucareiras e os engenhos banguês no Brasil, eram considerados como a “nobreza da Colônia” quase idêntica àquela de Portugal.

A posse de grandes extensões de terras e o controle de um grande número de pessoas que dependiam do engenho banguê no início da colonização acabou formando, no final do século XVI, a chamada classe dos senhores de engenho que eram em grande parte formada por portugueses e por alguns espanhóis, florentinos e flamengos.

O seu domínio estendia-se a outros moradores da região em torno do engenho, desde dos pequenos lavradores até aos pequenos proprietários rurais que estavam próximos de sua propriedade e estavam sob o seu domínio. O Catolicismo era a religião oficial e determinava a condição moral e social dessa sociedade durante todo o período colonial. Dentro dessa sociedade o culto aos santos católicos era extremamente importante, e isso acabou refletindo na construção e instalação dos engenhos, pois a grande maioria desses engenhos era construídos com o nome de muitos santos venerados pela igreja (SCHWARTZ, 1988).

O termo engenho no início sempre esteve associado às instalações. Nele acontecia o processo de esmagamento e beneficiamento da cana, que com o passar dos tempos, foi esta

concepção se ampliando e se estendendo também a toda a sua área de propriedade agrícola, suas terras, suas lavouras e, mais tarde, ao próprio negócio em si, enquanto empreendimento capitalista.

Além do problema da escassez de mão-de-obra que foi solucionado utilizando-se a mão-de-obra escrava indígena e africana; outro problema seríssimo foi, a questão do financiamento que foi conseguido através dos financiamentos obtidos na metrópole oriundo de comerciantes e banqueiros judeus enriquecidos com o comércio das especiarias estabelecidas na Holanda e na Alemanha.

A chamada sociedade açucareira aqui no Brasil se desenvolveu com características eminentemente rural destinada a produzir açúcar cuja industrialização é feita imediatamente após a colheita da cana em menos de 72 horas, após o seu corte, sob a pena de deteriorar-se.

Quanto a questão do uso destas terras:

Os engenhos e depois as Usinas estavam estabelecidas nos vales úmidos da área, esses vales constituíam apenas uma parte muito reduzida da extensão total das referidas propriedades que envolviam áreas ladeiradas, áreas de tabuleiro, áreas planas e altas, além do próprio Vale. (HERÉDIA, 1989, p. 50).

As terras do engenho eram divididas segundo o seu uso, onde haviam terras destinadas a locais de residência, terras destinadas à criação de gado, terras das reservas (matas), as grotas e as chãs dedicadas ao cultivo dos trabalhadores.

O que se destaca geralmente na parte mais alta e elevada destes vales, é a famosa Casa-Grande do Engenho, que era local de moradia do senhor de engenho e da sua Família. Juntamente com a Casa-Grande do Engenho tinha a Capela destinada a homenagear o Santo protetor ou de maior devoção da sua Família. A Casa-Grande (ver exemplo na figura 2) era símbolo arquitetônico poder e prestígio pessoal frente aos demais membros da sociedade local e, às vezes, até regional.

Os senhores de engenho tinham enormes propriedades e uma numerosa escravaria, (adquirida por elevado preço), que deveriam trabalhar no plantio, colheita e beneficiamento da cana, além de montar as engrenagens do engenho com todos os equipamentos necessários a sua produção, condicionar nas caixas ou nas barricas e serem levados para os portos, próximo ao litoral.

Bem abaixo do senhor de engenho, a nível de status social, estavam os lavradores proprietários ou os lavradores rendeiros. E mais tarde os empregados que habitavam o engenho. Entre o senhor de engenho e os escravos estavam os moradores livres que moravam nas terras marginais fora da grande propriedade dos senhores de engenho. Não podemos esquecer que o engenho era:

Uma complexa combinação de terras, técnica (e tecnologia- o grifo é nosso) ,trabalho compulsório, empresa e capital ,que abrangia as Moendas, Os partidos de Cana, Os Pastos, as Senzalas, a Casa-Grande, os escravos, e os equipamentos. Atividade peculiar, que combinava no campo a ‘plantation’ e o processo Semi-industrial de transformação da cana e a economia açucareira que criou uma sociedade ‘Sui-generis’, com uma hierarquização interna de poderes e dependência mais diversificada (...) O valor de um engenho, com suas Terras, aparelhamento ,Culturas e benfeitorias, era calculado em 1635, em cerca de Sessenta mil Cruzados e no final do Século XVIII, o Valor de um engenho, no litoral girava em torno de 8 mil libras. (FERLINI, 1984, p. 42).

Além da Casa-Grande que sempre cumpriu as funções de residência, fortaleza e hospedaria para receber estrangeiros e até brasileiros de outras regiões, ela também serviu como escritórios, onde administrava-se os negócios. Além disso, as senzalas eram construídas debaixo da Casa-grande, elas abrigavam os escravos, esses, moravam em onde as péssimas condições de higiene e salubridade que colocavam geralmente em risco a vida dos escravos.

Havia também a famosa Capela que era um elemento importantíssimo na vida dos engenhos e da comunidade que existia ao seu redor. A Capela tinha um papel indispensável no sistema da vida social, político, econômico e cultural de cada comunidade, nela realizavam-se missas, batismos, primeira comunhão, casamentos e demais festas religiosas e não- religiosas.

É a historiadora Vera Lúcia do Amaral Ferlini na sua obra *A Civilização do Açúcar (Séculos XVII e XVIII)* (1984), quem nos apresenta as características mais essenciais de uma Casa-Grande, a saber:

Uma Grande Casa de Paredes de alvenaria, assentada a cobertura de telha(de barro-o grifo é nosso) sobre 22 pilares dobrados, com uma varanda em roda, a cobrir picadeiros de pedra e cal ou seja, os depósitos de canas que os carros vem trazendo para a moagem, de onde são retirados para ser lançadas á moenda. Desdobra-se a Construção em casas de caldeiras, com suas fornalhas; ‘casas de purgar’ onde se recolhe o açúcar nas ‘ Formas’; caixaria; onde se pesa e se encaixa o açúcar com quatro balcões ou grandes tabuleiros que sobre rodas e trilhos, saem com o açúcar ao sol para secar além da existência (o grifo é nosso) do curral, do cais-de-pedra e cal ou toda a extensão de uma das suas Varandas. (FERLINI, 1984, p. 30).

Figura 2 - Casa-Grande do Engenho Bananal Fernandes – Viçosa, AL.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p. 47).

2.1 CANA-DE-AÇÚCAR EM ALAGOAS: INSTALAÇÃO DOS PRIMEIROS ENGENHOS BANGUÊS A CONSOLIDAÇÃO DA COLONIZAÇÃO

A história da construção dos primeiros engenhos de açúcar em Alagoas quase sempre se confunde com a própria história do estado alagoano, este no passado, durante o início da colonização, fazia parte da Capitania de Pernambuco e com a sua Emancipação Política em 1817 se tornou província durante o Império. Através do comércio do açúcar e do seu esplendor nos dias de glória, surgiram no período colonial as primeiras Comarcas Capitania, e no período Imperial surgia a província. Com a Proclamação da República, Alagoas se tornou Estado-Federativo.

Não podemos esquecer que a instalação dos primeiros engenhos ou a instalação dos primeiros povoados (depois transformados em vilas) envolveu historicamente o processo de assimilação, aculturação, catequese, escravidão e extermínio das populações indígenas de Alagoas. À medida que se intensificou este processo civilizatório boa parte das populações indígenas de Alagoas desapareceram ou foram exterminadas. Os Caetés, os Potiguares, os

Pipianos, e várias outras populações indígenas do agreste e sertão de Alagoas, participaram do movimento de resistência indígena na Guerra do Açu, Guerra dos Bárbaros ou Guerra dos Cariris no alto sertão alagoano (aprofundaremos sobre essa questão mais adiante).

Os primeiros desbravadores de Alagoas no período colonial exploraram nossa terra e construíram os primeiros engenhos que foram os primeiros fundamentos da nossa colonização. Do ponto de vista histórico é impossível relatar a história de Alagoas sem a contribuição do açúcar para o seu desenvolvimento econômico, deste modo, aos engenhos de açúcar deve-se sua evolução econômica.

Os engenhos banguês foram bastante influentes na sociedade alagoana, eles se estenderam até as últimas décadas do século XIX quando surgiu a Revolução Industrial. As novas técnicas de produção de açúcar começaram a surgir em Alagoas, e com isso também veio a extinção do trabalho escravo com a Lei Áurea, assim, depois de algum tempo “aparece” o trabalho livre, para substituir a mão-de-obra escrava. E logo após aparece outra forma de relação econômica entre o senhor de engenho e seus trabalhadores, estes passam a ser moradores do engenho. Posteriormente, surge o usineiro, e com o surgimento da Usina, também chegam os lavradores, (mais adiante eles tornam-se os fornecedores da cana para as usinas, entre o final do século XIX e início do século XX.

2.2 A ORIGEM DOS NOMES DOS ENGENHOS ALAGOANOS E POVOADOS, VILAS E CIDADES ONDE FORAM INSTALADOS

Diante do exposto, vamos relatar sobre a origem dos nomes dados aos engenhos alagoanos. Na obra *o Banguê nas Alagoas* (1980) Manuel Diegues Júnior faz a citação de dezenas de nomes de engenhos alagoanos entre eles estão: Buenos Aires, Escurial, Morro, Bom Jesus, Maranhão, Santo Antônio, Carrilho, Espírito Santo, Unussu, Rio Formoso, Terra Nova, Mija Velha, Flor da Paraíba, Nossa Senhora da Ajuda, Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora das Mercês, Garça Torta, Engenho Velho, Pilarzinho, Pilar, Grajaú de Baixo, Grajaú de Cima, Lamarão, Engenho Salgado, Engenho Novo, Cachoeira, Pratiagi, Pau Amarelo, Engenho Rocha, Rio Largo, Riachão, Bom Jardim, Utinga, Cachoeira do Mirim, Itamaracá, Santa Luzia, Satuba, São Miguel, Sinimbu, Mata Redonda, Poço, Ribeira, Água Comprida, Água Clara, Água Fria, Riacho Branco, Riacho de Pedras, Poço Redondo, Jitituba. E muitos outros aqui não citados:

Ao Começo do século XVIII, em 1718, contava Alagoas ,somente a vila das Alagoas,²³ engenhos, número esse que ascendeu em 1730 a 47. em 1749 possuía a Comarca 61 engenhos. Nas últimas décadas do século XVII, Segundo se depreende da Idéia da População da Capitania de Pernambuco, Haviam na Vila de Porto Calvo 33 engenhos, dos Quais 4 de fogo morto; na das Alagoas 30 engenhos, e na do Penedo

9 engenhos. Segundo as freguesias assim se Localizavam; 12 engenhos, todos de bestas, em Porto Calvo.11 em Camaragibe, 5 em São Bento,2 em Meirim,10 em Alagoa do sul,9 em São Miguel,8 em Alagoa do Norte,3 em Santo Antônio Meirim,7 em penedo e 2 em Poxim (10).nos primórdios do século XIX o número de engenhos estava elevado para 120 “reputados bons”,segundo Vilhena (11).era de 316 o número de banguês na metade do século XIX, época que se registra o surto da produção, de modo a anotar-se, em 1859,a existência de 479 engenhos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 114).

Muitos dos engenhos se originaram de nomes de rios, lagos, lagoas, acidentes geográficos, nome de famílias, santos e santas da igreja católica. Outros se originaram de nomes ligados às matas, florestas e até mesmo rios e lagoas da região onde eles foram instalados.

As cidades, vilas e povoados onde estavam localizados esses engenhos de açúcar deram origem a alguns dos municípios, citamos como exemplo, os atuais municípios de Pilar, Rio Largo, Marechal Deodoro, Coruripe, São Luís do Quintunde, São Miguel dos Milagres, Boca da Mata, São José da Lage, Atalaia, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio e a atual capital de Alagoas, Maceió.

Segundo a teoria defendida pelos historiadores mais antigos, Jayme de Altavila, Moreno Brandão, João Craveiro Costa, Tomás Espindola, Geoselia da Silva Pinto e Isabel Loureiro que defendem a tese que a cidade de Maceió teria se originado em torno do Engenho Massayó de propriedade de Apolinário Fernandes Padilha e também do fato de que quando estava construindo os alicerces da Assembleia Legislativa encontrou-se restos do antigo Engenho Massayó. Então, por que Maceió não teria se originado de um engenho? Foi assim que se construiu essa teoria.

Fundamentando-se também no fato de que das quatro cidades históricas de Alagoas: Porto Calvo, Alagoas do Norte (Santa Luzia do Norte) Alagoas do Sul (Marechal Deodoro) e Penedo (a única que não se originou de um engenho de açúcar), do contrário das demais cidades históricas citadas.

E por analogia, acreditou-se que essa teoria da cidade de Maceió ter se originado de um engenho, ganhou corpo e acreditou-se que ela era verdadeira. Até certo ponto sim, mas o historiador Moacir Medeiros de Santana encontrou nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas o Testamento do Coronel Apolinário Fernandes Padilha, no qual consta que Maceió nasceu e se desenvolveu em torno de um grande mangue, e que o engenho só moeu duas safras.

Os terrenos inundáveis de mangues eram impróprios para o plantio da cana, e só por ter moído duas vezes demonstra que o engenho era antieconômico e não poderia ele ser o sustentáculo econômico e social responsável pela vida econômica na cidade de Maceió, assim

sendo, Moacir Santana reelaborou uma outra teoria sobre a origem de Maceió fundamentada no Porto de Jaraguá, este teria dado origem a cidade, e em torno dele, ela se desenvolveu.

Voltando para a discussão em torno dos engenhos banguês em Alagoas, vamos nos utilizar de uma análise descrita por Douglas Apratto Tenório e Carmem Lúcia Dantas em sua obra *Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas Grandes das Alagoas* (2010), onde eles afirmam que determinados municípios e Antigas Vilas e povoados de Alagoas que se transformaram em cidades através do cultivo e beneficiamento, e comércio do açúcar, produzidos pelos engenhos banguês lá no início do período colonial ou pouco depois deste período histórico, observando-se caso a caso, onde se inserem os Municípios do Pilar, Rio Largo, Marechal Deodoro, Santa Luzia do Norte, Porto Calvo, Coruripe, São Luiz do Quitunde, Boca da Mata, São José da Lage, São Miguel dos Milagres, Atalaia, Matriz e Passo de Camaragibe, Porto de Pedras, Barra de Santo Antônio e Vários Outros Municípios e a Própria Capital do Estado de Alagoas, a cidade de Maceió que segundo já foi argumentado anteriormente teria se originado de um engenho banguê (tese que está atualmente concebida como já ultrapassada historicamente).

O município de Pilar, por exemplo, segundo nos relata o historiador Sergio Roberto Cavalcante de Moraes em sua obra *Pilar das Alagoas: Recanto de coisas Boas* (2005), refere-se a origem daquela cidade afirmando que:

As margens da Lagoa do Sul (Manguaba) formou-se uma pequena Vila de Pescadores e no século XVII Gabriel Soares Fundou o Engenho Velho que em 1750 passou a pertencer ao português Matheu Casado e foi a partir daí da implantação dos engenhos de açúcar no Pilar que a Vila começou a Crescer. Esse engenho que praticamente deu origem a cidade e ficava localizado nas proximidades da igreja de N.Senhora do Rosário onde existia a capela de São Matheus o primeiro padroeiro do Pilar. (MORAES, 2005, p.16).

Entretanto, o historiador Douglas Apratto Tenório um dos co-autores que escreveu para a Enciclopédia Municípios de Alagoas (organizada pelo instituto Arnon de Melo em 2006), assim se posicionou sobre a origem do Pilar:

O mais correto é supor que Alarcão Ayala proprietário do Engenho Velho, de origem espanhola, tenha escolhido Nossa Senhora do Pilar como padroeira da igreja colonial em torno do seu engenho de açúcar e daí tenha se originado a primitiva povoação. A Santa é muito venerada pelos hispânicos e Zaragoza, a cidade onde teve início o seu culto (...)é até hoje, é um dos mais importantes santuários marianos da Europa. Enciclopédia Municípios de Alagoas (TENÓRIO; CAMPOS; PÉRICLES, 2006, p.20)

Figura 3 – Pilar: Casa-Grande Do Engenho Terra Nova.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p. 53).

Figura 4 - Pilar: Igreja do Engenho Lamarão.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p.50).

Para que possamos ter uma ideia, ou melhor, avaliarmos esta questão, o antigo Alarcão Ayala que instalou o Engenho Velho foi estendido a sua ancestralidade até o famoso Barão de Mundaú no Primeiro Império brasileiro. O mais importante é ressaltar o fato de que em Pilar se produzia, em larga escala, açúcar originário dos engenhos Lameirão, Novo, Gurjaú de Cima, Gurjaú de Baixo, Boa-Cica, Terra Nova, Flor do Paraíba, Brejo, Camaru-Pim, Salgado, Volta, Quebra-Carro, Subáuma Mirim, Chã da Terra Nova, Pilar e Pilarzinho. Havia um documento de 1854 acusando a existência de 16 engenhos no Pilar em plena atividade produtiva.

Figura 5 - Marechal Deodoro: Casa-Grande do Engenho Cumbe.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p.55).

Marechal Deodoro é uma das quatro cidades históricas mais antigas de Alagoas, na época colonial era chamada de Alagoas de Subaúma ou Sumaúma por causa do rio que atravessa o seu município. Também teria se originado de um engenho de açúcar, cujos os primeiros a serem instalados na região teriam sido o de Nossa Senhora da Anunciação de São Gabriel e o engenho de Nossa Senhora do Rosário.

Depois vieram os engenhos: Boca da Caixa (hoje em ruínas com poucas paredes), Piedade, Carrobas, Riacho Branco, Hortelã, Oitizeiro, Lama, Cafundó, São Caetano, Sumaúma, Galhofas, Congo, Gurganema de Baixo, Praturaes e Tapera.

O município teve o seu nome mudado de Alagoas para Marechal Deodoro com o objetivo de homenagear o seu filho mais ilustre, o proclamador da República e herói da Guerra do Paraguai, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892).

O município teve o seu crescimento e desenvolvimento associado à cultura da cana-de-açúcar, cujo único empreendimento industrial deste porte instalado no município é a Usina Sumaúma do Grupo Toledo (na atualidade). Marechal Deodoro é terra do pintor Rosalvo Ribeiro, do cientista Ladislau Neto, e do músico Nelson da Rabeca, entre outros inúmeros

artistas populares, além dos artesãos que com suas “mãos de fada” produzem o Filé, o Labirinto, o Redendê, o Fuxico, a Renda de Bilro, esses são os delicados trabalhos da singeleza que já são reconhecidos pelo IPHAN e o Governo do Estado de Alagoas. Marechal também é uma das capitais do Barroco em Alagoas.

O município de Rio Largo também se originou do engenho de açúcar, devemos lembrar que ele lá no passado colonial teria se originado de um processo de expansão geográfica do antigo território de Alagoas do Norte (atual Santa Luzia do Norte) tanto em direção ao vale do Rio Satuba quanto ao Rio Mundaú, redundando na implantação e na ocupação da região do atual município de Rio Largo.

Instalado os primeiros engenhos de açúcar no seu território, que no passado pertenciam a Alagoas do Norte onde foram instalados engenhos como: Rio Largo, Utinga, Cachoeira do Regente, Grajáú, Pratagi e Cachoeira do Mirim. No passado em Rio Largo se instalaram as Usinas Santa Clotilde e a Utinga Leão.

É Rio Largo a terra de nascimento de Arnon Afonso de Farias Melo (1911-1983), este nasceu no Engenho Cachoeirinha, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro onde foi jornalista até se candidatar e ser eleito como Governador do Estado de Alagoas enfrentando o Clã Góis Monteiro na década de 1950.

A região norte, formada pelos municípios que vão de Maragogi até a Barra de Santo Antônio, teve a Vila de Porto Calvo como o local que evoluiu de um forte núcleo urbano fortificado para um dos principais núcleos da política, que era chamado Alagoas Boreal. Essa região se tornou um verdadeiro território da chamada “rota do açúcar” e com isso formou a aristocracia rural e influente, antes mesmo que a Província de Alagoas ganhasse sua autonomia institucionalmente.

É importante registrar que Cristóvão Lins com Jorge de Albuquerque depois de terem matado, escravizado ou e expulso os potiguares da região Norte de Alagoas é que depois disso se começa a ocupação e exploração da terra tendo ele recebido.

Figura 6 - Porto Calvo: Ruínas do Engenho Escurial.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p.143).

A Sesmaria de Duarte Coelho Pereira em terras portocalvenses fundou os seguintes engenhos: Buenos-Aires, Escurial, Morro, Baixo e Maranhão. Depois foram se subdividindo, formando outros engenhos por questões de herança e partilha dos bens e até mudaram de nomes e proprietários ao longo do processo histórico.

E de acordo com o historiador Dirceu Lindoso citado por Tenório e Dantas:

O Rio Manguaba era um dos principais roteiros da civilização Europeia dos Séculos XVI e XVII que penetrou no interior da chamada Alagoas Boreal que na verdade era um caminho de índios e Colonos ,Portugueses e espanhóis e também de Soldados e dos Comerciantes das índias Ocidentais em, suas margens foram plantados os chamados primeiros núcleos e centros de colonização os chamados engenhos de açúcar que eram eles Porto Lino, Bateria, Tibau, Pinheiro, Estaleiro, Porto das ostras, Porto Gercino, Bar baça, Preguinha e no chamado vale do Grapiúna os engenhos ‘‘Caxangá,’’ ‘‘Areal’’, ‘‘Sabiaú’’ e o ‘‘Capivara’’. (TENÓRIO; DANTAS, 2010 p. 26).

Porto Calvo a cidade que foi palco das lutas contra os holandeses, também é o lugar onde começou a chamada economia canavieira. Entre os seus filhos mais ilustres, destaca-se

Domingos Fernandes Calabar. Nessa região ainda existem alguns engenhos históricos do período da colonização, são eles: Caxangá, Comandatuba (que pertencia a Calabar), ainda existe o engenho Água Fria (que está um pouco conservado), e o Estaleiro (ainda em condições de funcionamento).

O famoso engenho Escurial é considerado como um dos mais antigos do país, pois ele remonta ao período inicial da colonização portuguesa em solo alagoano, no momento atual existe apenas o seu bueiro do núcleo original, enquanto construção ou edificação.

Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe e São Luís do Quitunde: uma história em comum. Desses três municípios, Matriz de Camaragibe e São Luiz do Quitunde estão inclusos na zona da mata de Alagoas, enquanto região geográfica. E Passo de Camaragibe está incluso no litoral norte de Alagoas, porém todos os três municípios têm em comum o fato de todos eles terem se originado de antigos engenhos banguês, lá no início do período colonial, associados de forma direta ou indiretamente, com o início da fundação de Porto Calvo por volta de 1575/1585 que influenciou decisivamente sobre os três municípios citados, onde Matriz de Camaragibe é conhecida como “Princesa do Norte”.

Cujo seu núcleo de povoação foi desenvolvido quando Brites Pimentel proprietária de terras e engenhos doou um de seus engenhos ao seu irmão José de Barros Pimentel, este doou parte de suas terras para que Gonçalo Moreira construísse a Igreja de Bom Jesus no alto do Morro (povoado que teve seu início no século XVII).

Figura 7 - São Luiz do Quitunde: Engenho Coronha.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p. 25).

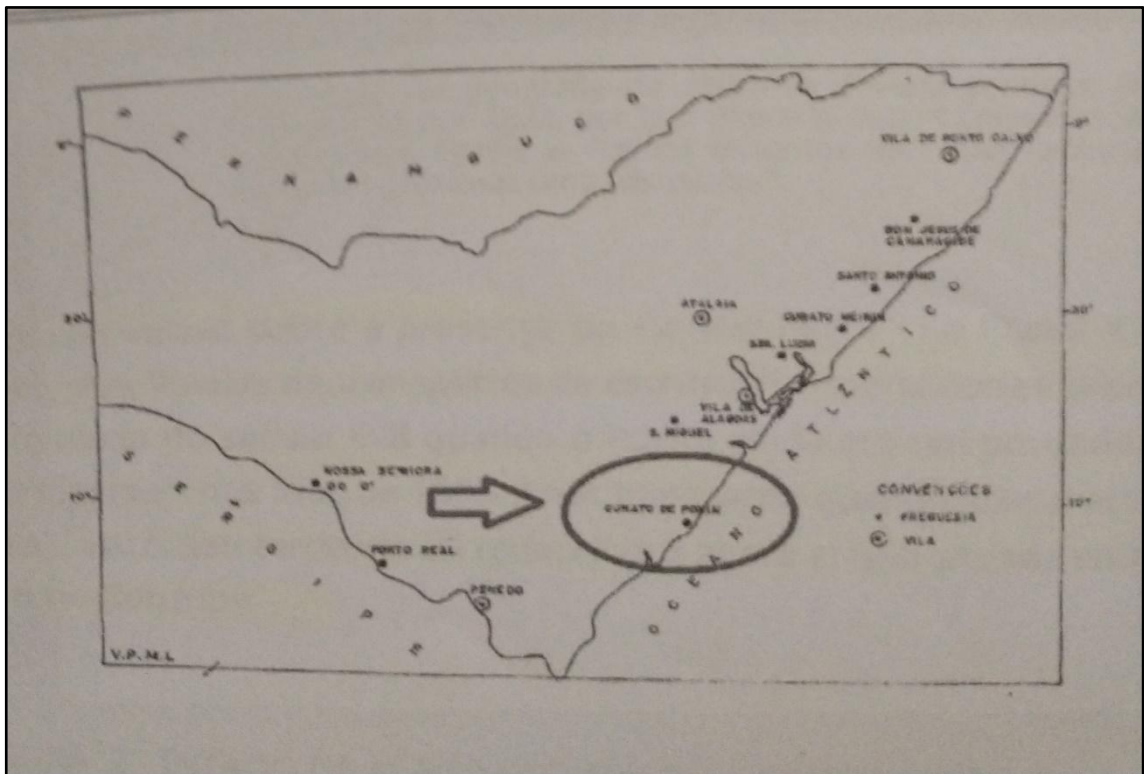
Acerca do nome Passo de Camaragibe o termo “passo” quer dizer “estrada aberta que dá passagem”, o termo Camaragibe (carnará-planície de Verbenáceos+ juba=amarela) ou povoado à margem do Rio Camaragibe, onde era intenso o movimento com comerciantes pernambucanos que se utilizavam de armazéns de embarque conhecidos como “passos”, nele fazia-se comércio de venda de escravos e exportação de açúcar no vale do Rio Camaragibe, cujo povoamento teve início no Século XVII.

Os engenhos banguês comuns a Matriz de Camaragibe e Passo de Camaragibe são os seguintes: Santa Justina, Bom Jesus, Carrilhos, Serra d'Água, Travessão, Valle, Engenho Velho, Ilha Bela, Vale do Souza, Engenho do meio, Água comprida, Maranhão, Peru, Pé de Veados, Unussu, Ilha Vitória, Castro e Paraná. Apesar de localizado na região do antigo engenho Buenos Aires até 1850, ainda existiam ruínas e hoje só restam lembranças dele, do que ele já foi um dia.

São Luiz do Quitunde se originou do povoamento da região de Porto Calvo, mais precisamente em torno do Engenho Castanha Grande que por coincidência ficava nas margens

do Rio Castanha que era um afluente do Rio Santo Antônio, um núcleo inicial no engenho Quitunde que pertencia a Joaquim machado da Cunha Cavalcanti ao que se sabe historicamente. E quanto a comunidade de São José do Crato do Poxim, ela foi a mais importante comunidade produtora de açúcar nas Alagoas, no litoral do quase extremo sul das Alagoas, no século XVII que se constituiu em torno do cultivo e beneficiamento da cana-de- açúcar nas Alagoas em torno do Vale do rio Poxim.

Figura 8 – Vila Real de São José do Poxim:1774/1850.



Fonte: Santos (2017, p. 60).

O processo de ocupação do vale do Rio Poxim e mais tarde do Coruripe, em função da criação inicialmente. Depois veio a instalação dos primeiros engenhos de açúcar o “Jenipapo” e o “Porção” que teria iniciado o povoamento da região a partir de uma sesmaria doada a João da Rocha Vicente por volta de 1600 e depois, doada a Antônio Moura Castro, cujo território ficava entre os rios São Miguel e Coruripe no vale do Rio Poxim, na qual em torno dele se instalaram os já citados engenhos banguês de fabricação do açúcar contando com uma enorme escravaria, chegando a produzir durante o seu período de apogeu cerca de 81 arrobas¹ de açúcar por escravo.

¹ 1 arroba é igual a 15 kg (14,688) aproximadamente de açúcar, então é só multiplicar para saber o total exato dessa produção (15 x 81=1.215 kg de açúcar).

Figura 9 - Igreja Católica na Vila do Poxim: Vista Parcial.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p.55).

O Rio Poxim fazia parte de um sistema hidrográfico em que as águas do rio eram utilizadas como meio de transporte facilitando o escoamento de vários produtos, como a cana-de-açúcar, além da exportação de madeiras, ou consumo local e regional, por contrabando além dos produtos da agricultura de subsistência que eram também produzidos no vale do rio Poxim para o consumo da sua população local.

Segundo o Historiador Robson Williams Barbosa dos Santos em seu ensaio *Fragmentos da Escravidão em Alagoas: Escravos, sociedade na vila Real de São José do Poxim - 1774 /1854*, (2017), fruto da sua tese de Mestrado em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), nos apresenta “uma radiografia” mais próximo do real daquela comunidade, afirmando que:

No Poxim no ano de 1774 havia uma igreja, duas capelas, quatorze fazendas, e dois engenhos, um deles é o Jenipapo com 402 fogos e 1682 habitantes(...) e mais tarde em 1849 surgiram outros engenhos como o “Porção” de Francisco Manuel de Carvalho e o Engenho “São João da Prata” de João da Ressureição Lima Lessa, O Engenho “Miahi” de José Marcelino dos Santos, O Engenho “Lagoa do Pau” de Antonio Manuel de Azevedo, o Engenho “Piauí” de Manuel Felipe de Araújo e por último o Engenho “Conceição das Bananeiras do Padre João de Araújo e Silva. (SANTOS, 2017, p. 62-63).

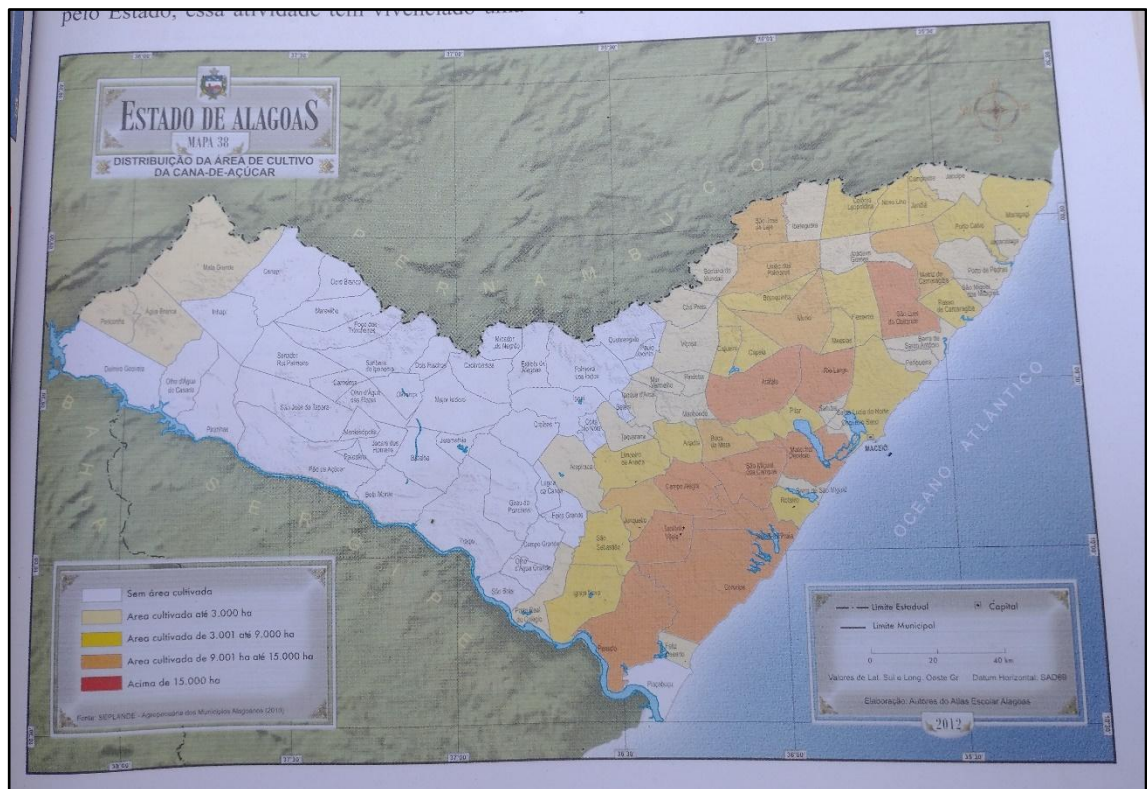
O Engenho Jenipapo não foi apenas o mais antigo engenho banguê da região do Poxim, mas também, foi um elemento articulador, entre a sua região produtora de açúcar para com a

região do Penedo que tinha poucos engenhos destinado a produção de rapadura e aguardente, para o consumo local na região do São Francisco e Sertão de Alagoas.

Em meados do século XIX, já tinha em Poxim 09 engenhos, todos movidos pela força d'água onde produzia-se 22.800 arrobas de açúcar produzidos por 279 escravos que faziam parte daquele engenho. E 374 bois eram utilizados nos carros-de-bois por revezamentos.

Poxim não produzia só açúcar, mas também, farinha de mandioca (era enviada para Bahia e Pernambuco), aguardente (cachaça), batata-doce, feijão de corda, peixe-seco, milho verde, víveres e mantimentos como o sal e diversos outros produtos.

Figura 10 - Mapa de Alagoas: Área de cultivo da cana-de-açúcar.



Fonte: Assis, Alves e Nascimento (2013, p. 141).

A distribuição geográfica da área que corresponde atualmente ao território de cultivo da cana-de-açúcar em Alagoas, apesar do fechamento de várias usinas nos últimos anos que outrora eram áreas dos antigos engenhos banguês a cana-de-açúcar ainda é cultivada em Maragogi, Jacuípe, Campestre, Jundiá, Novo Lino, Colônia Leopoldina, Ibateguara, São José da Lage, União dos Palmares, Joaquim Gomes, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Santana do Mundaú, Chã Preta, Viçosa, Cajueiro, Capela, Murici, Branquinha, Messias, São Luiz do Quitunde, Flexeiras, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio, Paripueira,

Porto de Pedras, Porto Calvo, Japaratinga, Maceió, Satuba, Santa Luzia do Norte, Coqueiro Seco, Pilar, Marechal Deodoro, Rio Largo, Atalaia, Roteiro, São Miguel dos Campos, Mar Vermelho, Pindoba, Boca da Mata, Roteiro, Campo Alegre, Junqueiro, Teotônio Vilela, Coruripe, São Sebastião, Igreja Nova, Feliz Deserto, Penedo, Porto Real do Colégio, Arapiraca, Taquarana, Tanque d'Arca, Mar Vermelho, Mata Grande, Água Branca e Pariconha. Estes três últimos municípios do Sertão Alagoano.

Não é nosso objetivo falar de todos os 59 municípios alagoanos, mas apenas de alguns deles, a saber, Pilar, Maceió, Marechal Deodoro, Rio Largo, Porto Calvo, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, São Luiz do Quitunde e Poxim, em Jequiá da Praia, no litoral sul de Alagoas. Falar sobre o que significou a cana-de-açúcar e os engenhos para a vida econômica, social e político-cultural de cada um destes municípios acima citados, e assim termos cumprido o nosso objetivo: discutir o impacto que esta atividade econômica, produtiva e social teve sobre a vida de cada um deles

Todas essas cidades foram construídas através do poder político da figura dos senhores de engenho, onde a casa-grande era representava o símbolo da figura que concentrava esse poder político e regional no período colonial. Douglas Apratto Tenório e Carmen Lúcia faz a descrição do poder do senhor do engenho e a representação da casa-grande, na obra *Caminhos do Açúcar: Engenhos e Casas-grandes das Alagoas*, a Casa-grande era:

[...] Imponente e sólida, construídas em estratégica posição, levando em conta a elevação do terreno, o privilégio da paisagem, a segurança da família e o fácil acesso ao engenho, tinha sob seu absoluto domínio todo o complexo arquitetônico e social que compunha o conjunto sistêmico das grandes propriedades açucareiras da região. Em torno da casa estavam a capela, o engenho, o barracão. Adiante, a senzala, a casa de farinha, o alambique, a casa de purgar, a olaria. Mas adiante, o resto do povoado, com as casas do feitor, do capitão-do-mato, de outros moradores agregados à família, de poucos assalariados e a vastidão do canavial a se perder na linha do horizonte. (TENÓRIO; DANTAS, 2010. p.74).

O historiador Cícero Péricles de Carvalho em Sua obra *Formação Histórica de Alagoas* (2016) aborda que nos três primeiros séculos da colonização o engenho era uma complexa combinação de alguns fatores que contribuíram para o seu funcionamento como a fábrica de açúcar. Entres alguns deles estavam combinação de terra, trabalho compulsório, técnica, empresa e capital que abrangia moendas, pastos, partidos de cana, senzalas, casa-grande, escravos e equipamentos.

Em Alagoas, no período colonial, o número de banguês e toda sua área plantada de cana-de-açúcar cresciam de uma forma extensivamente no ano de 1590. Já existiam alguns engenhos construídos entre eles, Buenos Aires, Escurial, Morro de baixo, Morro do Meio e o engenho Maranhão, fundado pelo sesmeiro Cristóvão Lins no ano de 1600. Ele era o Alcaide de Porto

Calvo, com o passar dos anos esse número foi aumentado para catorze no ano de 1630. (CARVALHO, 2016).

No período da dominação holandesa existiam em Alagoas dezesseis engenhos banguês que foram fundados entre os anos de 1590 e 1637. O Buenos Aires, em Camaragibe, era o mais antigo deles, com a expulsão e saída dos holandeses os engenhos voltaram com a produção de açúcar, chegando ao número de quarenta no ano de 1700.

A História do Período holandês nas alagoas é a história da destruição da economia açucareira então incipiente, o flamengo volta-se para a cidade, para o Recife, principalmente. A Luta como que tem por fim destruir a organização econômica, se bem, que tenha sido essa organização - o açúcar - a atração do holandês para o Nordeste. É a partir de 1631 que o território das Alagoas passa a tomar parte ativa na Luta Flamenga. Logo depois se verifica a deserção de Calabar, cujo conhecimento da terra, permite uma modificação no rumo da Guerra. Em 1633 Calabar conduz seus novos senhores ao norte de Alagoas. Sucederam-se os Saques, incêndios de Caravelas, degolamento de moradores de Porto de Pedras e Porto Calvo. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 94).

Não podemos deixar de registrar um conjunto de crenças, superstições, falsos mitos e equívocos históricos. Acredita-se que eles teriam construído várias igrejas católicas, o que é totalmente falso em função deles serem protestantes. Muito pelo contrário, eles utilizam-se das igrejas católicas como locais fortificados durante a guerra contra os portugueses. Fala-se na atualidade, da existência de possíveis túneis secretos, botijas e outras estórias ou invencionices, que fazem parte deste universo pensante, sobre essa temática.

Segundo Abelardo Duarte no seu ensaio Notas sobre as fortificações holandesas em alagoas (1945), argumenta que:

Durante a dominação, construíram e Reconstruíram os holandeses vários fortes e fortins no território alagoano, compreendendo então as duas Alagoas a Borealis e a Australis onde (o grifo é nosso) os principais fortes holandeses em nosso território foram os seguintes: a) Forte de Paripueira b) Forte de Camaragibe c) Forte de Porto Calvo; e o Forte Maurício (Penedo). Desses baluartes nada mais resta, tudo desapareceu na voracidade do tempo e no ímpeto da destruição dos homens uns destruídos pelos próprios holandeses outros subsistiram até épocas memoráveis. (DUARTE, 1945, p. 75).

A Primeira ocupação por parte dos holandeses foi em 1624/5 na Bahia, onde seriam expulsos no ano seguinte. Mais adiante os holandeses invocam Pernambuco em 1630 até 1645, eles não estavam dispostos a tolerar a intransigência da Espanha em não permitirem que os holandeses continuassem se abastecendo do açúcar brasileiro, através da Guerra do Açúcar, lembrando apenas que é em 1639. São exportados do Brasil para a Holanda 33 mil caixas de açúcar com uma receita de 401 mil florins. Já em 1645 a produção açucareira em Alagoas e Pernambuco (por causa da Guerra) passa para 40 mil caixas (que em si, denota um processo

de declínio da produção agrícola), isto um pouco antes da saída definitiva dos holandeses de Alagoas e de outras áreas do Nordeste brasileiro.

Sintetizando sobre o período holandês em Alagoas, eles desembarcaram em 1631 em Barra Grande no litoral de Maragogi. E em 1633, desta vez já guiados por Calabar, eles marcham sobre Porto Calvo, Porto de Pedras, Camaragibe, Porto do Francês, Alagoas do Sul (Marechal Deodoro), Alagoas do Norte (Santa Luzia do Norte) e São Miguel dos Campos.

Quando passavam por Alagoas do Sul praticamente destruíram quase a metade da Vila de Alagoas do Sul, inclusive a sua Igreja Matriz que ficava no povoado de Taperaguá, incendiando cerca de 100 casas, mesmo articulando um sistema de defesa e resistência na Vila de Alagoas do norte, contra os holandeses chefiado pelo capitão de Milícia Antônio Lopes Figueira, mas o maior interesse dos holandeses era a de ocupar a região de Porto Calvo, a maior produtora de açúcar em Alagoas, quando em 1632, “povoações, fazendas e engenhos de açúcar do atual território de Alagoas são invadidos e Saqueados” (TENÓRIO, 2015, p.24).

Não podemos aqui deixar de registrar a maior batalha terrestre em Alagoas, em Porto de Pedras, hoje Fazenda da Mata Redonda, onde faleceu o chefe das tropas da resistência Dom Luiz de Rojas y Borja de ascendência espanhola que tinha substituído Matias de Albuquerque, que com a sua morte, o Conde Giovanni Bagnuolo Vincenzo Sanfelice, assume o exército da resistência.

Em 1637 começa a construção do Forte Maurício em Penedo, e em 1647 eles são obrigados a abandonar a região do São Francisco, do Penedo. E a sua posterior saída da região Nordeste do Brasil. Depois de Portugal ter atravessado por 15 anos de negociação até fechar o negócio em 1659 pagando uma indenização de 4 milhões de cruzados ou o equivalente a 63 toneladas de ouro, igual a toda a receita da Alfândega Portuguesa por um ano. (LEITE, 1998) fruto daqueles empréstimos holandeses de capital judeu para a instalação dos primeiros engenhos banguês de açúcar no Brasil Colonial.

No Período do Século XVIII eles cresceram bastante em 1800 já eram cento e oitenta e em 1890 eram quase mil, a cana que foi plantada inicialmente no litoral norte na região próxima a porto calvo e em Camaragibe foi ocupando as terras dessa Região em rumo ao sul de Alagoas e nas áreas que estavam cobertas pela mata atlântica próximo ao Litoral foi reduzindo o tempo e todos os custos de transporte e com isso foi passando pelos chamados vales úmidos dos “rios de açúcar” que eram formados por “Manguaba,” “Camaragibe,” “Santo Antônio,” “Mundaú,” “Paraíba,” “São Miguel,” “Jequiá e “Coruripe.” (CARVALHO, 2016, p. 54).

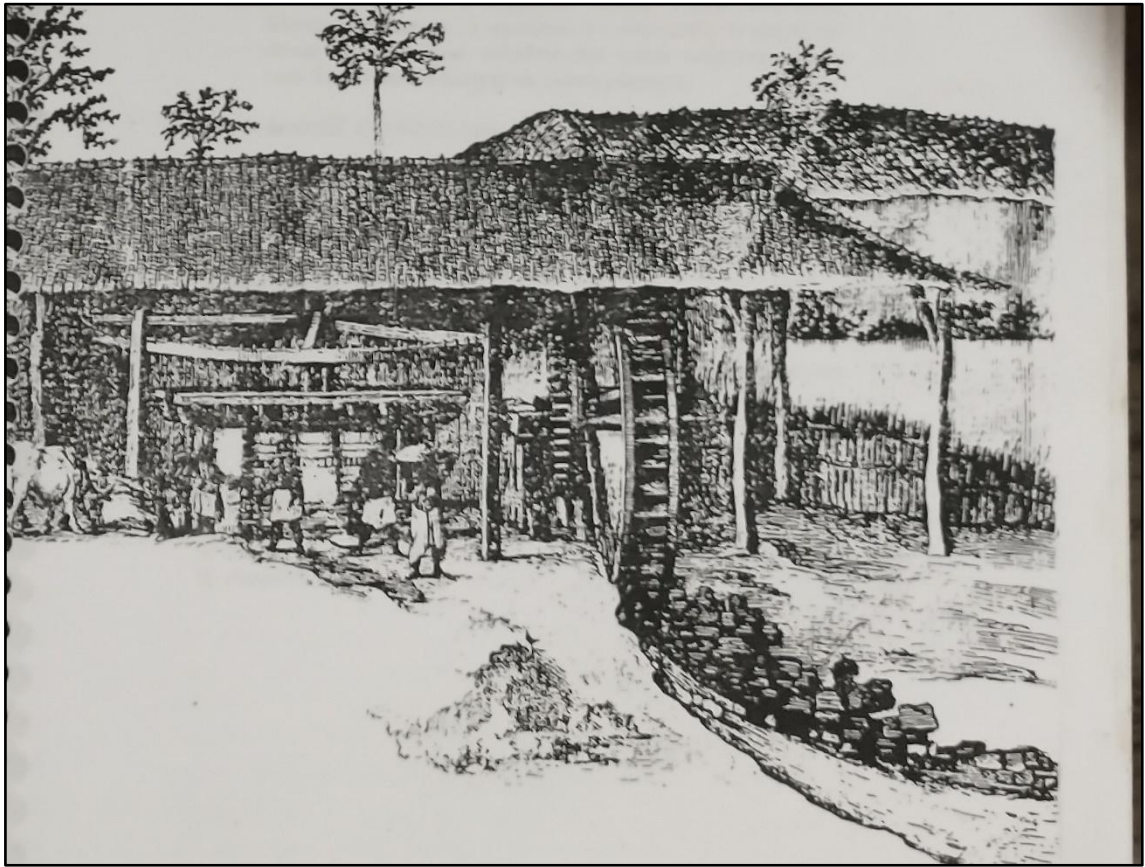
Figura 11 - Casa Grande do Engenho Olho d'água – Maribondo.



Fonte: (Tenório e Dantas, 2010, p. 57).

A nível tecnológico não podemos esquecer que o engenho era uma unidade de produção agrícola a ao mesmo tempo uma unidade de produção industrial que exigiam uma certa sofisticação que devia ser compor por moendas verticais por dois ou três cilindros, como era o mais usual ou mais comum utilizando-se da força das águas (hídrica) fazendo movimentar as suas engrenagens conforme podemos ver na figura 12 abaixo:

Figura 12 - Pernambuco: Engenho Banguê D' Água.

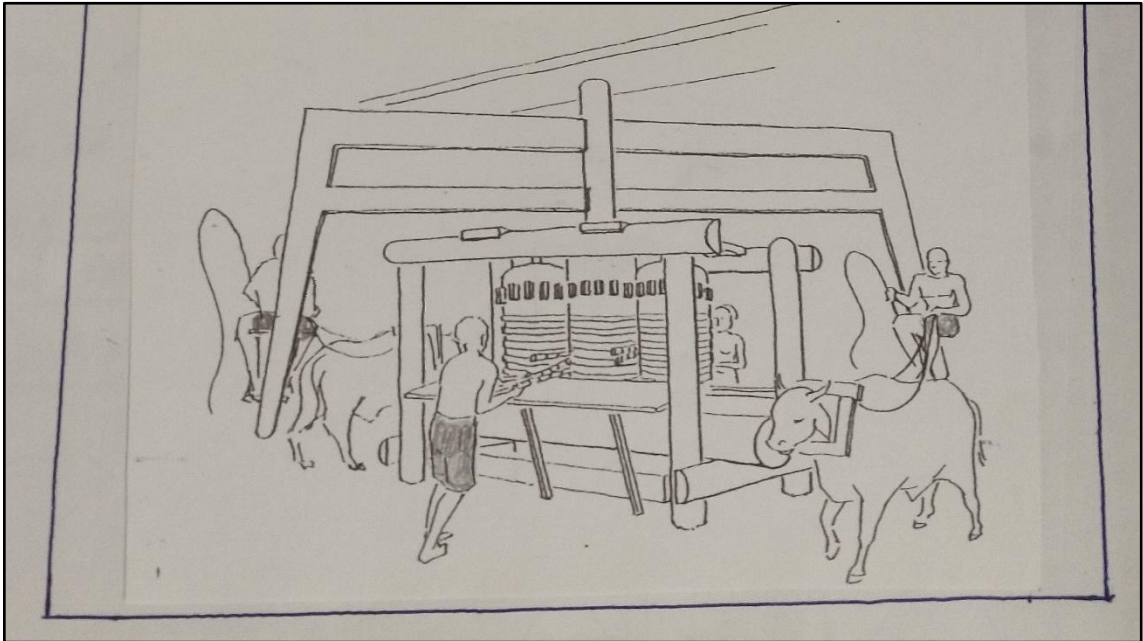


Fonte: Diégues Júnior (1980).

Os chamados Engenhos Reais não eram propriedades da coroa, mas esse nome era dado àqueles engenhos que se produziam bem mais do que os demais da sua região, daí o nome reis, a aqueles ou grande produção agrícola e industrial.

Os engenhos poderiam ser “d’água” que conviviam ao longo de todo o período colonial com outros tipos de aparelhagens como os engenhos movidos por bois, bestas, cavalos de escravos africanos, segundo podemos verificar na figura 13 abaixo:

Figura 13 - Engenho Banguê: tração animal.

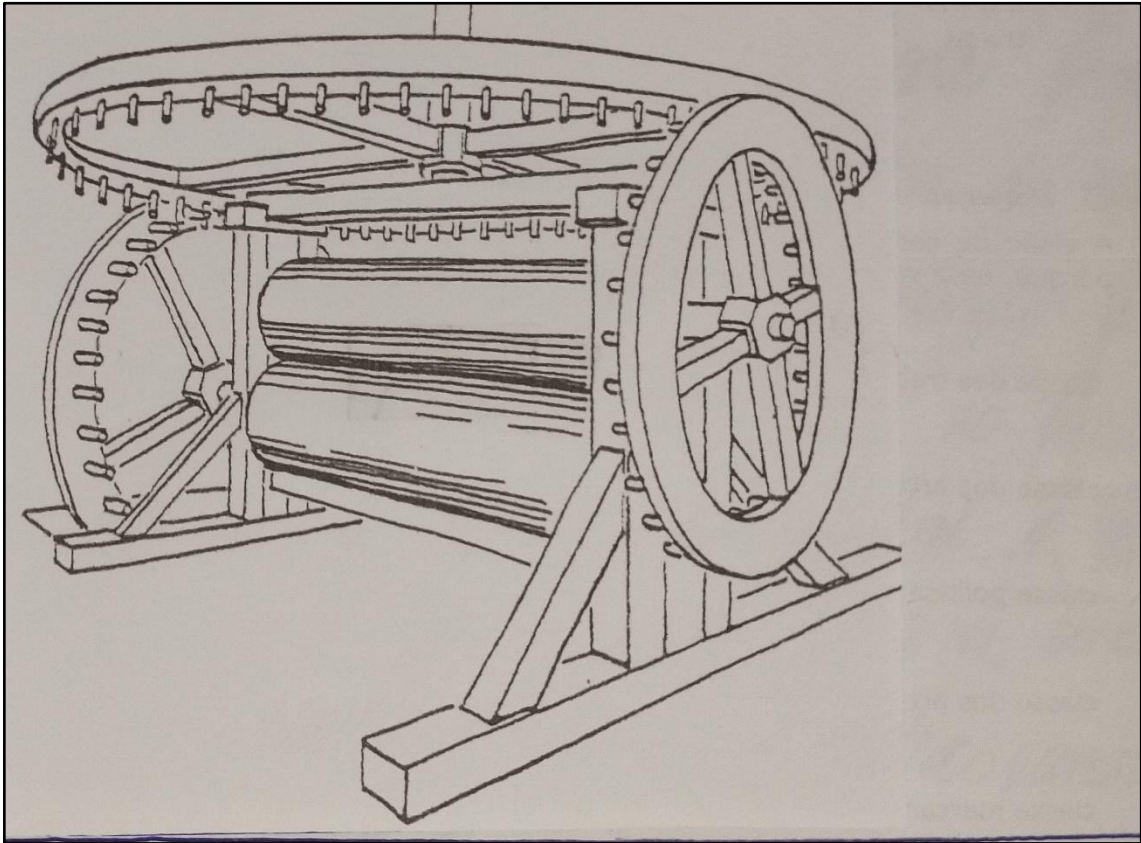


Fonte: Fernandes (1971, p. 31).

Esse tipo de engenho à tração animal geralmente eram mais empregados em áreas onde não existiam rios permanentes, e sim temporários, que não poderiam ficar a depender de chuvas. Esse tipo de engrenagem era também chamado de “Arrôcho”, sendo ela também utilizada no interior do Brasil para o esmagamento da mandioca, para depois fazer farinha, tracionado por bois.

Esses engenhos eram mais conhecidos como “almanjarras”, que prevaleceu até antes do século XVII. Mas do século XVII em diante, o tipo predominante foi o engenho de “dois tambores horizontais” cujo exemplar estamos a apreciar na figura 14 abaixo:

Figura 14 -Engenho Banguê: Moendas Horizontais.



Fonte: Fernandes (1971, p.27).

No engenho banguê, lá no passado, eram utilizados sistemas de moagem por “pilões” “mós”, eixos e por entrosas, “introduzido nessa época colonial por um clérigo de origem espanhola, vindo do Peru, no tempo do governo de D. Diogo de Menezes 1602/13” (FERLINI, 1984, p.36).

A moenda de “entrosas” (também chamada de “palito”) tinha muitas vantagens, por possuir três cilindros revestidos de metal que permitiam a alimentação por dois lados, agilizando a produção e reduzindo o número de trabalhadores, utilizados no seu manejo.

O manejo de um engenho era fundamental, o uso dos “tachos” da realimentação do fogo nas fornalhas por madeira, a “casa de purgar” (limpeza do açúcar) condicionado nas formas que depois de passar pela sua fase fervente, tinha um orifício no fundo da “forma do açúcar” que era aberto daí o açúcar saía, o líquido resfriava-se e solidificava, daí a sua posterior “quebra do açúcar” e o seu condicionamento nas caixas, caixotes, barricas e posteriormente os sacos de açúcar.

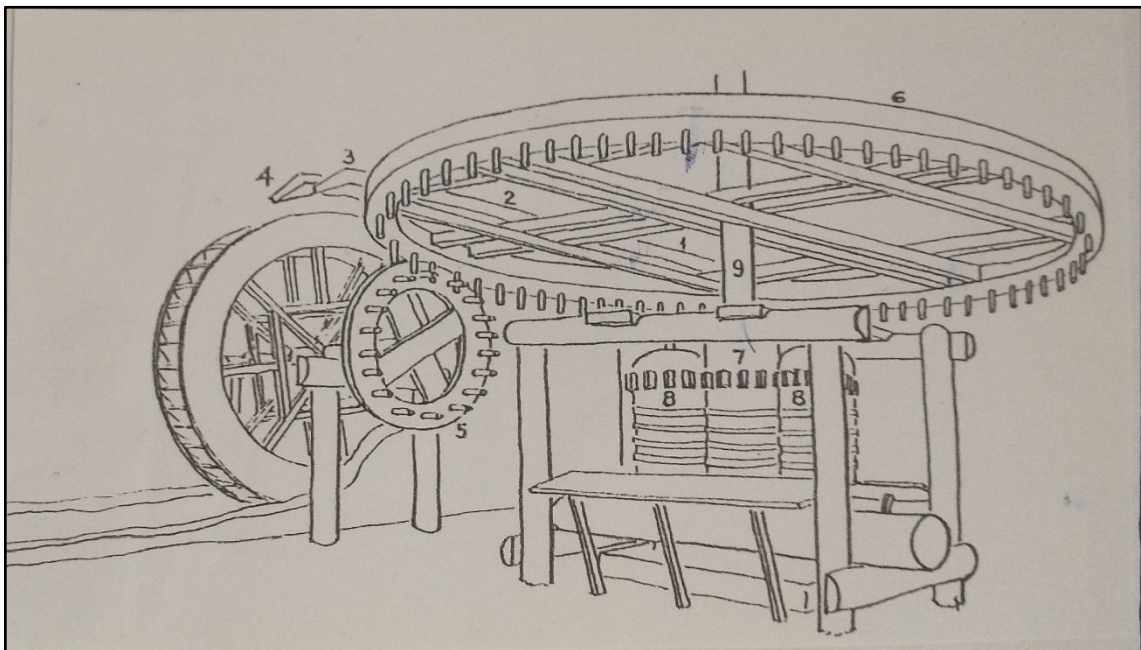
O açúcar era “desenformado” depois que ele saía das “formas” separava-se com um faca fina, a parte branca da “mascavado” (Assim chamada a parte escura do açúcar). Do processo de transformação resultavam diferentes tipos de açúcar, a que correspondiam preços diversos. Os açúcares resultantes da primeira coação, e que alcançavam os melhores preços, eram denominados “machos” subdivididos em

“branco fino” , “ branco redondo” “ branco baixo” e “ mascavado”, de acordo com a posição da forma e o grau de brancura adquiridos. Os males que escorriam durante o primeiro “ processo de purga” (de limpeza do açúcar) eram recolhidos e reprocessados dando os” açucares batidos” ou de “ retames” de qualidade e cotação inferiores no mercado. E o melaço escorrido das formas é como que se fabricavam a aguardente (a cachaça) (FERLINI, 1984, p .41).

O engenho movido pela roda hidráulica mais simples foi se sofisticando onde o princípio era o mesmo do aproveitamento da água dos rios, aumentando a sua declividade além do seu processo de canalização mais perfeita das águas envolvendo a Lavada (1) com declividade moderada. Por um rego ou Canal (2) até outras no Feridor (3) onde a água vai cair sobre os cubos da roda d’água onde começa todo o processo da moagem da cana.

O eixo da roda grande (4), roda a água tem um rolete (5), passa pelas volandeira (6) e daí para pescoço (9) e depois para o grande eixo (7) e, por fim, os dentes menores (8), conforme observa-se na figura 15.

Figura 15 - Engenhos Banguês: Moendas de Três Rolos.



Fonte: Fernandes (1971, p.35).

No Período do século XVIII, eles cresceram bastante. Em 1800 já eram cento e oitenta e em 1890 eram quase mil, a cana que foi plantada inicialmente no litoral norte na região próxima a Porto Calvo e em Camaragibe foi ocupando as terras dessa região rumo ao sul de Alagoas e nas áreas que estavam cobertas pela mata atlântica próximo ao litoral, foi reduzindo o tempo e todos os custos de transporte e com isso foi passando pelos chamados vales úmidos

dos “rios de açúcar” que eram formados por Manguaba, Camaragibe, Santo Antônio, Mundaú, Paraíba, São Miguel, Jequiá e Coruripe.

Lembramos que o nosso descompasso parou com o restante do mundo do açúcar, não era apenas relacionado com a escassez de capitais destinados a financiar a modernização tecnológica que ela necessitava para urgentemente tentar sobreviver naquele mundo competitivo capitalista, mas também, contra atacar o setor agrícola do plantio da cana, as técnicas de cultivo, espécies mais produtivas e resistentes, às pragas, de constantes incertezas no mercado internacional dos preços da cana, além do atraso secular que nós vivíamos em decorrência da manutenção do trabalho escravo até 1888.

O Primeiro tipo de cana plantada no Brasil foi o “Criola” originária da Índia e implantada na Sicília. Durante a Idade Média foi o único tipo cultivado no Brasil até as vésperas do início do Século XX.

Era em planta fina de gomos curtos comparada a outros tipos, de produtividade pequena que de 12 a 18 meses demoravam a colheita com as datas da moagem nos engenhos pois a cana depois de cortada deve ela ser processada em 24 horas, caso contrário vai diminuindo o seu teor de sacarose. A Cultura era feita sempre nos mesmos terrenos durante muitos anos. Nos vales dos rios na sua parte não inundável (o grifo é nosso) durante 6 ou 7 anos mas são frequentes as alusões de cronistas de plantações de 50 a 60 anos. (FERLINI, 1984, p.34).

Como podemos perceber na citação de Ferlini, não existia uma grande preocupação com a qualidade dos solos, a sua produtividade agrícola, melhorar os tipos de cana e as técnicas e formas de manejo com a terra, tudo isto levaria a uma maior produtividade, mas em vez disso, utilizava-se a queimada e a caivara, e também aumentava-se a área de cultivo derrubando mais uma parte da mata virgem ou aumentando a escravaria.

Foi nesta aposta errada feita pelas nossas elites açucareiras que ficamos por séculos atrasados no tempo e no espaço. Todos estes fatores se somaram a outros como a falta de pessoas mais preparadas, técnicos agrícolas e agrônomos que só vão aparecer no início do século XX. A Escola agrônômica de Satuba e a questão da gestão da empresa familiar (engenho banguê), tudo isto impactaria positiva ou negativamente no processo de declínio dos engenhos banguês.

Tabela 1 - Alagoas: Evolução do número de Engenhos.

Ano	Engenhos	Ano	Engenhos
1630	14	1854	400
1639	16	1859	470

1700	40	1879	632
1730	47	1881	661
1749	61	1883	682
1774	69	1897	969
1802	180	1905	964
1849	316		

Fonte: Diégues Junior (2005), Andrade (2010) e Lima (2007).

É perceptível que desde o início da colonização, passando pelo período imperial e nos primeiros anos da República, o número de engenhos banguês foi crescendo consideravelmente e só houve o declínio desse crescimento com o aparecimento dos chamados engenhos centrais, e logo após, com o aparecimento das primeiras usinas de açúcar. Com isso houve a chamada incorporação dos engenhos pelas usinas, assim, os engenhos perderam sua importância econômica e viabilidade no comércio do açúcar, sendo assim, aconteceu a sua decadência comercial no mercado açucareiro do Nordeste.

Figura 16 - Engenho-Banguê: Cabeça de Porco - Barra de Santo Antônio.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p. 83).

Devemos esclarecer duas coisas: 1) o fato da fundação de usinas em Alagoas, isto não implica em momento nenhum no desaparecimento automático dos engenhos banguês que conviveram muito tempo lado a lado; 2) lembramos também que até 1930 ainda funcionavam cerca de 605 engenhos-banguês distribuídos conforme na tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Municípios Alagoanos Engenhos –Banguês.

Municípios	Quantidade
Alagoas (Marechal Deodoro)	07
Anadia	32
Atalaia	70
Camaragibe	61
Capela	50
Coruripe	14
Limoeiro	05
Maceió	17
Murici	42
Maragogi	23
Porto calvo	55
Porto de pedras	18
Pilar	29
São Luiz do Quitunde	56
São José da Lage	11
São Miguel dos Campos	34
Santa Luzia do norte	29
União dos Palmares	42
Viçosa	10
Total	605

Fonte: Wanderley (1979, p.31).

Bem que poderia estar no começo do primeiro capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) estas duas temáticas - a questão indígena e a africana – mas não deu para ser assim, mas também, não podemos esquecê-los, e nesse mérito, é necessário falar sobre eles da forma mais crítica, resgatando-lhes a sua historicidade de forma mais séria e ética possível.

2.3 ÍNDIOS

Os indígenas são os povos originários do estado de Alagoas antes mesmo de qualquer europeu ou português colocar os pés em nossas terras. Os índios já habitavam boa parte do atual estado de Alagoas, alguns estudos arqueológicos mostram a presença humana em terras alagoanas em torno de 9.000 anos atrás, principalmente na área sertaneja. Os vestígios pré-históricos em Alagoas foram catalogados pelo pesquisador alagoano Alfredo Brandão que fez o registro da existência de várias ossadas fossilizadas, sambaquis, instrumentos de pedras, fragmentos de cerâmica e várias inscrições em rochas em vários municípios de Alagoas. (CARVALHO, 2016, p. 41).

Em 22 de abril de 1500, o navegador Pedro Álvares Cabral pôs os pés sobre a costa brasileira do Nordeste. Afirma-se às vezes que, naquele dia, os europeus “descobriram” o Brasil. Estamos bem certos disto? Não seria preferencialmente o inverso? Naquele dia aqueles que não se chamavam ainda “americanos”, ou índios (o grifo é nosso) descobriram os “europeus” que os visitavam acidentalmente. Os primeiros tinham sobre os segundos a imensa vantagem de não estar deslocados! Eles possuíam acima de todo o privilégio de ser, até aquela data os únicos herdeiros de uma terra onde nasceram e lutaram para viver livres e iguais. (TENÓRIO, 2015, p.7).

Não podemos esquecer que o nome Índio faz parte de um equívoco histórico, em função deste nome dado a eles, é fruto de um erro de pensar que teria se chegado às Índias, tanto os espanhóis através de Cristóvão Colombo quanto os portugueses com Pedro Álvares Cabral. Além do Brasil não ter sido “descoberto”, mas sim, invadido pelos portugueses que ao longo processo histórico foi consolidando o seu poderio e dominação sobre os verdadeiros e primitivos habitantes do Brasil colonial.

Quando o colonizador português chegou em Alagoas, os povos indígenas que habitavam o litoral alagoano na época eram os Tupinambás e os Potiguaras. Segundo algumas pesquisas, chegaram por volta do ano 1000 da Era Cristã e com isso passaram a dominar o litoral. Segundo o pesquisador e historiador Moacyr Soares Pereira (ano) que descreveu a caminhada dos povos tupinambás em Alagoas, acredita que eles vieram pelo Rio São Francisco desde a sua nascente até a sua foz. Dali em diante subiram em direção ao Norte e atravessaram o Rio Coruripe, as barras das lagoas chamada Jequiá e Roteiro pelo Rio São Miguel. No caminho encontraram as duas grandes lagoas, Manguaba e Mundaú. Na sua caminhada os tupinambás foram até o rio Paraíba, na parte chamada Norte do estado de Alagoas. (CARVALHO, 2016).

Na época do descobrimento diversos povos indígenas ocuparam o futuro território de Alagoas, o estudo *Notícias sobre os povos indígenas que estacionaram no território do Atual estado de Alagoas* (presente na Revista do Instituto Arqueológico Geográfico Alagoano Vol.

III, nº 01 de 1901), assim como na obra *Indicador Geral do Estado de Alagoas*, publicado pela primeira vez em 1902 sob o título *Povos Indígenas de Alagoas*², o autor falava sobre o modo de ser e viver dos índios de Alagoas, dos extintos Potiguaras, dos Tabajaras, dos temíveis Caetés, os Aconás, além dos Abacatiaras, Coropatis, Moriquitos, os Umás, os Pepianos, os Vouvés e grande parte deles distribuídos entre o Agreste e o Sertão de Alagoas, inclusive do São Francisco. Sobressaíram também os Cariris (Kariris), os Chucurus (Xukurus), os Chocos (Xocos) e os coropotós (karapatós) que são grupos tribais contemporâneos conviventes no dia a dia dos tempos atuais.

Além de Adriano, Jorge Abelardo Duarte teria escrito o ensaio *Tribos, Aldeias e Missões de índios Em Alagoas* (1968) (contida na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, volume XXVIII, 1968), fez em discussão, bastante aprofundada, acerca das principais tribos indígenas de Alagoas, tanto do passado, já extintas do processo de catequese, conversão, constituição dos principais aldeamentos indígenas de Alagoas, as primeiras leis de proteção dos indígenas no Brasil, a Diretoria Geral dos índios e a situação deles no Império até antes da criação da Funai.

A grande maioria desses grupos indígenas foram extintos pela guerra, efetuada pelos colonizadores portugueses para explorar as terras do território alagoano durante o período da colonização. Somente alguns membros desses grupos conseguiram sobreviver, pois foram afastados do seu território pela migração forçada, devido à política de aldeamento e a ocupação das suas terras pela pecuária, e outros como os Xucuru, Xocó e Karapotó sobreviver nas suas tribos remanescentes.

No litoral nordestino os índios encontraram os alimentos que eram necessários para sobreviver. A caça nas matas era muito abundante dentro do nosso território; a pesca nos nossos rios e nas nossas lagoas; as frutas eram diversas, podemos citar como exemplo cajá, caju, mangaba, maracujá, jenipapo e pitanga. O milho, a mandioca, a batata-doce, o urucum, e outros produtos de origem indígena.

Os portugueses foram percebendo que os indígenas possuíam os conhecimentos necessários e fundamentais para o ambiente local, principalmente aqueles que eram relacionados à agricultura e à natureza, sem os quais os europeus não teriam conseguido sobreviver e implantar o chamado sistema colonial. Esse período de descoberta do nosso

² Na sua Parte IX organizado por Craveiro Costa e Torquato Cabral e Republicado em 2016 como parte das comemorações dos 200 anos de Emancipação Política de Alagoas numa Coedição EDUFAL/UFAL e Governo do Estado de Alagoas/ imprensa oficial Graciliano Ramos.

território e do comércio baseado nos escambos foi encerrado com a criação das chamadas capitâneas hereditárias e com isso foi iniciado o processo de colonização voltado para a exportação de novos produtos. (CARVALHO, 2016).

2.3.1 A resistência indígena, até quando?

A Introdução do novo modelo de agricultura através da cana-de-açúcar e pecuária iniciou um conflito entre os europeus e os indígenas, tendo como consequência a expulsão dos índios para bem longe do litoral. Os índios não se adaptaram ao trabalho de rotina e disciplina nos chamados engenhos de açúcar de Alagoas, desta forma, em um caso particular de Alagoas, ele foi visto como um grande inimigo dos colonizadores portugueses por causa da resistência dos povos indígenas. (CARVALHO, 2016).

2.3.2 Povos indígenas: controle e aculturação

Os colonizadores portugueses tinham a ideia que os índios deveriam ser integrados à sociedade por três caminhos: pela catequese, pela miscigenação e, por último, a perda das suas terras. Em alguns casos o extermínio pelo qual eram submetidos pelos colonizadores e também a chamada submissão e evangelização. Sobre o processo de evangelização podemos falar sobre a chamada Junta de Missões, criada em 1681 e durou até o ano de 1759. A criação desta junta foi através de consolidar a economia da pecuária e também da necessidade conquistar novos territórios e garantir a estabilidade do povoamento na região.

Tabela 3 - Mapa das aldeias indígenas da província de Alagoas.
Diretoria Geral dos Índios da Província das Alagoas. José Luiz Leite Pitanga, 25 de abril de 1861.

Nomes	Freguesia	Municípios	Índios	Nação	Fogos (casas)	Ocupação dos Índios
Porto Real do Colégio	N. Sra. da Conceição	Penedo	193	Carapato	53	Lavoura e cerâmica
Palmeira dos Índios	N. Sra. do Amparo	Palmeira	396	Cariri	105	Lavoura
Limoeiro	Bom Jesus	Assembleia (Viçosa)	263	Cariri	96	Lavoura
Urucú	S. Maria Madalena	Imperatriz	467	Cariri	132	Lavoura e madeira

Atalaia	N. Sra. das Brotas	Atalaia	1.495	Cariri	498	Lavoura
Santo Amaro	N. Sra. do Pilar	Atalaia	735	Cariri	181	Lavoura
Cocal	Bom Jesus dos Martírios	Passo de Camaragibe	276	Cariri	82	Lavoura e madeira
Jacuípe	N. Sra. da Apresentação	Porto Calvo	376	Cariri	107	Lavoura e madeira

Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. (2020).

Para a administração portuguesa o aldeamento era uma política importante pois o confinamento dos índios em determinados espaços era definido pela administração colonial e pela própria Igreja Católica. Nesses aldeamentos ocorreram diversas alterações, entre elas, o seu governo deixou de ser controlado pelos chefes das tribos e pajés, passando para os padres católicos exclusivamente. Por quase um século essa era a política determinada por Portugal em nosso território, ela somente deixou de existir com as reformas efetuadas pelo Marquês de Pombal que era o chefe do governo português e por sua determinação ficou permanentemente proibida a escravidão indígena no Brasil. (CARVALHO, 2016).

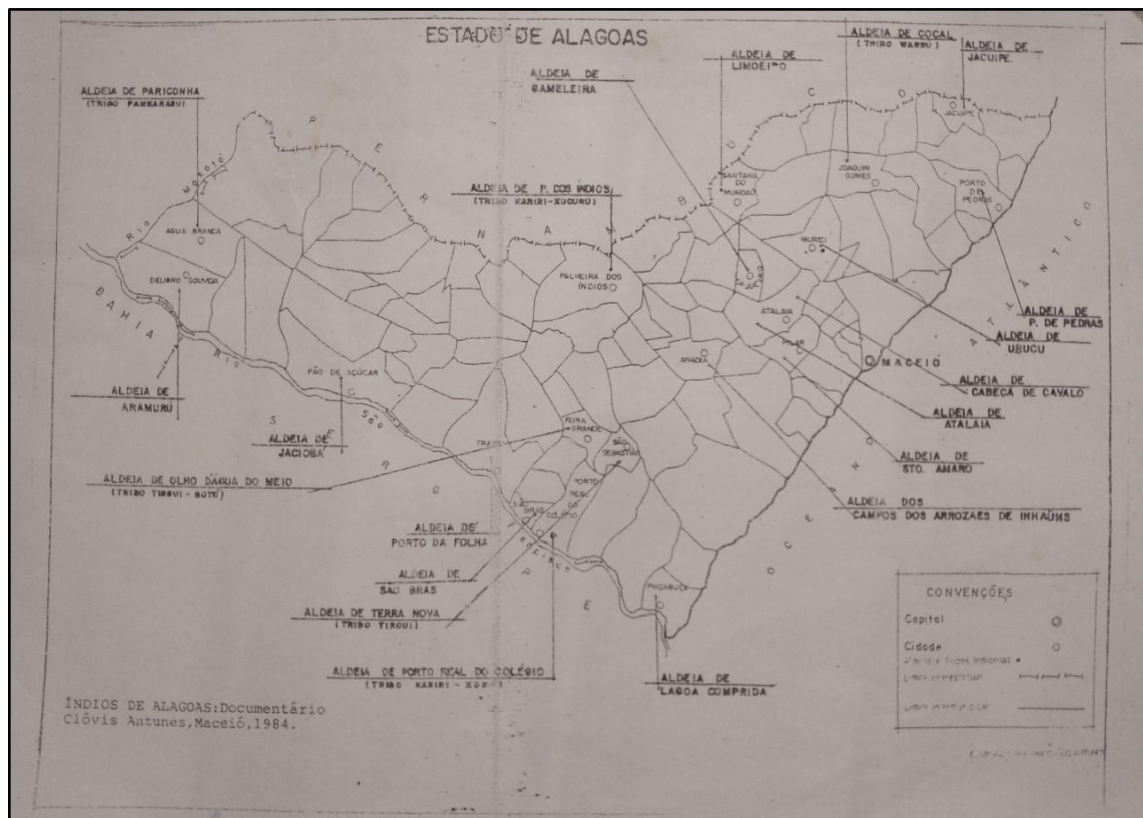
Entre julho de 1595 a julho de 1755 os aldeamentos indígenas (figura 17) estavam sendo administrados temporariamente por missionários, principalmente depois da expulsão dos Jesuítas do Brasil determinados pelo Marquês de Pombal. A partir de 1755 os principais aldeamentos indígenas de Alagoas passaram a ser administrados pelos chefes indígenas e em 1757 foi criado o Diretório Geral dos Índios implantando um novo sistema de governo indígena baseado na reformulação do Regimento de 1694.

Essa política de aldeamento acabou contribuindo para o surgimento de vários municípios alagoanos pois eles surgiram através dessas aldeias indígenas e dos aldeamentos, exemplo disso foi Porto Real do Colégio, Pão de Açúcar, Quebrangulo, São Brás, Viçosa, Jacuípe, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema. Algumas dessas aldeias foram formadas por índios que foram trazidos de outras regiões pelo bandeirante Domingos Jorge Velho na sua luta contra o Quilombo dos Palmares, exemplo disso, Atalaia e Limoeiro ou nos aldeamentos formados por índios que lutaram na famosa Guerra dos Cabanos, exemplo disso foi o Cocal e Jacuípe.

Em um levantamento realizado pelo governo da província de Alagoas, já no Brasil império no ano de 1849, foi registrada a presença de 6.600 indígenas das 18 freguesias que existiam. Em uma mensagem que foi enviada à Assembleia Provincial no ano de 1856, o presidente Sá e Albuquerque, informou que na província de Alagoas já não existia nenhuma aldeia ou região de índios com algum caráter primitivo. (CARVALHO, 2016).

Em Alagoas, durante o período imperial, são evidentes as relações delicadas entre as populações indígenas e a elite agrária e latifundiária não apenas em função da apropriação das suas terras pelos brancos, mas também a invasão sistemática de suas terras os matando, escravizando-os ou até declarando “Guerra Justa” a eles.

Figura 17 - Aldeamentos Indígenas em Alagoas.



Fonte: Antunes (1984, p. 77).

Lembrando que anteriormente toda a legislação era portuguesa, mesmo quando se estava a vivenciar um novo momento histórico a Emancipação Política do Brasil, cujas primeiras leis de proteção aos índios, foram pensadas por José Bonifácio de Andrada e Silva. (o patriarca da independência) cujas províncias deveriam agora criar as suas próprias leis, e as Diretorias Gerais dos Índios passariam a gerenciar os seus próprios problemas entre índios, aldeados e brancos, mas com a reativação daqueles velhos problemas: invasão das terras

indígenas pelos brancos, destruição das roças indígenas por bois e cavalos dos brancos e até utilizando-se da mão-de-obra indígena para a confecção de trabalhos obrigatórios (compulsórios), como a abertura dos Canais da Levada e do Trapiche que custou a vida de vários índios (mortos por febres, impaludismo ou outras doenças infecto-contagiosas por estarem em contato direto com a água podre e das chuvas).

Em um outro relatório no ano de 1862 em um quadro que indicava todas as tribos e o números de almas de cada aldeia, o governo da província contava oito aglomerados indígenas em Alagoas: Porto Real do Colégio 193, Palmeira dos Índios 396, Atalaia 778, Limoeiro 263, União dos Palmares (que era chamada antiga Imperatriz na aldeia urucu) 467 índios, Pilar (na localidade de Santo Amaro) 735 índios, no município de Joaquim Gomes (que na época pertencia a Passo de Camaragibe) 276 índios, e na Cidade de Jacuípe (que nessa época pertencia a Porto Calvo) 367 índios. (CARVALHO, 2016).

Figura 18 - Produtos e artefatos indígenas.



Fonte: Alagoas: A herança indígena –Calendário FAPEAL (2015).

Na época do Brasil Império foi criada a Diretoria Geral dos Índios que tinham por objetivo controlar os indígenas nos seus aldeamentos e mobilizar, se fosse necessário, para servir nas tropas do império ou como força de trabalho a serviço da província em obras públicas.

Apenas lembrando as nações indígenas aldeadas em Alagoas: 1) da região de Porto Calvo e a sua freguesia, faziam parte os aldeamento de Jacuípe, o aldeamento de Porto de Pedras; o aldeamento do Cocal (Joaquim Gomes) e o aldeamento de Limoeiro (em Santana do Mundaú; 2) da Região de Alagoas do Sul (Marechal Deodoro) incluíam-se os aldeamentos de

Urucum (em Murici); Palmeira dos índios e Gameleira (em Cajueiro); Cabeça de cavalo e Atalaia (em Atalaia); Santo Amaro (no Pilar), Campos dos Arrozais de Inhaúns (em Anadia); 3) da Região do Penedo do Rio São Francisco destacaram-se os aldeamentos de Lagoa Comprida em Piaçabuçu, de Porto Real do Colégio, Terra Nova (em São Sebastião), São Brás, Porto da Folha (hoje Traipu), Olho d' água do meio (Feira Grande), Jaciobá (hoje Pão de Açúcar), de Aramuru (hoje Delmiro Gouveia) e a Aldeia de Pariconha, onde vivem os Geripancós na atualidade.

O gradativo processo de extinção dos aldeamentos em última análise representou em si uma violação dos direitos indígenas que é mascarada por uma “ideologia de integração” ao adotar a classificação equivocada de caboclos. Na ideologia dos brancos, quando eles se tornam caboclos deixam de ser índios? É claro que não, mas era isto que eles queriam: convencer a toda a sociedade da época, e assim “autojustificar” a necessidade de não mais se desenvolvam políticas de preservação das comunidades indígenas no Brasil porque eles já teriam desaparecido, na cabeça ou no desejo dos brancos, coletivamente.

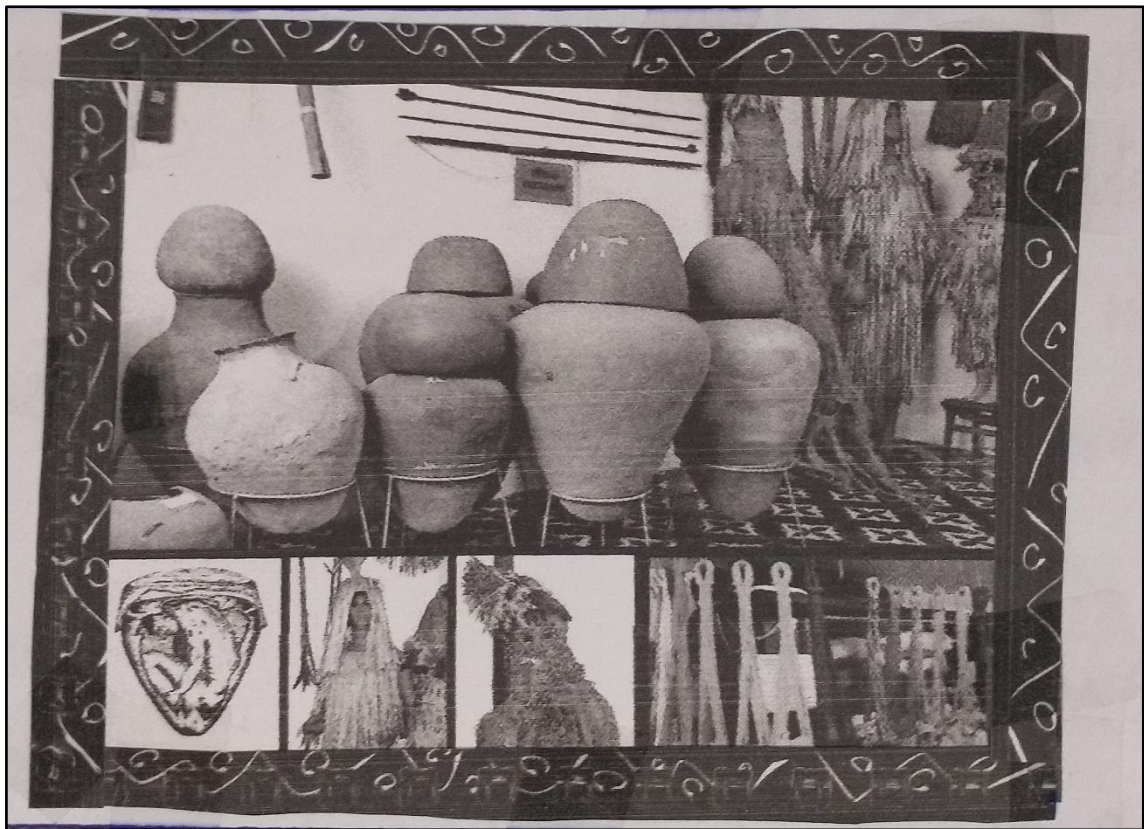
Era essa a intenção: livrar-se dos índios e não mais assumir nenhuma responsabilidade sobre eles, a nível do Governo da Província das Alagoas quando o presidente da província se pronunciava em uma sessão da Assembleia Provincial em 1869. O relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas, em 16 de abril de 1870, assinado pelo presidente da província o Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, diz o seguinte:

Pode-se afirmar que já não existem na província índios que devam continuar aldeados e sob o Regime de uma legislação especial. A raça mestiça, que em alguns lugares se encontra, bem podia confundir-se na massa da população.??? (...) Já avisei do Governo Imperial sobre a conveniência da extinção das aldeias que temos em número de oito. (...) Parece que já se podia dispensar os diretores, distribuindo-se aos índios lotes de terra, e vendendo-se as restantes. (FIGUEIREDO JÚNIOR, 1870).

Não podemos esquecer que todos os presidentes das províncias deveriam repassar dados e informações detalhadas sobre os aldeamentos em cada província. Quantos aldeamentos tinham? População masculina, feminina, número de crianças? Católicos ou não, convertidos? Nível de escolaridade? Área dos aldeamentos? O que produzem? Do que vivem? etc, para poder o império dar continuidade ou extinguir aquele aldeamento.

Por volta de 1870 os aldeamentos indígenas de Alagoas eram os de Atalaia, Cocal, Colégio, Jacuípe, Limoeiro, Santo Amaro, Palmeira e Urucum. Lá atrás, o Diretório de Pombal proibiu os indígenas assumirem os seus nomes próprios tribais, mas utilizassem nomes e sobrenomes portugueses, além de abdicarem da sua língua nativa e assumissem unicamente a língua portuguesa. Nas casas de brancos, deveriam adotar o modo de vida dos brancos e estar vestidos, descaracterizando assim, a identidade tribal.

Figura 19 - Índios em Alagoas: Museu Xucuru-Kariri - Palmeira dos Índios.



Fonte: Alagoas: A herança indígena –Calendário FAPEAL (2015).

Ao longo do século XIX as Câmaras Municipais insistentemente solicitavam aos poderes públicos (legislativo, executivo e judiciário) os direitos, já que eles não tinham esse direito, e o que houve em si, foi uma usurpação de direitos dos índios sobre as terras dos antigos aldeamentos para patrimônio dos municípios, alegando a necessidade da expansão destes lotes. Os vereadores legislavam em causa própria, uma vez que a maioria deles eram invasores das terras indígenas, com medição e demarcação das terras dos aldeamentos que tiveram suas posses legitimadas.

E a partir de 1870 vários aldeamentos foram declarados oficialmente extintos no Nordeste, favorecendo os tradicionais “esbulhos” legitimando os antigos invasores das terras indígenas, obrigando muitas famílias indígenas a se evadirem dos seus locais tradicionais para regiões próxima às antigas aldeias, ou trabalhando em fazendas, no cultivo da cana-de-açúcar ou vagando pelas estradas como sem-terra, sem-teto ou ocupando a periferia das Zonas Urbanas como excluídos, que confundidos com a massa da população, o aparente “desaparecimento” dos indígenas nada mais era do que eles remanescentes de índios ou caboclos eram e são índios na sua essência e formação social, ideológica e étnica.

Foi ampliada a concepção do próprio conceito de resistência (...) enquanto confronto conflitos bélicos, guerras com fins trágicos e a morte de milhares de indígenas, para uma concepção mais ampla de relações culturais diferenciadas em um contexto de dominação e violências culturais: a resistência cultural do cotidiano, através de gestos, práticas, atitudes que quebraram uma suposta totalidade, hegemonia da dominação colonial. (SILVA, 2004, p.2).

Os povos indígenas no Nordeste foram considerados como extintos desde meados e fins do século XIX e começo do século XX, eles pressionaram as autoridades para obterem o reconhecimento oficial enquanto povos étnicos diferenciados. Nas ferrovias que penetravam o território paranaense, os índios foram recebidos por metralhadoras. Posteriormente, o Marechal Cândido Mariano Rondon que não exterminou os índios, mas sim, buscava o diálogo. É dele a seguinte frase “morrer se necessário for, matar, nunca!”, ganhando assim, a confiança das tribos como também, convencendo funcionários e autoridades a se defender da exploração e da crueldade dos brancos.

Nos últimos 50 anos diversos povos indígenas ressurgiram no Nordeste do Brasil como os Pitaguary, Tremembé, kalabaça, Tabajaras, Potiguaras, Jucá, kanindé, Anacé do Ceará, Tumbalalá, Pipipã em Pernambuco, Tupinambás, Tumbalala na Bahia, Kalancós, Karuazo, Catokinn, Koiupanká em Alagoas, e em 2003 os Pankauiká e os Pankará em Pernambuco que nos dão uma idéia da diversidade e da complexidade desta questão identitária tanto no passado e no tempo presente também.

2.4 UM PEQUENO RECORTE SOBRE A PRESENÇA AFRICANA NAS ALAGOAS E O QUILOMBO DOS PALMARES

Poderia aparentemente se pensar que a grosso modo, que a escravidão teria nascido no continente africano, a escravidão em si teria nascido em sociedades primitivas que teriam feito a transição histórica de uma sociedade primitiva para uma sociedade de classes baseada no trabalho escravo como aconteceu na Grécia Antiga e Roma Imperial, na Antiguidade Clássica. Contudo, é no mundo muçulmano, na Idade Média, onde o tráfico de escravos vai se tornando um sistema mais amplo e mais complexo, assumindo as suas características enquanto sistema econômico e formação Social.

Em 1140 fundou-se o Reino Português com D. Afonso Henrique I e em 1415 Portugal conquistou a cidade de Ceuta que deu início ao processo de conquistas portuguesas no litoral da África. Embora o interesse maior dos portugueses fosse o controle do comércio do ouro em pó que se realizava no litoral da África, acabaram que os portugueses não conseguiram. Somente mais tarde em quase meados do século XV os portugueses começaram a conquistar o comércio

da pimenta e mais tarde do tráfico de escravos africanos com a Fundação da Feitoria de São Jorge de Mina, em 1482, no litoral da Guiné Portuguesa, que se transformaria no maior entreposto do tráfico de escravos africanos da África Ocidental para as Américas.

Entre os Séculos XV a XIX o Continente africano perdeu entre 65 a 75 milhões de pessoas escravizadas vivas ou mortas e estas pessoas constituíam-se de uma parte bem selecionada da população- uma Verdadeira elite biológica –onde estavam excluídos os velhos ,os doentes e os aleijados. alguns historiadores calculam que os Tumbeiros (que vem de tumba,cemitério) teriam tido em média uma Lucratividade de 300 % no Comércio de escravos africanos. (LIMA, 1989, p. 61-62).

Foi a introdução, implantação e a consolidação da atividade açucareira em meados do século XVI que provocou o processo de encadeamento da escravidão indígena e depois africana na América Portuguesa onde as trocas comerciais com o Golpe da Guiné e Angola que consolidam a importação de africanos, ao passo que permanece como a força maior a escravidão indígena na Amazônia e na região de São Paulo pelos bandeirantes, dado ao nível de pobreza destas regiões e não estarem elas interligadas as redes do tráfico de escravos africanos.

O crescimento constante do tráfico de escravos africanos que eram a maior parte da população colonial nas áreas do açúcar e da mineração, apesar da intensa repressão aos escravos, mesmo assim eles suicidavam-se pulando dos navios negreiros no oceano Atlântico, ou fazendo greves de fome, ou fugindo e constituindo os quilombos (iremos discutir um pouco mais adiante sobre o Quilombo dos Palmares) foram formas mais eficiente e duradoura da resistência escrava no Brasil escravista.

Uma Lei Régia de 1741 determinava que todo grupo com cinco ou mais escravos fugidos ou suspeitos poderiam ser considerados como um quilombo, devendo dar combate a eles pelas tropas portuguesas ou luso-brasileiras, eles deveriam ser massacrados ou reduzidos á escravidão pelos capitães-do-mato.

As cidades também estavam cheias de escravos que se diversificavam em empregos chamados de trabalhos para negros, geralmente eram trabalhos braçais ou que os brancos (mesmo os pobres) julgavam que somente os indígenas deveriam fazer ou praticarem como serem artesãos, ou vendedores ambulantes, que eram inclusive, usados por seus senhores como “escravos de ganho” ou alugados a terceiros. A promessa da alforria também funcionou como fator de controle e também exploração dos escravos.

Mesmo depois da independência, o Brasil se apresentou como único país da América Latina a dar Continuidade a prática do tráfico de escravos africanos, que só foi proibido em 1831 (tornou-se em uma Lei-morta, sem eficácia jurídica, desrespeitada e descumprida por toda a população), assim, o tráfico prosseguiu ilegalmente até 1850 quando foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz.

De 1550 a 1850 mais de 4 milhões de africanos escravizados vieram (foram trazidos a força) para o Brasil, que se transformou no maior país negro das Américas, apresentando-se com três características bem definidoras da escravidão no Brasil: 1) a presença de “donos” ou proprietários de escravos em todas as classes sociais da população livre, tanto de fazendeiros como famílias remediadas; 2) a extensão do escravismo nas cidades; e 3) a prática difundida da concessão das alforrias.

Para se ter uma ideia, em 1849, dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro cerca de 110 mil habitantes eram escravos, correspondendo aos 41,3% da sua população, da capital imperial mais populosa com uma alta concentração de escravos da América Latina.

Como já foi comentado, mas apenas reforçando, a importância da mão-de-obra escravizada no Brasil açucareiro, bastante discutida pelo sociólogo Manuel Diegues Júnior, na obra *População e açúcar no Nordeste do Brasil* (2012):

Os Portugêses resolveu trazer o elemento negro com justificativa que eles já eram habituado ao trabalho chamado de braçal onde “os escravizados africanos começaram a ser trazidos para o Brasil para atender as necessidades da lavoura da cana-de-açúcar implantada. assim seria utilizado os seus serviços nas atividades rurais e também nas atividades urbanas fosse o serviço de casas, transporte, limpeza de ruas, de venda ou de trabalhos portuários e etc. o mesmo aconteceu no Brasil com o negro plantando canas, carregando sacos de açúcar, levando recados, servindo de piloto nas barcaças, fazendo limpeza das ruas, ou servindo como ‘mucamas’ para seus senhores e suas respectivas famílias. (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p.52).

Quanto a Alagoas, as primeiras informações que se tem sobre a quantidade de escravos que aqui existiam, a vida deles, suas origens étnicas, seu cotidiano e as formas de sobrevivência no contexto escravista, são informações raras e às vezes imprecisas. Vejamos o que dizem dois grandes estudiosos sobre a questão do negro na história de Alagoas. Abelardo Duarte no seu ensaio *O negro na colonização de Alagoas* (1944) e *O negro na história de Alagoas* (1988), de Alfredo Brandão. Esses autores nos dão condições de melhor conhecer e reconhecer o grande legado deixado por eles ao longo do processo histórico do passado e do tempo presente.

Não resta dúvida que o elemento negro, introduzido em Alagoas, eram de procedência bantu. Sabe-se que os negros bantus predominaram no Nordeste brasileiro em Pernambuco e Maranhão, de onde chegaram até as terras das alagoas oriundos de Pernambuco de onde se fazia o seu contrabando (o grifo é nosso) pela enseada do Pituba, O Porto do Francês, Porto de Pedras, Ipioca, Paripueira. Em 1819 a Província das Alagoas figurava com a porcentagem de 38,3 de escravos para um total de 111.973 habitantes, e os recenseamentos de 1872 e 1890. que acusaram na constituição da população alagoana as cifras de 12,08 e 10,14 respectivamente de negros (...) isso não impediu que tivéssemos também aqui negros Sudaneses. (DUARTE, 1944, p. 23-26).

Em Alagoas há uma procedência banto que está presente nos vocábulos entre as diversas designações de Locais, rios, montanhas, serras, que citamos alguns nomes como Gorungumba Luango, Cafuche, Banguê, Banguê, Sabalanga, bonga, Quebrangulo, Kalunga, Cumbe, cafuba, Osenga, Cambona, Mutange, Satuba, Batuque, capionga, quibun do, babaca, mulungu, bunda, quibundo, maribondo etc.

São todas pelas palavras de origem Quibundo de Angola. (o grifo é nosso). (BRANDÃO, 1988, p. 36-52).

Há uma enormidade de palavras ou termos de origem banto que apresentaremos a seguir. Letra A: Abadá que quer dizer túnica folgada e comprida, usada por integrante de um bloco ou trio-elétrico carnavalesco; Acarajé que quer dizer bolinho de feijão fradinho frito com óleo de dendê e servido com camarões secos; Afoxé que quer dizer dança semelhante a um cortejo real que desfila durante o carnaval ou cerimônias religiosas.

Letra B: Balangandãs quer dizer enfeites, originalmente de prata ou ouro usados em dias de festas; Banzo quer dizer tristeza fatal que abatia os escravizados com saudades de sua terra natal; Berimbau quer dizer instrumento musical composto de um arco de madeira com uma corda de arame vibrada por uma vareta, tendo cabaça oca como caixa de ressonância.

Letra C: Cacimba quer dizer poço de onde se extrai água; Cafundó quer dizer lugar muito distante e isolado, quando as pessoas diziam “fulano mora lá no cafundó do judas”, ou seja, num lugar longe, a perder de vista; Calango quer dizer lagarto e também uma doença afro-brasileira. Letra D: Dengoso quer dizer pessoa manhosa, chorona ou chorão; Dendê quer dizer fruto de uma Palmeira que se extrai e se transforma, pela ação humana, no óleo de dendê.

Letra E: Ebó quer dizer oferenda feita aos orixás para resolver os mais variados desejos e problemas; Erê quer dizer divindade ligada à infância, as crianças em Iorubá; Exú quer dizer divindade, considerada como a intermediária entre o céu e a terra. Aquele que está em todos os lugares, dono das encruzilhadas. Quanto a Letra F: temos a querida Farofa quer dizer mistura de farinha de mandioca com água, azeite ou gordura; Fuxico quer dizer falar mal dos outros e também é o nome que se dá a um artesanato popular feito com pedaços de pano; Fuzuê quer dizer confusão, bagunça.

Letra G temos Galalau que quer dizer pessoa muito alta, avantajada; Ginga quer dizer movimento corporal, comum na capoeira, na dança e no futebol; Gororoba quer dizer comida malfeita, de serventia duvidosa.

Letra H temos os termos Hauça que quer dizer o nome de um povo africano que veio para o Brasil como escravizado, cujo o seu nome (Hassás) está associado a uma grande revolta de escravos na Bahia, e também a sobrevivência cultural presente na culinária baiana chamada de arroz-de-haussá ou hauça; o termo hum-hum quer dizer uma interjeição de lamento ou de aborrecimento em Angola.

Letra I: Ialorixá mãe-de-santo, Sacerdotisa; Iemanjá quer dizer Orixá, a Grande mãe, poderosa rainha das águas; Inhame raiz alimentícia introduzida no Brasil pelos negros e tem também a sua aplicação medicinal.

Letra J: Jango dança de umbigada na qual homens e mulheres sapateiam no centro de uma roda, provocando o ritmo dos tambores e de cantos de desafios; Jagunço é o nome dado aos cabras guerreiros ou capangas existentes no Sertão nordestino; Jeque é o nome dado ao jumento.

Letra L: Lundu é uma dança e uma música ou ritmo musical de origem afro-brasileira; Lelê quer dizer comida feita à base de milho ou fubá; Libambo era o nome dado a uma corrente de ferro que prendia o pescoço, as mãos ou os pés dos escravos.

Letra M: Mambembe é o nome dado ao chamado teatral itinerante, sem lugar fixo; macumba é o termo geralmente dado (de forma indevida) aos cultos afro-brasileiros, este é também o nome dado a uma planta de origem africana; Maculelê é o nome dado a uma dança de origem africana executada com bastões de madeira que se batem uns com os outros, também conhecido como mineiro-pau. E além disso nós temos os termos mandiga, maracatu, maracutaia, maxixe, mochila, moleque, muvuca, mocotó, moqueca e maringa.

Letra N: Nanã é o Orixá ou derivada detentora dos poderes sobre a vida e a morte das pessoas; Nenê que quer dizer criança de colo; Negreiro ou Tumbeiros é o nome dado aos navios que traziam os escravizados amontoados e acorrentados em porões, da África para o Brasil.

Letra O: Oxóssi que quer dizer Orixá ou divindade da caça; Ogum também é um Orixá ou divindade do ferro e Senhor da Guerra; Odara quer dizer bom, bonito (deixa eu dançar pro meu corpo ficar odara, minha cara, minha cuca ficar odara – Odara, Caetano Veloso).

Letra P: Puita é um tambor vibrador, semelhante a uma cuica brasileira; Patata quer dizer grupo ou turma de pessoas; Pirão vem das nossas memórias de afeto quando criança que é em si, uma papa grossa feita com farinha de mandioca.

Letra Q: Quibebe que quer dizer comida feita com abóbora; Quenga quer dizer comida ou guisado de quiabo com galinha, é também mulher prostituta; Quiabo quer dizer planta ou fruto do Quiabeiro, planta de origem africana; Quilombo quer dizer local ou comunidade organizados por negros escravizados que se rebelavam contra a condição do cativo. Hoje é o nome dado a comunidades remanescentes ou sobreviventes de quilombos tombados ou não pelo patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que continuam a sua luta pela sobrevivência em todo o território Nacional.

Letra R: Ranzinza quer dizer rabugento, teimoso; Reco-Reco quer dizer instrumento de percussão no qual o músico esfrega com uma vareta as aberturas feitas em um gamo de bambu ou numa peça de madeira.

Letra S: Samba que nasceu de uma dança de umbigada ou de peitada praticada em algumas regiões da África. Considera-se que o primeiro Samba gravado no Brasil, foi pelo

telefone de Ernesto dos Santos (Donga) e Mauro de Almeida em 1916; Sacana quer dizer pessoa patife, sem vergonha; Senzala era o nome dado a moradia apertada, sem janelas, onde os escravizados dormiam no chã e trançados.

Letra T: Tutu quer dizer um tipo de feijão cozido e refogado, reforçado com farinha de mandioca. E também é o nome dado ao “bicho-papão”, nos cantos populares; Tanga quer dizer um tipo de roupa curta, quase cueca; Tipoia quer dizer rede usada como transporte ou tecido utilizado para descansar o braço ou a mão.

Letras U e V: Umbanda em si é um sistema de práticas divinatórias afro-brasileira com elementos do espiritismo e do catolicismo; Urucubaca quer dizer má Sorte e azar; Vatapá quer dizer um tipo de pirão da culinária afro-brasileira, a base de peixe e camarões.

Letras X e Z: Xangô é um Orixá ou divindade dos raios, trovão e da justiça que tem como símbolo um machado com dois gumes; Xilofone é um instrumento musical de teclas de madeira também chamada de marimba; Zabumba quer dizer bumbo ou tambor; Zumbi foi o nome do último rei ou governante do Quilombo dos Palmares, antes da sua destruição em 1697 (daí vem o dia 20 de novembro como data da morte de Zumbi dos Palmares, hoje consagrado como Dia Nacional da Consciência Negra).

Muito bem! Sabemos que estas palavras de origem africana banto, quimbundo não estão todas aqui, mas aqui é apenas uma pequena demonstração desta riqueza e valor reconhecido e dado as palavras que tem sentido, peso e significado na vida das pessoas, tanto no passado quanto no tempo presente.

Quanto ao Quilombo dos Palmares foi ele o mais conhecido e duradouro quilombo, antigamente chamado de Mocambos de Palmares que em si eram uma confederação de vários mocambos que ninguém sabe quando ele teria se iniciado, mas o que se tem é a data de 1630, quando os holandeses teriam desembarcado no litoral de Pernambuco como data simbólica e de referência para a história de Palmares, porque foi durante a invasão holandesa que houve um “processo de relaxamento” da vigilância aos negros, num sentido mais geral, o que teria facilitado uma fuga mais intensa deles para Palmares ou outros mocambos ao longo do processo histórico.

A Presença de Negros em Alagoas remontam desde os tempos da Capitania de Pernambuco, portanto, foi com Duarte Coelho que aqui chegaram os primeiros escravos. No Século XVI, estima-se que havia no Brasil cerca de 5.000 cativos sendo constante a presença de negros nos canaviais, tanger o gado, nas cidades e vilas carregando carroça, fundindo foices e machados nas sapatarias e que ainda tinham que submeter-se as constantes torturas, humilhações, que lhes eram submetidos pelos seus anos se destacando entre elas as ‘novenas’. Castigos que se repetiam por nove dias a fio, sendo os negros amarrados de bruço em pesados bancos, onde eram açoitados a chicote de couro cru até o sangue escorrer onde muitos não resistiam e morriam antes de completar os 9 dias e dos instrumentos de tortura tinha-se o ‘‘

Tronco'', do pescoço'', da gargalheira',as '' algemas'' e as ''peias de ferro fechados a cadeados'' etc. Não suportando os trabalhos e humilhações ou Suicidavam-se ou fugiam para os Mucambos. (BRANDÃO, 1988, p. 10).

A base da economia implantada em Alagoas em seus primórdios, foram alicerçados em torno do latifúndio, da monocultura e do trabalho escravo, de onde eles teriam sido trazidos a força da África e aqui trabalhavam derrubando matas, preparando a terra para o plantio e colheita da cana-de-açúcar e fabricando o açúcar, em troca recebiam nada, apenas o descaso, a humilhação e as vezes até os castigos desnecessários.

Desde os séculos em que existiu a escravidão e a opressão a eles, também existiu os séculos de resistência e negação ao escravismo. O negro escravizado lutou lá na África para não ser reduzido a essa condição de escravizado e ao longo de todo o processo em que ele esteve escravizado lutou contra as diversas formas e expressões de violências contidas no sistema escravista brasileiro.

A fuga era a expressão mais comum da revolta dos negros na escravidão da noite logrando o olhar dos capitães-do-mato individualmente ou coletivamente, os negros adentraram nas matas de Palmares onde se refugiavam em busca da liberdade e da autonomia. O Quilombo dos Palmares teria se originado depois da fuga de aproximadamente 40 negros de um engenho de Porto Calvo em 1597, distantes dos suplícios que a escravidão lhes impunha, das correntes de ferro, dos "paus-de-arara", das gargalhadas e dos chicotes dos seus senhores. Esses negros fugiram para Serra da Barriga (figura 20) e lá fundaram Palmares no atual município de União dos Palmares/AL, local de terras férteis, água em abundância, para lá fundaram aquele que se transformaria no mais duradouro Quilombo da América Latina.

O crescimento da sua população deve-se em grande parte a destruição de vários engenhos durante a invasão holandesa a Pernambuco, na primeira metade do século XVII (1630). O conhecimento desta área territorial de Palmares é de fundamental importância para reconhecer-se no seu processo de resistência e sobrevivência por quase um século:

O Quilombo dos Palmares ocupou uma grande faixa de terra que era abundante em Palmeiras, Pindoba ou o chamado coco catolé que também dava nome aquela região, que era localizada entre o centro-norte de Alagoas e a parte Sul de Pernambuco. Essa Região era na verdade um espaço vazio que foi deixado pelos índios que foram afastados para o interior depois das chamadas guerras de extermínio que foram provocadas pelos portugueses.

A origem africana dos Palmarinos era diversa com a predominância dos chamados povos bantos com algumas modificações que foram introduzidas com os hábitos do novo mundo, e com isso formaram uma sociedade multiétnica com traços africanos e europeus. A

língua oficial era o português que foi também unificada para uma população culturalmente heterogênea, e a sua religião estava marcada pelo sincretismo religioso entre as crenças que eram de origem africana e o chamado catolicismo. (CARVALHO, 2016).

Pode-se dizer que o Quilombo dos Palmares teria passado por dois grandes momentos. Um primeiro momento de instalação, de conhecer e reconhecer a sua plena potencialidade da área territorial, onde se instalou os mocambos de Palmares, depois o de trocas culturais com os índios da região e o seu processo de crescimento e consolidação que já faz parte da sua segunda etapa histórica até o seu apogeu e desaparecimento bem mais tarde, em 1695/7.

Figura 20 - Serra da Barriga: Topo da Serra e Palmeiras.



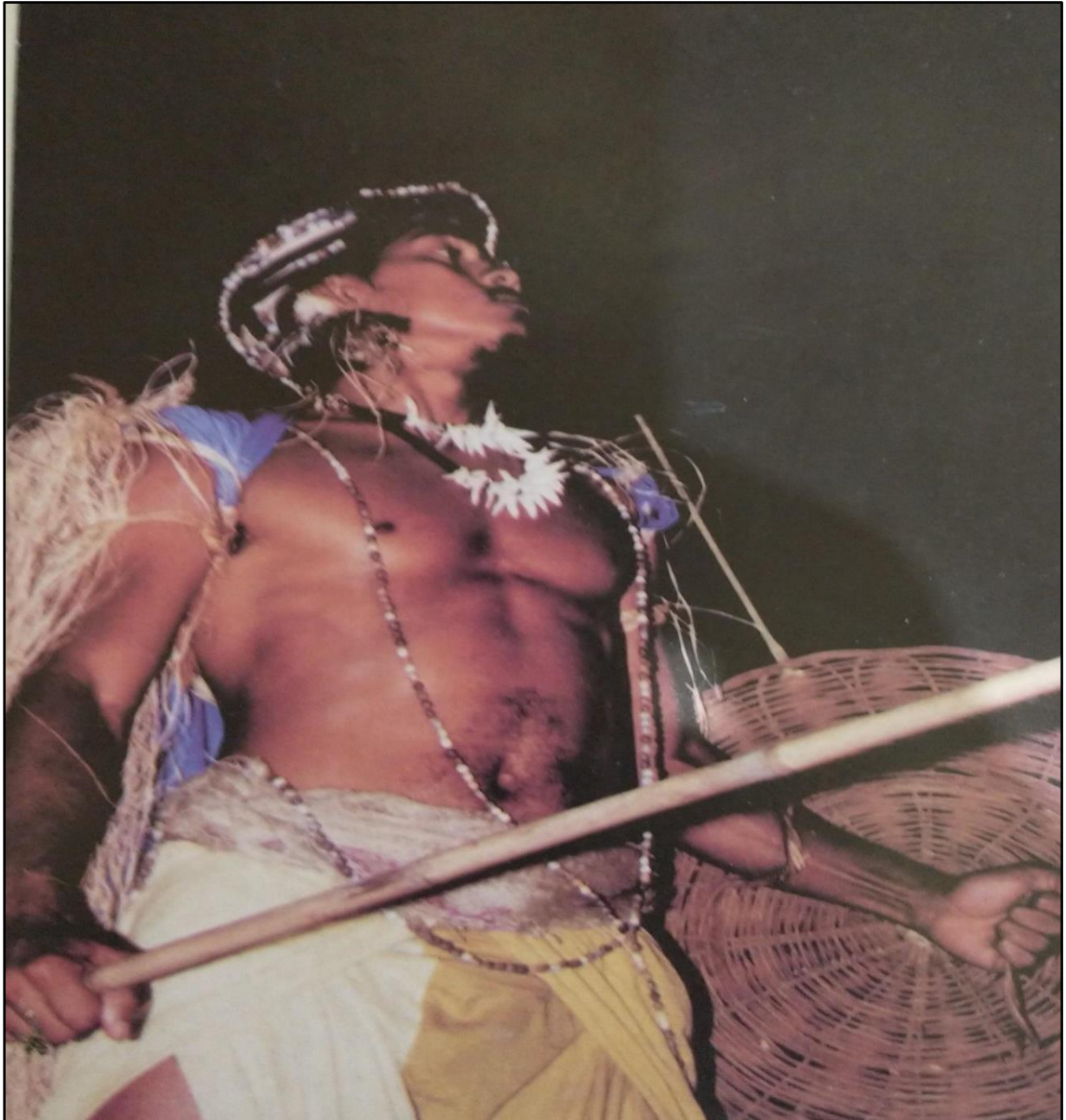
Fonte: Lima (2001, p. 76).

O processo de crescimento e consolidação do Quilombo dos Palmares começou a incomodar ao governo colonial português através da sua, cada vez mais presente, oposição que faziam ao sistema escravista, mas também pelo interesse que despertava nos negros cativos de fugirem para os mocambos. As notícias de uma vida livre naquelas comunidades mocambeiras aumentavam a insatisfação dos escravizados e os motivavam a fugir para juntar-se nos quilombos.

O Quilombo dos Palmares não parava de crescer em tamanho geograficamente, força militar, população e produção alimentar para a sua população nativa, onde a sua organização militar era forte, composta tanto por homens (força majoritária) e também por mulheres, inclusive chefiado por Dandara, Aqualtune e outras lideranças femininas.

Palmares chegou a abrigar mais de 20 mil habitantes, ocupando uma área de quase 27.000 KM. Palmares daí por diante passou a libertar os escravos, quando passou a atacar também os engenhos da Zona da Mata de Alagoas e Pernambuco (incendiando canaviais e depredando os engenhos de açúcar) na qual a economia açucareira estava, de fato, sob ameaça, razão pelo qual as autoridades da colônia e os senhores proprietários somavam esforços para destruir os mocambos de Palmares e capturavam seus habitantes e reconduzi-los à escravidão.

Figura 21 - Quilombo dos Palmares: peça teatral encenada em 2001.



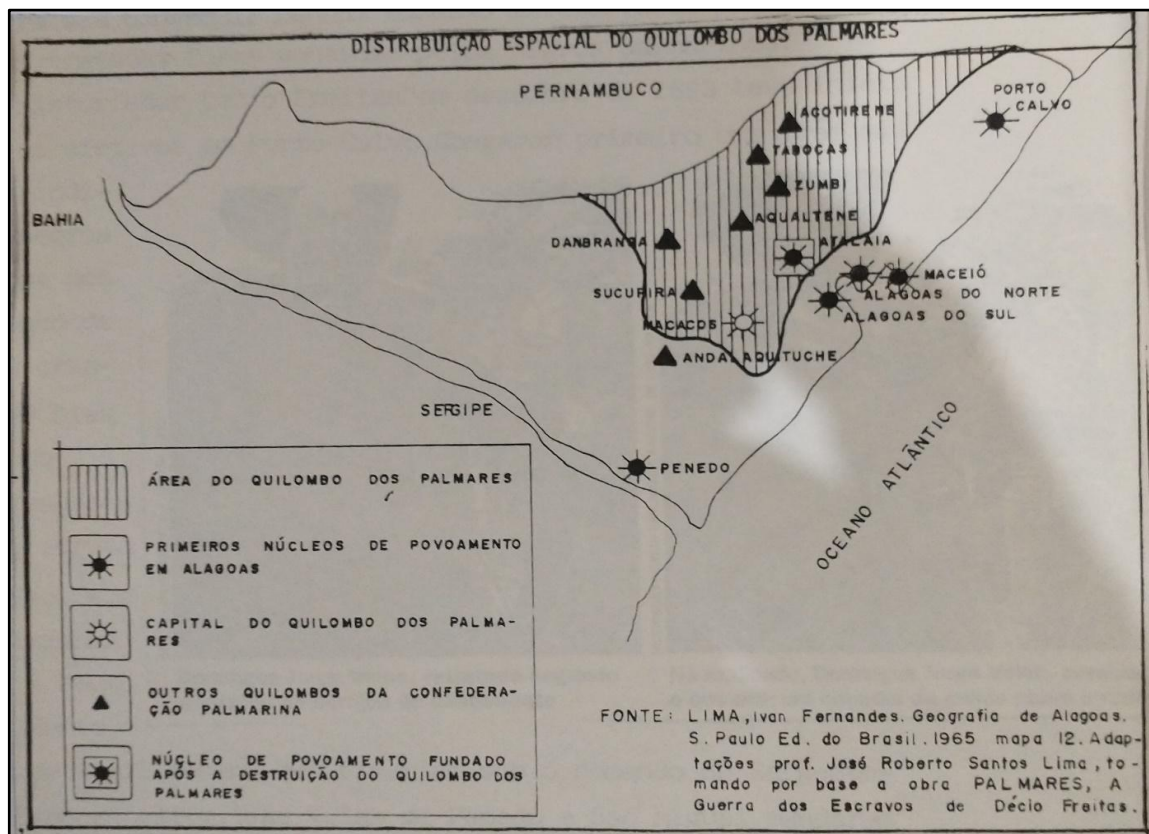
Fonte: Alagoas, terra de Zumbi dos Palmares, (2001, p .6).

Os Principais Mocambos de Palmares foram: Zumbi, há 16 léguas a Nordeste de Porto Calvo; Acotirene, Tabocas, Subupira, Dambradanga, Andalaquituche e Osenga, outros mocambos menores. O Mocambo de Osenga estava situado em Viçosa/AL., entre os ribeirinhos do Rio Paraibinha e o Jundia (Jundia) no local em que mais tarde teria sido assentado o aldeamento do Limoeiro em Santana do Mundaú, já na fronteira com Pernambuco. Atualmente (onde este mucambo ficava a 7 léguas a oeste da Serra da Barriga); o Mucambo de Andala quituche que pertencia ao irmão de Zumbi, estava 25 léguas ao Nordeste da Vila de Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul, hoje Marechal Deodoro, situado na Serra do Cafuchi.

Não se tratava de um Mocambo de Palmares, mas dado a expansão das comunidades negras pelo interior de Alagoas na época da expansão de Palmares, em Viçosa se constituiu numa comunidade remanescente de quilombos em Sabalangá que ainda vive até os dias de hoje.

O Mocambo de Subupira que estava próximo ao Rio Cachinge estava a 6 léguas ao Sul da Serra da Barriga nas proximidades da Serra de Jussara nas cachoeiras do Rio Satuba chamado pelos negros de Rio Cachingi.

Figura 22 – Quilombo dos Palmares: Mucambos.



Fonte: Lima (1998, p. 85).

O Mocambo do Amaro ficava há 54 km da vila de Serinhaém em Pernambuco, durante o seu período de apogeu teria tido uma população de aproximadamente 5 mil pessoas. O Mocambo de Aqualtune estava situado a 165 Km da Vila de Porto Calvo, cujo nome deste mocambo está relacionado ao nome da mãe de Canga – Zumba que foi um dos reis de Palmares antes de Zumbi.

O Mocambo de Dambrança ficava a 84 Km do Mocambo das Tabocas onde fica a comunidade de Sabalangá em Viçosa/AL. E a Cerca Real dos Macacos, a capital da confederação Palmarina na Serra da Barriga a Sudoeste da Cidade de União dos Palmares, cujo mocambo de 8 mil pessoas no período áureo de Palmares. E o Mocambo de Zumbi que estava

localizada a 96 Km de distância de Porto Calvo, para se ter uma ideia da sua complexidade histórica, enquanto sociedade mocambeira.

A primeira expedição holandesa contra Palmares foi organizada por Rodolfo Boer (1644) a mando de Maurício de Nassau. Segundo o historiador Décio Freitas em sua obra *Palmares: A Guerra dos Escravos* aquela expedição foi quase um total fracasso, mal cobrindo os seus custos enquanto expedição, morrendo vários soldados e capturando pouco escravos. Em síntese foi muito mais prejuízo do que lucro.

Depois foi feita uma outra expedição a Palmares anos depois, mas como os holandeses não conheciam bem a região, a expedição militar do capitão Blaer não obteve um grande êxito e como eles não esperavam que os negros os atacassem sempre de surpresa, usando a tática de guerrilhas, chamadas por eles quilombolas como guerra-do-mato.

Entre 1644 e 1677 organizavam-se várias expedições contra Palmares, inclusive as duas holandesas e várias outras portuguesas que atentaram contra Palmares. Mas entre 1671 e 1677 esses ataques se intensificaram, por exemplo, em 1677 foram vários mucambos destruídos e cerca de 200 negros quilombolas recapturados voltando para a escravidão, além dos mortos nas batalhas para ambos os lados, mas a quantidade de mortos quilombolas foi bem maior.

Com armas mais potentes das forças pernambucanas e portuguesas colocavam a prova a sua capacidade de defender-se e contra atacar os seus inimigos em potencial. Foram ao todo mais de 40 expedições militares oficiais e oficiosas contra Palmares que também intensificava os seus ataques contra engenhos e fazendas de gado, aumentando o seu contingente militar, capturar armas, confiscar escravos e se apropriando de pólvora e outros bens nesta ação de captura e saque, até que Ganga-Zumba propôs ao governo português a assinatura de um Acordo de Paz entre as partes: Governo Português X Palmares, onde para Ganga-Zumba era a oportunidade de crescer mais, reestruturar o seu exército e melhorar as suas defesas, ao passo que para os luso-brasileiros era a oportunidade de tentar bolar mais um plano para destruir definitivamente os mocambos de Palmares, se fosse isto possível.

Aires de Souza de Castro, governador de Pernambuco, informa a coroa sobre os resultados de uma expedição contra Palmares comandada por Manuel Lopes e coadjuvada em vários pontos por outros contingentes Militares, A Vitória teria sido completa: “... todos os seus mocambos e famílias foram derrotados”. O Número de Prisioneiros seria superior a oitocentos. Os principais chefes palmarinos teriam sido mortos ou capturados, só escapando Zumbi, que é o que hoje os governa”. O governador, entretanto, mostrasse prudente na avaliação dos resultados da expedição, alegando pouca experiência do Brasil. Informação interessante é a de que um contingente de partidários de Ganga-zumba, estabelecidos em Cuaú-que o documento erroneamente grafado como Cevaú-participou da expedição contra os Palmarinos. A revolta a que alude o documento ocorreu em Cuaú e foi organizada por agentes de Zumbi... O “Maioral” que participou da expedição não foi Ganga-

Zumba,mas Gana-Zona (Irmão de Ganga Zumba).aquele foi morto durante a revolta do Cucaú, enquanto se realizava a expedição. (FREITAS, 2004, p. 109).

Não podemos esquecer que quando Ganga-Zumba assinou o tratado de Paz, acima citado, também chamado de Pacto do Recife, assinado em 05/11/1678, cujo objetivo maior, além de garantir a Paz, o desejo maior era Palmares crescer até se tornar inexpugnável, mas Zumbi não concordava com vários pontos do acordo, principalmente em deslocar grande parte da população de Palmares para o Cucaú, onde ficaria apenas na Serra da Barriga quem lá nasceu. E então, 90 % da população de Palmares lá não teria nascido? Então Palmares desapareceria legalmente do acordo com Pacto de Recife.

Daí a revolta de Zumbi em ter conclamado o seu povo para não mais voltar a ser escravo novamente e permanecer na luta pela liberdade, sendo ele aclamado como rei por todos os Mocambos de Palmares, havendo talvez a necessidade de repactuar o Pacto do Recife em cima de outras bases, mas Zumbi resistia a essa ideia porque ele sabia que não poderia confiar nos seus inimigos tradicionais, mas o Governador-geral do Brasil, Souto-Maior mandou um embaixador a Serra da Barriga negociar com Zumbi, porém, ele resistia sempre, não assinou os acordos e voltou a atacar os engenhos e vilas com as suas tropas.

Os avanços das sucessivas expedições militares pernambucanas e portuguesas, Ganga-Zumba até então, era o grande chefe ou rei de Palmares e resolveu aceitar, em 1678, a proposta de trégua feita pelo então Governador-Geral do Brasil, Pedro de Almeida.

Ofereceram a Ganga-Zumba liberdade dos que nasciam, concessão de sesmarias, garantia de liberdade de comércio e convivência pacífica com as autoridades e com todos os habitantes da colônia.

Essa proposta gerou uma crise política entre os liderados de Ganga-Zumba com inclusive, a dissidência de Zumbi, que não acreditava nas aparentes boas intenções do Governo Português. Zumbi, destacado chefe militar do Quilombo do Palmares, adquiriu força política quando se opôs aos Acordo de Paz aceitos por Ganga-Zumba, e depois de morto, teve Zumbi como seu sucessor, que liderou a resistência Palmarina.

Zumbi não ratifica o acordo de Ganga-Zumba nem outros quaisquer, nem mesmo o de Souto-maior e F. Carrilho que pressionado pelos senhores de engenho acabou contratando o bandeirante Domingos Jorge Velho para destruir Palmares que se encontrava no Piauí caçando índios para vendê-los como escravos aos senhores de engenho de Pernambuco ou Bahia. Contudo, a maior concentração de tropas foi reunida em Atalaia – AL., quando Clovis Moura

em sua obra *Os Quilombos e a Rebelião Negra* (1987) assim referiu-se sobre preparativos para destruir Palmares:

Em dezembro de 1693 teve início a concentração de efetivos em Porto Calvo. Chegaram primeiro uns 3 mil homens – brancos, índios, mamelucos e negros do terço dos Henriques-recrutados em Olinda, Recife e lugares circunvizinhos e o presídio do Recife foi esvaziado e seus presos organizados como um corpo sob comando do capitão de infantaria, e de Alagoas e Porto Calvo são convocados 2 mil homens e Penedo e São Miguel 1500 homens e uma boiada. (MOURA, 1987, p. 47-48).

João da Cunha Souto-Maior quando assinou o contrato (ou acordo) com Domingos Jorge Velho que ele é até hoje um dos mais importantes documentos sobre a história de Palmares extremamente metuculozo e mais tarde foi ratificado. E aqui estão em forma sintética as 16 Cláusulas do referido contrato:

- 1) O Senhor Governador dá o título de Coronel, 2 quintais de pólvora e 2 de chama a primeira entrada ou expedição militar (o grifo é nosso);
- 2) O Sr. Governador manda dar 600 alqueires de farinha dentre milho, feijão e acomodar melhor 200 alqueires de 2 em 2 meses na Vila das Alagoas;
- 3) O Sr. Governador lhe dá mais de mil côvados de fazenda, entrando armas de fogo e outros apetrechos de guerra;
- 4) O Sr. Governador lhe larga (abre mão) dos quintos que das presas tocarem a sua majestade e joia para o Coronel;
- 5) Depois de extinguir os ditos negros será ele obrigado a mandar para as praças do Recife, todas as presas e dali as mandar vender no Rio de Janeiro ou Buenos-Aires e só poderão ficar na capitania crianças de 7 a 12 anos que sejam vendidas pelo Coronel;
- 6) O Sr. Governador dará aos conquistadores os referidos das terras de Palmares;
- 7) Domingos Jorge Velho se obriga a não consentir que qualquer negro que fuja seja entregue ao seu dono;
- 8) Tendo notícias da existência de qualquer outro mucambo, nestes sertões se obrigam os bandeirantes a dar combate a eles;
- 9) O Sr. Governador em nome de sua majestade nomeia dando o predito ao referido nos capítulos em reconhecimento dos seus serviços ao rei;
- 10) O Sr. Governador não poderá dar perdão aos negros quilombolas;
- 11) Que as Sesmarias sejam dadas a partir do Rio Camarão e de Pemaica (?);
- 12) Se os negos cativos forem buscar os seus senhores terão que pagar ao Capitão-Mor 8 mil reis cada um deles;

- 13) O Sr. Governador dá poder ao Cel. Domingos Jorge Velho para mandar prender qualquer morador desta capitania que socorra os negros de Palmares ou que sejam, suspeitos disto;
- 14) O Sr. Governador e Ouvidor Geral lhes concedem perdão geral dos crimes cometidos por Domingos Jorge Velho;
- 15) Quem quiser ir voluntariamente deverá se sujeitar as ordens do Coronel e seus oficiais;
- 16) O dito Coronel e seus oficiais não poderá consentir qualquer crime nos seus arraiais e caso isso aconteça deverá prende-los e manda-los ao Governador.

Olinda, 3 de março de 1684. João da cunha Souto Maior. (FREITAS, 2004).

Em 1692, Domingos Jorge Velho pela primeira vez penetra na área do Quilombo dos Palmares saindo derrotado naquele primeiro embate. Voltando novamente em 1694 com o maior exército constituído do Brasil colonial, com cerca de 9 mil homens, só superado pelas tropas holandesas, onde Zumbi cometeu um erro tático de abandonar a tática de guerrilhas mais ele manda confeccionar uma cerca de pau-a-pique na frente da entrada de Palmares, mas o que vai derrubar Palmares vão ser os canhões instalados, que derrubam as paliçadas de Palmares e abrem espaços para a sua invasão e destruição depois de 3 grandes batalhas e a destruição de Palmares em 1695/7.

Depois de 22 dias de guerra continua e da fuga de Zumbi que depois é executado na Serra Dois Irmãos, em Viçosa, próximo a um sumidouro. E assim termina a história de Palmares, mas não do seu exemplo de luta pela liberdade e para todos nós presente, como exemplo de cidadania plena nos dias atuais.

Alagoas hoje tem 71 comunidades remanescentes de Quilombolas e vamos citar aqui o nome de várias delas: Carrasco, Serra das Morenas, Pau d'Arco, Barro Preto, Cajá dos Negros, Guaxinim, Povoado Cruz, Palmeira dos Negros, Sapé, Alto da Madeira, Poximan, Pau Pretos, Gameleira, Vila Santo Antônio, Santa Filomena, Tabacaria, Chifre de bode, Poço do sol, Bom Despacho, Pixaim, Tabuleiro dos Negros, Oiteiro, Jorge, Alto do Tamandua, Jacu, Mocó, Quilombo, Mariana, Filus, Jussara, Mocambo, Caboclo, Mameluco, Passagem, Sitio do meio, Boca da Mata, Lagoa do Coxo, Poços do Lunga, Abobreiras, Mombaça, Uruçú, Muquem, Gurgumba, Sabalanga, e outras comunidades não aqui citadas, cujo levantamento nós tomamos por base a obra de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos *Quilombolas, tradições e cultura de resistência* (2004).

São comunidades negras que se constituíram após o 13 de maio de 1888 no intenso processo de migração humana dos afrodescendentes do campo para as cidades e das cidades para o campo ocupando territórios em lugares esmos (abandonados) ou de difícil acesso,

geralmente nas áreas geográficas do agreste e do sertão de Alagoas e apenas 01 na região da mesorregião de Maceió na Comunidade de Quilombos, em Santa Luzia do Norte - Alagoas, na sua zona urbana.

3. DO PROCESSO DE DECLÍNIO DOS ENGENHOS BANGUÊS AO APARECIMENTO DAS PRIMEIRAS USINAS ATÉ A DÉCADA DE 1920 NAS ALAGOAS

Para o chamado “começo de conversa” sobre um tema tão importante e complexo da nossa história econômica, social, política e até cultural, todos esses e outros fatores estão interligados nesta dinâmica histórica. Há a necessidade de identificarmos os elementos motivadores e causadores deste processo histórico e as suas devidas consequência dentro de um espectro mais amplo e dinâmico da crítica histórica mais atual possível, onde vamos nos utilizar, “para um começo de conversa” de uma discussão pertinente e apropriada feita por uma das maiores autoridades sobre a temática da agroindústria açucareira no Nordeste do Brasil, Manuel Correia de Andrade, em sua obra *Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estado da produção do espaço* (2010), quando ele nos informa a respeito das condições em que se encontravam os engenhos banguês em Alagoas:

A Situação da agroindústria açucareira, nos fins do Século XIX, quando dominava o sistema de banguê, eram as mais precárias. O açúcar brasileiro de inferior qualidade em Relação ao das Antilhas, tinha dificuldades de despertar o mercado externo, e não havia no País um Mercado interno capaz de absorver a produção. A agroindústria mantinha-se rotineira quer no setor agrícola, onde as variedades de cana cultivadas davam uma produtividade baixa, quer no setor industrial onde a produtividade era baixa e o produto de má qualidade e ainda havia (o grifo é nosso) o problema da corrupção visto que alguns exportadores de açúcar, para aumentar o volume do mesmo, misturavam-no em argila e outras substâncias. (ANDRADE, 2010, p.38).

Com esta citação, brincadeiras a parte, mas em si levando a coisa a sério, você tem temática para inclusive fazer um outro trabalho de conclusão de curso em função de uma enormidade de problemas e tentativas de solução para aqueles problemas apontados, ou melhor dizendo, como foram estes problemas resolvidos ou “jogados para o debaixo do tapete?”

É isto que vamos tentar decifrar, decodificar, entender, dentro de cada situação vivenciada ou experimentada nas Alagoas entre os fins do século XIX e início do século XX., os relatos históricos nos possibilitam uma noção de totalidade e ao mesmo tempo das potencialidades locais.

Apenas relembro que os engenhos banguês eram o nome dado a uma unidade de produção agrícola, industrial e de estrutura jurídica de capital limitado (familiar) que tinha uma certa sofisticação que envolvia as moendas, que esmagavam as canas, em 4 a 5 tachos, geralmente onde o caldo era cozido até se transformar em “pães-de-açúcar” até ser condicionado em caixas, barricas e mais tarde, em sacos para depois serem exportados.

Os fatores responsáveis pelo declínio dos engenhos banguês no Brasil e também em Alagoas foram: 1) escassez ou a falta de créditos para o financiamento dos antigos engenhos banguês para poderem se modernizar, a descapitalização do setor foi um dos responsáveis pelo seu declínio; 2) as práticas agrícolas rotineiras que são inclusive citados por Manuel Diégues Júnior na sua obra *O Banguê nas Alagoas*, estão atrelados as maneiras de como a terra era tratada, conservada, sem adubação orgânica nem química e os maus-tratos muito comuns de como era ela manuseada; 3) a dificuldade dos engenhos mediante a escassez e a falta de capitais para que o setor adquirisse equipamentos mais modernos e sofisticados para sobreviver as dificuldades do seu tempo; 4) estradas em péssimo estado de conservação que dificultavam o deslocamento do açúcar das suas áreas de produção em direção aos pontos; 5) elevado custo na reposição do trabalho escravizado que se prepara para a transição, para o trabalho livre (discutiremos mais profundamente bem depois).

A situação de atraso secular que os engenhos banguês vivenciavam entre fins do século XIX e começo do século XX, e o seu alto custo para produzi-lo, estão associados a vários outros fatores, como por exemplo, lá no passado, em quase meados do século XVII no Brasil holandês quando eles saíram do Brasil e se fixaram em algumas Ilhas do Caribe, levaram consigo os segredos de como produzir açúcar com um preço mais baixo usando o bagaço da cana como combustível e também melhorando o seu sistema de esmagamento e cozimento, baixando o seu custo de produção e ganhando boa parte do seu mercado internacional, enquanto as formas de produzi-los no Brasil que a cada dia se tornava mais absoluta, além do fato que eles eram os principais intermediários do comércio do açúcar na Europa. Já que a principal “bolsa de valores” do comércio do açúcar estava situada em Amsterdã.

Por outro lado, não podemos esquecer que o trato com a terra que geralmente se achava de forma equivocada, que se tinha terra demais e não precisava cuidar dela, o que era um puro engano. Mesmo a cana sendo produzida na área fértil do vale de algum rio, essa forma rotineira sempre do mesmo jeito, desde o início do período colonial provocava o cansaço dos solos e baixava a sua produtividade agrícola, sem adubação orgânica ou química para corrigir os solos que durante séculos fazia-se sempre do mesmo jeito (hábitos rotineiros, já falado antes), juntando a isto, o uso de ferramentas (foice, machado, enxada) já ultrapassadas, no trato com a terra.

Figura 23 - Alagoas: cana-de-açúcar.



Fonte: Oliveira (2021, p. 8-9).

A Introdução do arado que vinha substituir com vantagem a enxada no tamanho da terra, sobretudo nas áreas planas, representou um avanço na Técnica agrícola, assim como na era industrial a adaptação das fornalhas dos engenhos ao uso do bagaço como combustível em lugar de lenha (...). (ANDRADE, 1997, p. 20).

Se somaria a esta questão do texto ou cuidados com a terra e as suas formas de cultivo, a questão dos tipos ou das espécies de canas cultivadas, porque tudo isto também está relacionada com a baixa produtividade agrícola, o que encarecia o seu custo de produção para produzi-la, ficando cada vez mais caro este processo até ele se tornar quase antieconômico para o mercado internacional.

O primeiro tipo de cana que veio para o Brasil foi a Crioula (1500/1516), depois sendo introduzida a Caiana (1790/3) originária do Taiti. Depois outras espécies como a Branca de Othati e outras que vieram depois. Entretanto, o maior problema delas era a questão da adaptação aos nossos tipos de solos e a questão seríssima do melhoramento genético que ninguém fazia ou praticava no Brasil.

Esperávamos sempre que os outros países fizessem o seu melhoramento ou cruzamento genético da cana para depois trazer para cá e experimentá-las, num exemplo típico de dependência tecnológica. Como sair desta dependência sem investir em pesquisa científica. Só se começou a estudar a “broca” do café porque eles estavam acabando com os nossos cafezais no começo da República. Daí em diante começou-se a fazer pesquisas no setor agrícola no Brasil.

Além destes fatores já citados, não podemos esquecer que a falta de capitais, a descapitalização do setor sucroalcooleiro no fim do século XIX e começo do século XX, se somou a séculos de atrasos tecnológico e social onde não é que bastaria implantar uma nova máquina a vapor de última geração para o problema ser resolvido, porém, tudo isto teria que vir como um pacote de modernidade, incluindo capital disponível, canas bastante produtivas, melhoramento e aperfeiçoamento dos tratos com a terra, equipamentos de última geração, trabalhadores motivados e preparados para o trabalho, assim como, equipamentos mais modernos e adoção de uma mentalidade empresarial capitalista, valorizando os seus técnicos e trabalhadores braçais, pagando-lhes salários mais justos e, acima de tudo, baixando os seus custos de produção e conquistando cada vez mais as fatias do mercado internacional e local.

“Só no começo XIX é que surgiram os primeiros engenhos a vapor que se difundiram muito vagorosamente permitindo a sobrevivência dos engenhos d’água e de animais até a primeira metade do século XX”. (ANDRADE, 1997, p.18).

Sendo esta citação complementada por uma outra de autoria de Manuel Diégues Júnior na sua obra *O Banguê nas Alagoas* (1980), quando ele se refere aos engenhos a vapor em Alagoas:

Na sua fala de 1851 á Assembléia Legislativa o Presid. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior refere-se á existência de dois engenhos movidos á vapor um em passo de Camaragibe e outro em Santa Luzia do Norte (...) não informando o nome dos Engenhos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 117).

De certa forma, embora tenha sido tentado entre fins do século XIX e começo do século XX, a instalação dos Engenhos Centrais em Alagoas que nunca chegou a se materializar completamente nas Alagoas, apesar de autorizado por diversas vezes pela Assembleia Legislativa Provincial e pelos Presidentes da Província, cujo objetivo maior era modernizar o setor açucareiro e instalar em locais estratégicos no Norte de Alagoas (em Porto Calvo ou São Luiz do Quitunde) um Engenho Central, dois outros na região das Lagoas Mundaú e Manguaba que deveria se situar na região do Pilar e Atalaia e um para a região de São Miguel dos Campos para cobrir a região mais ao Sul de Alagoas, inclusive englobando a região do Vale do Rio Coruripe.

Contudo, a elite agrária, latifundiária e monocultora (açucareira) das Alagoas praticamente boicotaram os engenhos centrais porque eles, senhores de engenho, não queriam se tornar só fornecedores de cana para as usinas e, principalmente deixar de ter o seu engenho que era uma unidade de produção familiar de capital limitado (e não uma sociedade anônima de capital aberto), na qual eles, na sua maioria descapitalizados, não tinham condições

econômicas nem estruturais para fazer as transformações requeridas pelo que o processo histórico pré-determinavam que deveria fazer.

Como a superação daqueles fatores responsáveis pelo declínio dos engenhos banguês: 1) descapitalização do setor açucareiro; 2) práticas agrícolas rotineiras; 3) atraso tecnológico; 4) estradas péssimas; 5) a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a competição diretamente com o açúcar da cana, produzido também por aqui:

O Desenvolvimento da Utilização da Beterraba como produtora de açúcar durante e depois do bloqueio continental com Napoleão Bonaparte (o grifo é nosso), porem criou um sério problema a indústria do açúcar de cana. Desenvolveu-se na Europa, onde as condições culturais e técnicas são mais evoluídas era natural que da beterraba se obtivesse um açúcar de melhor qualidade, mais puro e fino. Para poder enfrentar a concorrência do açúcar de beterraba, os engenhos banguês tiveram que procurar produzir açúcar de melhor qualidade, capaz de concorrer na Europa com o produto europeu. Dai Surgiram a partir de 1882 os engenhos centrais e as Usinas produtoras de açúcar demerara e de açúcar branco (...) (ANDRADE, 1997, p. 20).

O desenvolvimento técnico da produção dos engenhos criava dificuldades na vida dos banguês que eram movidos por água, bois, bestas e no trabalho escravo, esses eram os sustentáculos da sua vida, já que agora não era mais necessário depender da água (dos rios) dos bois, dos escravos nos engenhos banguês. Isto tudo fazia parte de um passado que já se encontrava ultrapassado, obsoleto, de um passado que um dia já foi brilhante.

O açúcar de beterraba produzido na Europa de maneira indireta forçou ou induziu que o setor açucareiro no Brasil tivesse a necessidade de se modernizar (ou desapareceria depois), quando o Governo Imperial (e também das Províncias) incentivaram que os banguês se modernizassem e se criassem os Engenhos Centrais, onde eles iriam beneficiar as canas, e os banguzeiros forneceriam as canas para os Engenhos Centrais, separando-se as duas atividades – a agrícola da industrial – e os donos dos banguês não queriam abandonar os seus empreendimentos agrícola e industrial (o banguê) e se tornarem “empregados” ou fornecedores de cana para as usinas. A situação era mais complicada de que se imaginava, porque não era apenas apertar um botão e tudo teria sido resolvido.

Aquele item lá atrás já comentado sobre a questão das estradas em péssimas condições de conservação do item 4 das causas do declínio dos engenhos banguês, todos nós sabemos que lá no passado colonial até o século XIX, antes da crise do engenhos banguês, grande parte deles eram movidos a água dos rios que geralmente atravessavam as suas propriedades e assim sabe-se que em Alagoas a sua colonização e a ocupação dos seus espaços territoriais sempre estiveram associados a implantação de um engenho banguê, e posteriormente de uma vila ou de um aldeamento, ou de uma fazenda de gado ou das plantações de algodão ou outro motivo qualquer.

Desta forma, os rios sempre foram não só a força motriz dos engenhos, e nos locais onde eles não existiam usavam-se engenhos movidos a tração animal (bois, mulas e até escravos), mas também, como meio de transporte através de barcaças grandes para transportar o açúcar para os principais portos, para a sua exportação. Esses rios foram: Jéquia, Manguaba, Comandatuda, Camaragibe, Santo Antônio, Paraíba, Paraibinha, São Miguel, Coruripe, Satuba, Mundaú, e vários outros rios não aqui citados, que foram durante séculos as vias do transporte do açúcar.

As vias de transporte em Alagoas sempre foram péssimas e só melhoram com a construção das ferrovias (mesmo assim não se estendiam por todo o Estado) e da instalação das primeiras estradas de rodagem em Alagoas que tiveram que melhorar e muito.

Quanto ao último fator causador do declínio dos engenhos banguês para o aparecimento das primeiras usinas, foi a transição das formas de trabalho escravo para o trabalho livre. Temos que voltar um pouco no tempo, para os primórdios das lutas pela campanha abolicionista em Alagoas, em linhas mais gerais, para que se possa melhor compreender aquela dinâmica histórica.

A campanha Abolicionista em Alagoas, assim como no restante do Brasil, foi influenciada profundamente por uma série de leis e concessões ao governo inglês feitas por D. João VI indo desde o direito da marinha inglesa, desde 1817, de visitar e buscar em navios suspeitos no comércio ilícito de escravos em áreas africanas ou portuguesas, inclusive em alto mar. E a pressão inglesa não por aí, tanto que a Regência Trina Permanente, em 1831, cria a primeira lei abolicionista do Brasil proibindo o seu tráfico ilegal que acabou se transformando em uma “Lei Morta” (todo o país sabia que ela existe mais ninguém a cumpria e a obedecia).

Em 1845 terminava os prazos previstos na Lei Abolicionista de 1831, chamada de Lei Feijó que conferia aos ingleses o direito de vistas e buscas dos navios negreiros, contudo, os ingleses sentiam-se prejudicados com a aprovação das Leis das Tarifas Alves Branco que sobretaxavam os produtos ingleses. Não esquecendo-se da influência da Lei Inglesa Bill Aberdeem que davam aos ingleses direitos de aprisionarem quaisquer navios negreiros após 3 milhas da costa brasileira. Tinha-se pontos de desembarque de escravos ilegalmente próximo a costa de Maragogi, São Miguel dos Milagres, Barra de Santo Antônio, Paripueira, Litoral de Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto.

As Leis Abolicionistas aprovadas pelo Parlamento brasileiro foram as seguintes:

- 1) Lei Feijó (1831) - proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil, mas ela se tornou uma Lei Morta, desrespeitada por todos;

2) Lei Eusébio de Queiroz (1850) - proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil, de forma definitiva, porém o tráfico ilegal continuou ainda por muitos anos;

3) Lei do Ventre –Livre (1871) - definia que os filhos dos escravos a partir da promulgação desta lei eram considerados como pessoas livres, (quebrando com aquele vínculo da escravidão ser hereditária) não criando nenhum fundo ou reserva financeira para tal, ficando essas crianças sob tutela dos proprietários dos seus pais ainda escravos;

4) Lei do Sexagenário (1885) - é uma lei que concedia aos escravos com 65 anos de idade, tendo eles que trabalhar mais 5 anos para o seu Dono para pagar as possíveis despesas que o seu dono teria tido com ele. Essa Lei beneficiou mais aos donos de escravos do que os escravos. Muitos preferiram permanecer como escravos porque eles teriam alimentação, abrigos e alguns cuidados. Sozinhos teriam que levar as suas vidas, daí por diante quem ia querer um escravo velho (a)? Essa é a grande pergunta a se fazer para aquela época já que pouquíssimos chegariam a essa idade. Isto era coisa rara, raríssimo!

5) Lei Áurea (1888) - esta lei abolia, acabava com a escravidão no Brasil de forma indistintamente para todos os negros do Brasil ainda escravos. A partir da sua promulgação homens e mulheres libertos, não criando nenhum mecanismo compensatório para todos eles agora libertos, porém, ainda não cidadãos brasileiros plenamente. Por lutar por esses direitos até os dias atuais.

A primeira sociedade abolicionista fundada em Alagoas foi a Sociedade Humanitária Permanente fundada em 1869 que se somariam a Sociedade Emancipadora Penedense em 1871 e a Sociedade Redentora em 1871, todas lutavam para conquistarem a liberdade dos escravos que circulavam ou trafegavam pela região do Baixo São Francisco ou direção ao Sertão alagoano e aos Sertões da Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Em Maceió tinha-se a Sociedade Libertadora Alagoana (1881) que obrigava uma quantidade e a parte de alguns intelectuais que tinham peso na imprensa e na sociedade da sua época: Manuel Baltazar Pereira, Diégues Júnior, Misael Domingues (pintor), Dias Cabral e Pedro Nolasco Maciel (autor do romance de costumes A Filha do Barão) e outros intelectuais da sua época.

Além desta que foi a mais influente sociedade abolicionista de Alagoas, se somariam a Sociedade Libertadora das Senhoras (1883), Clube Literário e Abolicionista Castro Alves

(1883) e o Clube Abolicionista Estudantesco Alagoano (1884) além de outras organizações abolicionistas incluindo os formais, é claro.

Avaliamos então, a situação dos negros no segundo parágrafo. Quem foi que disse que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi fácil, democrático ou respeitoso? Engana-se quem pensa desta forma. A sociedade brasileira nem estava preparada, nem se preparou, devidamente para garantir uma transição sem traumas, transtornos ou outros problemas correlatos. A isto avaliemos então, a situação dos negros após as leis abolicionistas através de um relato contundente e preciso do historiador Félix Lima Júnior:

Que fizeram os governos imperial, provincial e municipal por esses pobres pretos e pardos? Nada, infelizmente não abriram escola e nem oficinas onde eles aprendessem a ler e a trabalhar. E os senhores dos pais deles? Menos ainda. Os genitores desses rapazes, cativos, sem recursos, sem tempo. Sem orientação, sem capacidade para ajudar os filhos que desejassem estudar eram forçados a mandá-los “aprender o seu ofício” trabalhando como burro de lavrador pobre, sem remuneração, debaixo de pauladas e de palmatoadas, nas oficinas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, torneiro, sofrendo o diabo; e a trabalhar como empregado doméstico ou como serventes em armazéns de açúcar, casas comerciais e construções de prédios e em obras públicas. As meninas e mocinhas iam para as cozinhas; ou então “bater roupa” nos fundos dos quintais; (...) outras com gamela ou tabuleiro na cabeça, percorriam as ruas vendendo peixe, Sururu, Frutas. As mais jeitosas tiravam bilhete grande: iam trabalhar como copeiras, outras aprendiam a costurar e a bordar, servindo diretamente às sinhás-moças, como mucamas. (...) Velhas Solteironas ou Viúvas sem filhos tomavam, por caridade, “para criar”, um negrinho ou uma pretinha. Esses, em geral, aprendiam a ler, a escrever, a contar, ingressando depois no comércio, como auxiliares nas repartições públicas e na instrução provincial, alcançando, quando tinham boa estrela, folgada situação econômico-financeira e, às vezes, invejável situação social. (LIMA JÚNIOR, 1975, p. 09).

A sociedade brasileira composta por uma minoria branca, uma multidão de mestiços ou amestiçados negros e índios, nunca foi uma sociedade democrática, respeitosa com o outro, mas sim, profundamente racista e excludente em todos os seus sentidos e aspectos.

Os brasileiros quando conversam, todos escondem, falam educadamente e não assumem que são racistas e preconceituosos onde a maioria deles, dizem que não tem nada contra os negros, porém este racismo escondido, disfarçado e camaleônico (que muda de cor a qualquer hora) vem à tona quando pessoas de cor ou em situações concretas como “Você pode namorar com qualquer um, mas com um negro não”, ou usando ditos populares racistas do tipo: “É negro já basta! Ou “se eu gostasse de negro andaria com um urubu debaixo do braço”, entre outros ditos populares racistas e preconceituosos. Tudo isto fazia e ainda faz parte de uma campanha proposital de rebaixamento do povo negro, tanto de ex - escravos ou libertos, quanto de qualquer outra pessoa de cor, causando-lhes dor, vergonha e sofrimento, quando a elite branca deste país sentia-se envergonhada por desejar enquadrar o nosso país dentro dos padrões étnicos e culturais da Europa ocidental, na qual o ideário de vida, de educação, de modelo de estado nacional deveriam ser unificados também nas províncias, onde o fundamento eram civilizar e

unificar as práticas culturais relativas ao trabalho livre, as formas de linguagens, religião, lazer, costumes, organização social e familiares, tudo isto unificado pelo Estado Nacional. Só que os negros faziam parte desta sociedade, é claro, mas de forma marginal, excludente.

Como pode-se querer discutir a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, se a liberdade nem sempre em nosso país significou o gozo da cidadania plena? Em que a liberdade não deveria ser apenas um sonho, mas sim, de uma realidade histórica construída concretamente a partir de valores, respeito ao ser humano, independentemente da cor de sua pele.

A Lei Áurea foi o ponto culminante de um processo lento e gradual que ocupou todo o século XIX, na qual libertou quase 800 mil negros existentes no país, naquele momento. Entretanto, os libertos foram jogados na mais terrível miséria, sem terras para cultivar, sem estudo e praticamente sem oportunidades de emprego e salários.

A palavra “liberdade” (...) nem sempre teve o mesmo significado. noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram na Luta no Final do Séc. XIX e Início do XX e alguns desses diferentes significados foram evidenciados por ações de escravos e libertos ao longo do tempo. Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições. Outras vezes significou poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. (LEITÃO, 2006, p.15).

Um dos grandes problemas nosso é de que não se pode ter mais “direitos pela metade”, e sim plenamente. Quando o povo diz que “a Lei no Brasil só funciona para preto e pobre” é uma constatação corriqueira, fruto das desigualdades e injustiças, prevalecem em nosso país nos tempos atuais.

Só após três séculos da exploração colonial e escravagista é que começou no século XIX, a Luta pela libertação dos escravos, a instituição servil foi sendo abolida nos vários países latino-americanos, na medida que havia um maior desenvolvimento econômico e também social era que as antigas tradições da antiga sociedade colonial iriam sendo deixadas de lado. O Brasil foi um dos últimos países de toda a América do Sul a abolir e eliminar definitivamente a escravidão de todo o seu território. A Lei Áurea Não foi complementada por outras leis que tinham sido propostas por outros abolicionistas como Joaquim Nabuco, André Rebouças e João Alfredo que tinham o desejo que fossem desenvolvidas a agricultura, através do fornecimento de crédito abundante que também fosse fácil e barato, desejavam também a criação de colônias agrícolas que dessem abrigo aos libertos e também a desapropriação das terras que não eram exploradas e que também fossem situadas às margens das ferrovias que estavam em construção e também próximo aos rios navegáveis e do Litoral. (ANDRADE, 1987, p. 8).

Com a abolição da escravatura, na realidade encerrava-se uma fase da economia açucareira do Nordeste, era iniciada outra fase a do trabalho livre, que coincidia com o início da chamada renovação industrial, que foi com o aparecimento em grande escala das primeiras usinas de açúcar de um lado e do outro lado das estradas de ferro. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi cercada de muitas dificuldades e com a perturbação que surgiu para o açúcar ser transformado em estrutura econômica do sistema de produção. A situação econômica dos Engenhos centrais mal estava aparecendo no ano de 1888, pois não estavam suportando a carga do recente criado trabalho livre. Essa transição livre não era somente de uma natureza

econômica era particularmente de uma ordem técnica. (DIÉGUES JÚNIOR, 2012, p. 141).

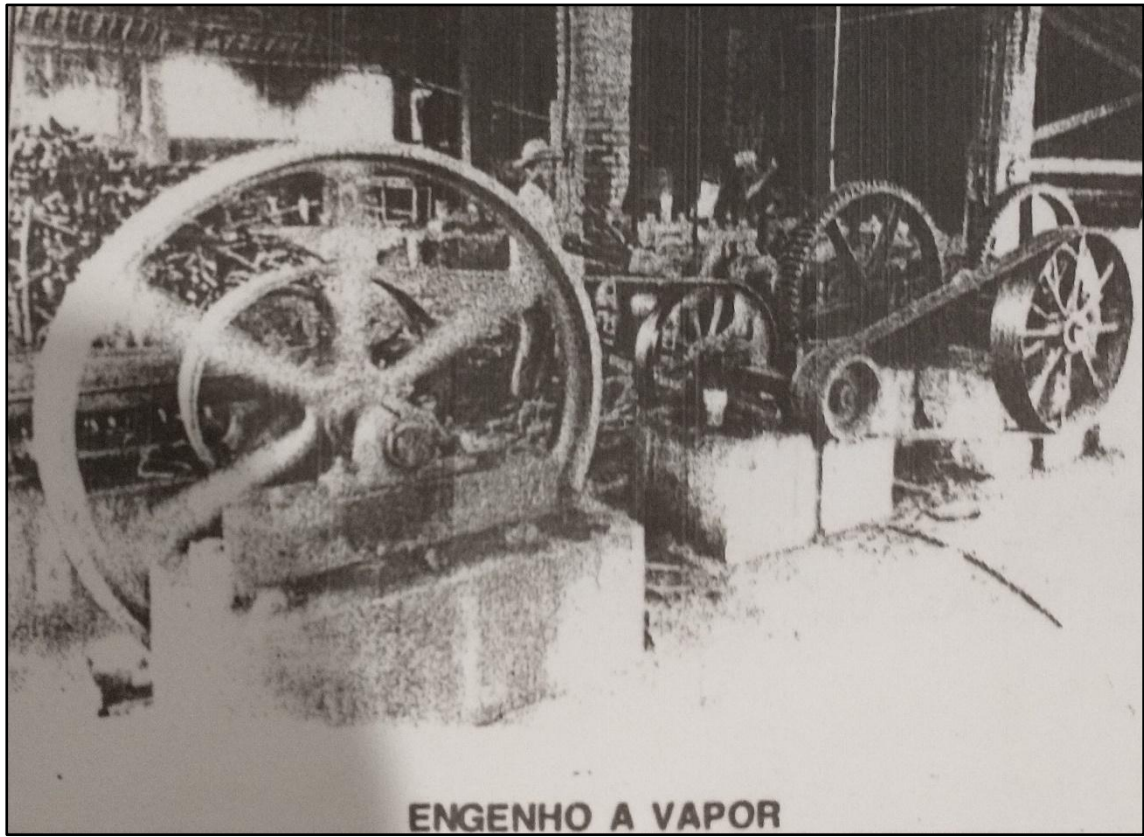
Voltando para a questão dos engenhos banguês, a introdução do arado, como já foi falado anteriormente, provocou uma enorme revolução no campo da agricultura, só superado pela introdução da educação química e pelo uso do trator, bem mais tarde nos campos.

Quanto aos tipos de cana-de-açúcar que eram plantados no Brasil, isto também foi um dos fatores do nosso atraso secular em função da primeira espécie de cana aqui implantada. Lá no período colonial, a Crioula já vinha num processo de degenerescência provocado pela “gomose”, numa espécie de doença que atacava os canaviais. Depois veio a Cana Caiana de Caiena (ex Guiana no Caribe). Algum tempo depois chegaram a Cana Roxa de Batavia, das Ilhas Maurício, Cana Roxa de Java, da Ilha de Java, Cana Demerara, de Barbados, Cana Manteiga e Cana Flor de Cuba, de Cuba.

Os grandes problemas eram que nem o Brasil desenvolvia pesquisas na área do melhoramento destas canas nem se tinha certezas do sucesso delas no solo brasileiro. É nesse sentido, que residia o nosso maior problema em relação as espécies de cana e a adaptação era lenta e às vezes um fracasso quase completo ou completo. E alguns poucos sucessos, é claro.

A utilização da energia a vapor nos engenhos banguês foi primordial para a superação do atraso secular dos antigos engenhos banguês nas Alagoas. E no restante do Brasil estiveram submetidos ao longo daquele processo histórico já falado anteriormente. Sabe-se que foi no Engenho Ingassu, na Ilha de Itaparica, na Bahia que se utilizou da energia a vapor pela primeira vez no Nordeste brasileiro, ao passo que em Alagoas foi no Engenho Unussu por volta de 1845, que se utilizou, pela primeira vez, a energia a vapor. Esse engenho estava localizado na região do Passo do Camaragibe, no Norte de Alagoas. Na figura 24 vemos uma Máquina a vapor do Engenho Samambaia (fotografia tirada em 4/02/88). Uma das Características do engenho a vapor: em primeiro plano o moendeiro, em segundo o bagaceiro verde, em terceiro plano, ao lado dos dois rodets, o proprietário do engenho, Edvaldo Oliveira de Macedo.

Figura 24 - Alagoas: Engenho a vapor Samambaia.



Fonte: Silva (1990, p. 22).

Outros equipamentos industriais utilizados nos engenhos, estavam as centrifugas, utilizadas para aumentar o processo de clarificação e cristalização do açúcar através do uso da energia a vapor, assim como as caldeiras da marca Wetzell (de origem alemã) utilizada pela primeira vez no engenho que depois se transformou em usina Sinimbu por volta de 1893. Lembrando apenas que por volta de 1875 Alagoas já tinha cerca de 18 engenhos a vapor, quando os primeiros tratores só teriam aqui chegado ao campo em 1923. E em 1928 na Usina Laginha. A tabela 33 abaixo, apresenta a quantidade de engenhos banguês em Alagoas, no século XIX.

Tabela 4 - Alagoas: Engenhos Banguês, século XIX.

Ano	Quantidade
1802	180
1849	316
1854	400
1859	475
1881	661
1883	682

1879	969
------	-----

Fonte: Carvalho (1982, p. 53).

Quando o Governo Imperial propôs a criação dos Engenhos Centrais era em si uma tentativa de tentar conciliar os vários interesses existentes entre o capital, o trabalho, a indústria e o comércio do açúcar nas Alagoas e também no restante do nosso País.

Vários nativos mesmo com os contratos assinados e aprovados pela Assembleia Legislativa Provincial das Alagoas, esses contratos não foram cumpridos ou executados plenamente, impedindo-lhe a instalação de um Engenho Central nas Alagoas:

Os banguzeiros não recebem com entusiasmo o sistema proposto (da instalação de um Engenho Central em Alagoas) pois compreenderam que iriam deixar de se indústria, fabricantes de açúcar para se tornarem vendedores de matérias-primas a cana-de-açúcar a empresa a que não estavam ligados. Alguns capitalistas, proprietários de vários engenhos imaginavam poder montar as suas próprias Usinas e moer suas próprias canas e as de fornecedores ou desmontassem os velhos banguês. A Modernização da indústria açucareira em Alagoas seria implantada com um certo atraso e a primeira Usina a Brasileiro Sofrejaria pela primeira vez em 1892. (ANDRADE, 2010, p. 39).

3.1 A INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS USINAS EM ALAGOAS

A primeira usina instalada em Alagoas, introduzindo novos equipamentos tecnológicos e métodos de produção objetivando baixar os custos de produção e uma maior competitividade do produto no mercado internacional, foi a Usina Brasileiro fundada em 1892 no município de Atalaia, que mais tarde seguiram-se a instalação de outras usinas como a Usina Apolinário, instalada em 1895 em São José da Lage, a Usina Leão no ano de 1894 em Santa Luzia do Norte (antes a Usina Leão fazia parte do território que pertencia a Santa Luzia do Norte e logo depois passou a fazer parte do município de Rio Largo quando este se tornou um território autônomo), a Usina Serra Grande em 1894 também em São José da Laje, a Usina Sinimbu em 1894 situada em São Miguel dos Campos, e a Usina Uruba antes de 1897 em Atalaia quando esta usina anteriormente teria sido um engenho banguê pertencente à família Peixoto, quando em 1906 foi transformada em usina.

As usinas existentes em Alagoas em 1920/2 eram: Apolinário, Brasileiro, Bom Jesus, Central Leão, Esperança, Pau Amarelo, Pindoba, Rio Branco, Santo Antônio, São Simeão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba, totalizando 13 usinas.

3.1.1 Usina Brasileiro: Aspectos Históricos

“Ah! Usina, você engoliu os banguinhos do país das Alagoas”.
(DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 243).

Figura 25 - Alagoas: Usina Brasileiro: Ruínas da Usina Brasileiro.



Fonte: Renato Vasconcelos, 2022.

Os velhos banguês quando fecharam as portas passaram a ser chamados também de “fogo-morto” que era o símbolo maior da sua decadência, de uma época de todo um conjunto do seu modo de ser, pensar e de valores, agir bem característico da zona da mata de Alagoas. Junto com esse declínio dos banguês veio o declínio do império e a abolição da escravatura e, ao mesmo tempo, a Proclamação da República. Posteriormente, veio o aparecimento do telégrafo, a expansão das estradas de ferro, o automóvel, o calçamento, o cinema e a industrialização brasileira.

A Usina Brasileiro foi fundada pelo Barão de Vandesmet (Felix Vandesmet) e foi a primeira a fazer o uso da adubação verde, do uso da irrigação com bombas elétricas que impulsionavam a água através de aquedutos (canais) e encanamentos usando o princípio da declividade, utilizando-se de máquinas da *Fives Lille* no seu parque industrial.

A Usina Brasileiro durante a sua primeira moagem teria produzido cerca de 4 mil sacos de açúcar cristalizado utilizando-se de um motor de 90 HP E 8, turbinas com uma capacidade de esmagar 250 toneladas/cana por dia. Somente em 1905 é que essa indústria fez a sua primeira

ampliação industrial com 3 jogos de moendas que chegavam a esmagar 400 toneladas/cana por dia.

Tabela 5 - Alagoas: Usina Brasileiro.

Safra	Produção/Características
1ª safra (data imprecisa)	4 mil sacos
1905	Foi feita a primeira ampliação do seu parque industrial usando 3 jogos de moendas; introduzidas as canas demerara e de Java; Adubação química; uso do arado; absorveu os banguês e pequenas Usinas da Região de Atalaia.
1930/1	90.000 sacos
1940/1	198.040 sacos
1950	200.992
1958	Encerrou suas atividades

Fonte: Lima (2019, p.63).

A Usina Brasileiro utilizou nos seus campos diversos tipos de cana-de-açúcar como a Demerara e a Manteiga (fruto de um processo de cruzamento e melhoramento genético por um dono de engenho banguê de Pernambuco) e a Cana de Barbados, do Caribe, além de ter experimentado a adubação verde (quando você planta o feijão-de-corda na área dos canaviais deixa ele crescer, faz a 1ª e a 2ª colheita do feijão, depois passa o trator por cima da plantação de feijão, resolve a terra e ai ele consegue ter aquela adubação verde que vai oxigenar o solo e corrigi-lo bioquimicamente).

Segundo o Dr. Luiz Medeiros Novaes, Inspetor Técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool e também Engenheiro Químico, no seu entender, “a Decadência da Usina Brasileiro se deu por operações de financiamento retardadas, plantios que não proliferaram devido à escassez de chuvas e a crise do Mercado Internacional do açúcar e do álcool”. (ANDRADE, 2010, p. 55). Há uma importante reflexão feita pelo Geógrafo Manuel Correia de Andrade a respeito do declínio da Usina Brasileiro que não podemos aqui deixar de cita-la:

No caso da Usina Brasileiro o seu fracasso resultou, dentre outras causas de não haver procurado modernizar-se á partir da década de 1940 e de não haver estendido demais os seus canaviais, encarecendo demais o transporte da matéria-prima e tendo de

concorrer com novas usinas que foram implantadas em sua área de influência, disputando as terras e as canas. (ANDRADE, 2010, p. 49).

3.1.2 Usina Leão: Aspectos Históricos

“Eu trago a minha terra em meus olhos
Eu trago a minha terra em meus ouvidos
Eu trago a minha terra em meu olfato.

Minha terra tem o gosto ardente dos canaviais”.

Trecho do poema *Canto da Minha Terra*, de Jayme de Altavilla, 2004.

Figura 26 - Ruínas do Engenho Central Utinga Leão Rio Largo.



Fonte: Tenório e Dantas (2010, p. 69).

A Usina Leão foi fundada por um descendente de português em 1894, de nome Luiz de Amorim Leão, ele a construiu nas terras, lá no passado, pertencentes aos antigos engenhos banguês Utinga, Oficina e Boa Paz, herdados do seu pai, mais tarde transformados na citada

usina. Esta usina teria começado a moer em julho de 1894 ocupando sempre os primeiros lugares nas disputas de produtividade com as suas concorrentes.

Por volta de 1925 a Usina Leão se tornou uma empresa de capital aberto passando a se chamar Sociedade Agrícola e Industrial Usina Leão para Central Leão Utinga, que nessa época já esmagavam mais de 700 toneladas de cana por dia.

Luiz Amorim Leão foi um alagoano filho de comerciantes que enriqueceram com o comércio do açúcar e com o empréstimo de dinheiro a juros a senhores de engenho da Província das Alagoas, e daí resolveram investir na implantação de uma usina obtendo empréstimos oficiais do governo republicano, onde também a abolição da escravatura teria provocado um certo processo de esvaziamento do sistema dos engenhos centrais que em Alagoas não chegou a ser implantado plenamente, nem tão pouco parcialmente.

Tabela 6 - Alagoas: Usina Leão.

Safras	Produção/Sacos
1930/1	234.000
1940/1	362.864
1981/2	439.183
1987/8	1.381.152

Fonte: Andrade (2010, p.50).

Quando os Amorim Leão transformaram os antigos engenhos Utinga, Oficina e Boa Paz em uma moderna usina, Alagoas caminhava para o final do século XIX e era dominada pelos engenhos banguês. Luiz e Francisco Amorim Leão lançaram o desafio, e aproveitaram a sua terra fértil, que até a década de 1950, sofria nas suas terras mais baixas com as constantes inundações do Rio Mundaú, que depois foram drenadas as suas baixas várzeas, fazendo lá crescer os seus canaviais, ficando as suas primeiras máquinas modernas e partiram para a concorrência com os banguês produtivos, esmagando 100 toneladas de cana por dia, um recorde para a sua época.

A Usina Leão ao longo de sua história foi administrada pela família Leão, que em 1982 estava na sua quinta geração, na qual toda a diretoria da empresa era composta por membros da sua família. Uma das indústrias mais modernas do Nordeste, compondo três unidades: a Usina, uma Destilaria e uma Refinaria de açúcar, cuja marca Leão é conhecida em todo o nosso país.

3.1.3 Usina Serra Grande: Aspectos Históricos

*“O Lelê, viva moenda.
Ô Lêle, moenda virou.
Bota cana na moenda
Sai e caldo sem bagaço,
Correndo bica afora,
Vai bater dentro do tacho.
Mestre de açúcar dá o ponto
Que a fogo está brabo embaixo.
Corre meu caboclo ferro,
Negra Fêmea e negro Macho.”*

Cantiga do Coco Alagoano de Autoria anônima

Figura 27 - Alagoas: Usina Serra Grande.



Fonte: Enciclopédia Municípios Alagoanos, Maceió Instituto Arnon de Melo (2006, p.431).

A Usina Serra Grande foi fundada em 1894 por Carlos Benigno Pereira de Lyra natural de Pernambuco, filho de uma família tradicional do estado vizinho e que teria se fixado em São José da Lage (antigamente conhecida como Lage do Canhoto (rio que corta a região). Os Pereira de Lyra teriam vivido por mais de dois séculos no município pernambucano Timbaúba, mas a ligação maior com a cana-de-açúcar teria sido fruto do antigo engenho banguê São Bento que eles teriam possuído no município de Palmares, em Pernambuco.

Mais tarde por volta de 1891 o capitão João Alves Pereira de Lira (pai de Carlos Benigno Pereira de Lyra) se muda definitivamente para Alagoas e em 1894 mudam a Usina Serra Grande que se torna a terceira usina instalada em Alagoas, antecedidas pela Brasileiro em Atalaia e a Leão em Santa Luzia do Norte, que foi uma das primeiras a utilizar-se da irrigação e da introdução de novas espécies de cana, que na época fazia uma grande diferença na competitividade e produtividade agrícola.

Tabela 7 - Alagoas: Usina Serra Grande: Safra e produção.

Safra	Produção/Sacos
1930/1	183.015
1940/1	280.240
1950/1	315.810
1970/1	553.990
1980/1	782.536

Fonte: Andrade (2010, p. 62).

A História da Usina ‘Serra Grande’ está ligada á de uma outra, a ‘Apolinário’ que pertencia ao mesmo grupo e que encerrou as suas atividades industriais em 1930. Os Fundadores da ‘Apolinário’ e da ‘Serra Grande’ São da Mesma Família quando Capitão João Camilo Pereira De Lira que Comprou o Engenho ‘Apolinário’ se associou ao genro Luiz Lira e montado um meio-aparelho de maquinário Vindo do Recife no ‘Engenho Guindaste’ onde todos esses engenhos se fundem e dão origem a Usina Serra Grande (o grifo é nosso). (ANDRADE, 2010, p. 52-53).

A Usina Serra Grande próximo à fronteira com Pernambuco ou São José da Lage, em mais de dois séculos acumulou uma história de sucesso e pouquíssimos fracassos, no sentido de que não podemos deixar de aqui registrar, de forma pioneira que Usina Serra Grande (USGA) lançou o álcool, combustível que ainda não existia. O Proálcool que só foi instituído no Governo Geisel (1974-1979) abastecia todos os veículos da própria usina, além dos postos de combustível instalados no Recife e Maceió que passaram a receber o ataque dos “Grandes Trustes” do setor petrolífero internacional.

Com a morte do Coronel fundador da Usina Serra Grande, o sucedsor foi o seu filho, Salvador Lyra, e o seu outro filho Carlos Lyra, este herdou o Diário de Pernambuco um dos

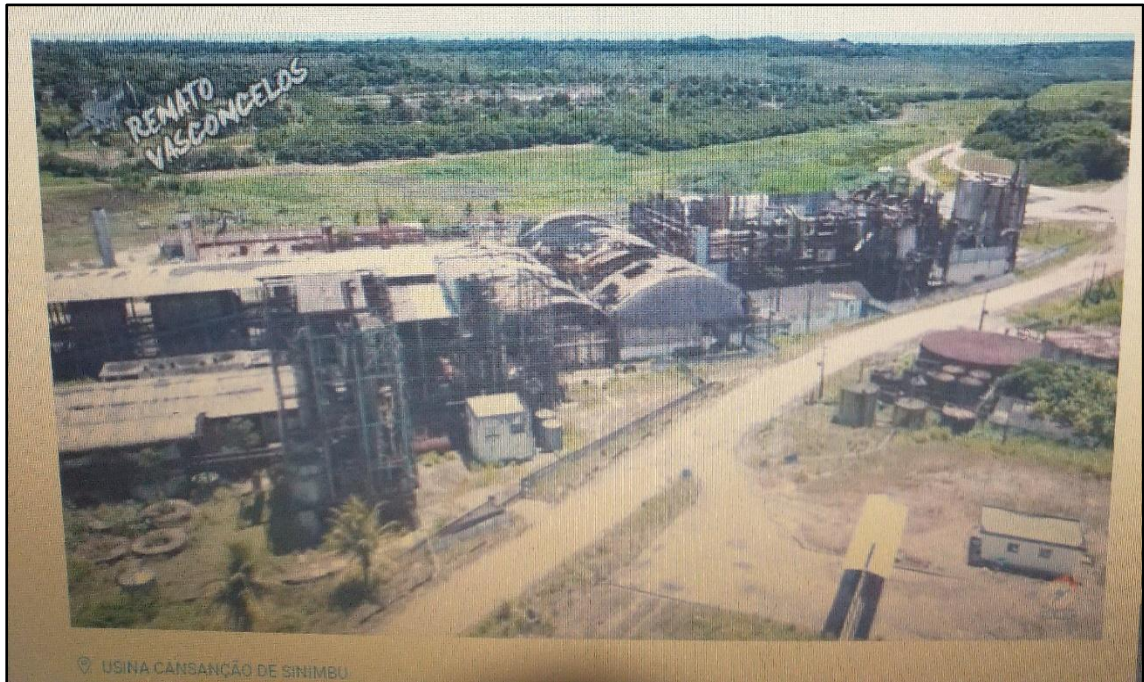
jornais mais antigos do País cuja usina continuou crescendo, fruto daquela antiga transformação do velho Engenho Apolinário em uma moderna usina, mediante um enorme trabalho e competência técnica e empresarial para gerencia-la e garanti-lhes galgar pautas mais altas no seu caminho, enquanto empresa capitalista do setor sucroalcooleiro de Alagoas.

3.1.4 Usina Sinimbu: Aspectos Históricos

*Deus te salve casa-grande
E gente que nela mora.
Venho dar as boas noites
Meus senhores e senhoras.
Viva Coroné Rocha
Na terra de San Migué,
Viva Coroné Marco
Na Zona do Coité.
Viva Doutor Taboca
Na Lagoa Jiquiá,
Viva Coroné Chico
Lá no Tibiriça*

Cantiga do Reisado, em São Miguel dos Campos, autoria anônima.

Figura 28 - Alagoas: Usina Cansação de Sinimbu.



Fonte: Renato Vasconcelos, (2022).

Figura 29 - Usina Sinimbu.



Fonte: Bacia De Sergipe-Alagoas: Escola de Terra e Mar. Salvador. (Petrobrás) Unidade de Negócio de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas. (2009, p.18).

A Usina Sinimbu, cujo nome automaticamente nos remete a figura histórica do Visconde de Sinimbu, tem muitas coisas em comum, muito mais do que possamos imaginar. Entre eles, tem o fato de terem nascido em São Miguel dos Campos, ao passo que a usina foi lá fundada, por volta de 1894.

A Usina Sinimbu tem mais de um século de vida e existência, foi fundada pela família Vieira Cansação de Sinimbu, uma das mais tradicionais de Alagoas, na qual o seu engenho banguê foi palco da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador nas Alagoas, onde a sua família pagou um preço muito caro, politicamente condenados ao degredo, mas mesmo assim.

Eles em sua passagem rápida pela agricultura, que se conhece muito pouco a seu respeito, muito mais se sabendo sobre a sua militância política, mas mesmo assim sabe-se que ele foi o introdutor do arado em Alagoas e outros melhoramentos agrícolas destinados a aumentar a produtividade da usina.

Quanto ao Visconde de Sinimbu no aspecto político, ele galgou os postos mais altos do Império como Governador da Província das Alagoas por dois momentos distintos, Deputado Geral por Alagoas, Presidente do Conselho de Ministro, Ministro e Senador por Alagoas que além dele, outros parentes seus como o Barão de Jequiá (Manuel Duarte Ferreira Fero, seu irmão), o Barão de São Miguel e Epaminondas da Rocha Vieira, que foi o senhor proprietário do Engenho Sinimbu, depois transformado em usina, algum tempo depois.

Apenas lembrando que depois da encampação dos Engenhos Banguês Ilha, Novo Sinimbu, Marcação e Jequiá, com a ajuda do capital inglês, é que se fundou a Usina Sinimbu, que contou até certo tempo com fatores limitadores do seu processo de crescimento: 1) por limitações geográficas ou restrições, no sentido de ainda não existir uma rodovia ligando Maceió a Penedo e não passando pela região do Tabuleiro de São Miguel dos Campos, este era um fator limitador para o crescimento da usina, praticamente condenando-a a um crescimento restrito ou pouco expressivo para os padrões produtivo da sua época. Os dirigentes da Usina Sinimbu começaram a elaborar outras estratégias de superação desta situação acima exposta.

Eles resolveram investir nos tabuleiros até então considerados impróprios para o cultivo da cana para a época passando a derrubar a floresta e a substituí-la por canaviais cujo cultivo nos tabuleiros pressupunha um melhor tratamento dos solos e a utilização de canas mais resistentes provocando um grande desmatamento e a desapropriação de vários sítios. (ANDRADE, 2010, p. 51-52).

Depois de separados, estas dificuldades na Usina Sinimbu aumentaram a sua produtividade agrícola, conforme apresentamos na tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Alagoas: Usina Sinimbu.

Safra	Produções/Sacos
1901/2	33.334
1930/31	47.173
1940/1	57.986
1950/1	90.547

Fonte: Andrade (2010, p. 75).

3.1.5 Usina Uruba: Aspectos Históricos

*“Do alto Camaragibe
Tudo quando é banguê
Ficará de fogo morto
Nunca mais irá moer
Do Engenho Alagoas
A Fornalha e a caldeira
Deixarão de acender
Senhor de Engenho
Acabou por inteiro
É tempo agora
De Usineiro”*

Poema Usina Santa Amália, de Humberto Gomes de Barros.

Figura 30 - Alagoas: Usina Uruba.



Fonte: Gazeta De Alagoas (2021).

A Usina Uruba surgiu por volta de 1906, se instalou em Atalaia (no mesmo Município onde havia se instalado a primeira usina em Alagoas, a Brasileiro) e funcionou até 1958. A Usina Uruba evoluiu a partir de um antigo engenho banguê Uruba que pertencia a família Peixoto que depois evoluiu para a sua constituição ou transformação em usina, não só dependeu do capital financeiro, mas também dos equipamentos tecnológicos envolvidos na sua transformação industrial, além da adoção uma mentalidade empresarial capitalista eficiente e produtiva em todos os sentidos da palavra. Uma ação empreendedora sustentável e responsável socialmente, é o que pelo menos se espera delas hoje.

Na década de 1920 a Usina Uruba passou para o controle acionário da família Cansação de Sinimbu que também era proprietária da Usina Sinimbu que foi vendida a família Coutinho e por sua vez, novamente, a Usina Uruba passou a ser gerenciada pela família Gondim até 1976, quando ela foi vendida para o Grupo Empresarial do Usineiro João Lyra, este chegou a ter 3 mil funcionários no seu quadro.

É importante aqui registrar, mesmo mediante a devastação da zona da mata atlântica atalaiense, é lá na Usina Uruba onde existe uma Reserva do Patrimônio Permanente Natural (RPPN), e o Santuário Ecológico da Fazenda Santa Tereza, onde pode-se encontrar várias espécies da flora e da fauna da zona da mata de Alagoas.

Por volta de 1854, em Atalaia havia cerca de 30 engenhos banguês, 26 engenhos banguês em 1859, ao passo que em 1870 elevou-se para 60 engenhos banguês. Grande parte deles movidos a tração animal (bois ou burros), com uma produtividade mediana (nem tão

grande nem tão pequena), não ultrapassando a 3 mil pães-de-açúcar por ano, que equivaleria a aproximadamente 15 kg cada um deles.

Em levantamento feito pelo Indicador Geral do Estado de Alagoas, publicado pela primeira vez em 1902 e reeditado em 2016 pela Editora Universitária (EDUFAL) e a Imprensa Oficial Graciliano Ramos cuja organização da citada obra ficou a cargo do historiador João Craveiro Costa e Torquato Cabral, nos informam que:

Em 1902 tínhamos 34 municípios onde Porto Calvo tinha 64 engenhos-banguês; Viçosa 72 engenhos; Murici 67 engenhos; Atalaia 160 engenhos banguês e 01 Usina; Anadia 17 Engenhos; Maceió 36 Engenhos; Coruripe 27 Engenhos; Camaragibe (Passo do) 61 engenhos; limoeiro 10 engenhos; Santa Luzia do Norte 57 engenhos e 02 Usinas; Porto de Pedras 25 engenhos ; Vitória (Quebrangulo) 26 engenhos São Luís do Quitunde 78 engenhos; São Miguel dos Campos 17 engenhos e 01 Usina; São José da Lage 28 engenhos e Pilar com 27 engenhos. Não informando de forma precisa-a quantidade de engenhos numericamente – em União (dos Palmares) informava que “ era fabricado em diversos engenhos” em Paraíba (hoje capela) “ não fala nada sobre os seus engenhos”; em Maragogi “ produzia-se e exportava cana” mais não dizia sobre a sua quantidade “ do passo que Paulo Afonso no Alto Sertão Alagoano não era área de produção açucareira, mais sim da criação de gado bovino. Este Conjunto de informações contidas no “ Indicador Geral do Estado de Alagoas” nos dão uma radiografia mais real possível da quantidade de engenhos banguês existentes em Alagoas no início do Século XX.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, nas suas primeiras décadas, detectamos uma imensidão de transformações econômicas, políticas, culturais e até ideológicas e uma I Guerra Mundial (1914-1918), onde o setor açucareiro brasileiro sofreu inúmeros impactos através do melhoramento genético das canas, do aperfeiçoamento das máquinas e equipamentos de esmagamento e cozimento da cana, do avanço dos canaviais pelos tabuleiros costeiros e tabuleiros propriamente ditos, melhoramento do sistema de transporte (trens). A nível mais geral, alguns investidores internos ou extensos procuraram financiar o setor açucareiro (um pouco mais do que se fazia antes da crise de 29) e a concorrer com o açúcar de beterraba produzido na Europa, além da crise que o setor açucareiro atravessou, fruto da crise dos preços do açúcar no mercado internacional muito defasados geralmente.

Tabela 9 - Alagoas: principais usinas por municípios.

Municípios	N.º de usinas	Usinas
Atalaia	04	Brasileiro, Uruba, Ouricuri e Vitória
Capela	02	Capricho e João de Deus
Colônia de Leopoldina	01	Porto Rico
Coruripe	01	Coruripe
Maceió	01	Cachoeira do Mirim
Passo de Camaragibe	02	Camaragibe e Santa Amália
Pilar	01	Terra Nova
Porto Calvo	01	Santana
Rio Largo	02	Central Leão e Santa Clotilde

Fonte: Carvalho (2016, p. 54-70) e Andrade (2010, p. 50-80).

O próprio desenvolvimento de algumas capitais como Recife ou Maceió só se começou a ser intensificado com a Usina, O Usineiro ao Contrário dos Senhores de engenho, é um homem mais da cidade, e instalou o seu sobrado ou fez sua casa ou chalet na capital. E com isso montou seu escritório da Usina e daí passou a dirigir o seu estabelecimento, através dos gerentes e administradores a outros funcionários. Esse fenômeno no mundo da aristocracia nordestina do açúcar estava ligado em grande parte, a sua transição do chamado patriarcalismo agrário para o chamado burguesismo urbano: ou melhor, á transferência para as capitais do então chamado patriarcalismo que era até então dominante nos engenhos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1980, p. 183).

A Construção do Parque Industrial das Usinas de Alagoas foi um processo mais recente e também numericamente e muito menos representativo do que no Estado de Pernambuco, que no ano de 1910, já possuía em torno de 46 usinas, e passou de 54 no ano de 1920, e no ano de 1930, alcançou 71 usinas. Em Alagoas a primeira Usina só foi montada somente no ano de 1892. Em 1910 já existiam 6 usinas que já estavam em funcionamento, número que foi elevado para 15 no ano de 1920, e no ano de 1930 já se encontravam em atividades 25 usinas. (LIMA, 2014, p. 48-49).

Alagoas entre as décadas de 1920/40 no setor econômico estavam elas situadas em torno do comércio internacional –açúcar e algodão do comércio interno-agricultura de subsistência e mercado interno (Feijão, mandioca, milho e outros produtos e indústria Têxtil). Em 1917 Alagoas já tinha 1000 engenhos, 8 Usinas e 7 aparelhos. Que de acordo com Gileno de Carli em ‘‘ Aspectos de Economia açucareira’’ Rio de Janeiro Irmãos Pongetti Editora 1942 que nos diz: ‘‘ a Usina Leão ocupava o 4º Lugar dentre as usinas do Brasil em relação á capacidade das moendas, e a Usina Brasileiro o 14º Lugar, a Serra Grande e a Sinimbu, o 16º lugar ‘‘ a Nível nacional (o grifo é nosso). (CARLI, 1942, p. 12).

Os principais produtos alagoanos produzidos nas décadas de 1920/30 são os seguintes abaixo apresentados:

Tabela 10 - Produtos Alagoanos.

Produtos	Quantidade	Valor
Açúcar	891.643 toneladas	388.829.831 \$ 000
Tecidos	25.104 toneladas	129.873.090 \$ 000
Algodão	45.189 toneladas	28.053.379 \$000
Arroz	25.989 toneladas	11.796.661 \$000
Cocos	70.767 milheiros	11.732.561\$000
Milho	69.677 toneladas	10.188.693\$ 000
Peles	4.659 toneladas	8.783.379 \$000
Álcool	156.980 hclitros	8.155.569 \$000
Caroço de algodão	47.205 toneladas	5.157.225 \$ 000
Mamona	7.400 toneladas	3.476.510 \$ 000
Aguardente	75.690 hectolitros	2.270.794 \$ 000

Fonte: Wanderley (1979, P. 30).

As principais fábricas de tecidos em Alagoas foram: Cachoeira (Rio Largo), Progresso (Rio Largo), Companhia Pilarense (Pilar), Companhia Industrial Penedense (Penedo), Rendas e Bordados (Pilar), Companhia de Fiação e Tecidos São Miguel (São Miguel dos Campos), Alexandria, (Maceió), Santa Margarida (Maceió), Pedra (Delmiro Gouveia), Vera Cruz (São

Miguel dos Campos), Norte de Alagoas (no distrito de saúde, Maceió), Carmem de Fernão Velho (Maceió) e Marituba (Piaçabuçu).

Quanto ao comércio de Maceió, as principais firmas foram: Brasileira, Loja Paris, Loja Progresso, Joalheria Machado, Casa Lages, Loja do Povo, Feira Franca, Casa São Miguel, Livraria Ramalho, Farmácia Pasteur e Drogaria Globo.

Quanto aos Bancos que existiam na época: Banco do Brasil, Banco de Alagoas, Banco de Lourdes, Banco Norte do Brasil, Banco dos Retalhistas e Caixa Comercial de Maceió. Por volta de 1918/24 começaram os primeiros estudos e mais tarde a exploração do petróleo em Alagoas.

Esperamos ter mostrado e demonstrado através da argumentação, um quadro mais plural possível porque Alagoas não girava somente em torno dos canaviais, dos banguês, das usinas e destilarias de açúcar, mas também, em torno de outros eixos e propósitos redefinidos pela dinâmica da vida e das situações historicamente construídas pelos homens no seu convívio social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desse trabalho acadêmico é muito importante, pois retrata um setor que sempre esteve ligado a economia do nosso estado e principalmente a sua formação histórica. O setor açucareiro, que também é chamado de setor sucroenergético, está presente desde dos primeiros anos iniciais da colonização no Brasil, no começo eram os chamados engenhos banguês na qual tiveram bastante influência na história política, social e econômica do Brasil e, principalmente, em Alagoas. Depois foram construídos os chamados engenhos vapor que foram se transformando em Usinas de Açúcar que ainda são bastante essenciais para manter a economia local de Alagoas.

A história local, desde o período colonial, império e atual república teve sempre forte influência da chamada aristocracia do açúcar, formada no início pelos senhores de engenho até os atuais chamados usineiros que ainda possuem grande influência econômica e política em Alagoas. Alguns representantes importantes da política em nosso estado têm suas origens ligadas ao mundo do cultivo do açúcar em Alagoas.

O objetivo desse estudo e toda sua abordagem e análise histórica teve como foco investigar o processo da estrutura agroindustrial do polo açucareiro de Alagoas desde o seu começo quando ainda era simples engenhos banguês e também quando se transformaram em usinas. A economia alagoana teve seu início através da cultura da cana-de-açúcar.

Com a chamada modernização dos equipamentos dos engenhos no período imperial houve também um aumento do processo de produção do açúcar e com isso os engenhos tradicionais não conseguiram acompanhar esse ritmo produtivo com a chegada das primeiras usinas de açúcar. Mesmo assim os engenhos resistiram com sua força produtiva e com isso ainda desejavam continuar a produzindo, porém, não tinham capacidade de produção como as primeiras usinas construídas, deste modo, estavam cada vez mais perdendo espaço e força econômica, pois o açúcar produzido nos engenhos era considerado de baixa qualidade em relação as usinas.

A modernização das primeiras usinas de açúcar construídas mostrou que as atividades dos engenhos banguês eram ultrapassadas, e nesse caso, somente as terras dos engenhos tinham utilidades para as usinas e com isso a figura dos senhores de engenho tão forte e influente no período colonial e no império foram perdendo espaço para uma nova classe senhorial e política.

Logo após o início da República os chamados usineiros, que passaram anos desde a primeira usina instalada em Alagoas, ainda continuam exercendo forte influência política e econômica no nosso estado. Alguns deles expandiram seus domínios a outras áreas do nosso

país, construindo novas usinas fora do estado de Alagoas e também investindo em outros ramos de negócios empresariais através do dinheiro obtido do comércio de açúcar e álcool em terras alagoanas.

Grandes grupos empresariais do setor açucareiro em Alagoas, como por exemplo, Grupo Carlos Lyra, Grupo Toledo, entre outros, não se conformaram apenas em produzir açúcar e álcool em Alagoas, desta forma, decidiram expandir para outras regiões do nosso país os seus domínios a outros estados como São Paulo, Minas Gerais e outros estados que são exemplos dessa expansão.

Isso tem uma importância histórica importante pois mostra a continuidade da produção de uma riqueza que desde a chegada do colonizador português ao Brasil até os dias atuais continua a gerar renda e desenvolvimento nas cidades onde essas empresas estão instaladas.

Seja com os empregos diretos e indiretos ou com os impostos recolhidos (na esfera municipal, estadual ou federal), isso mostra a necessidade por parte dos governo estadual ou federal conceder incentivos fiscais e econômicos para que muitas dessas empresas que hoje se encontram em processo de falência consigam se reerguer novamente e com isso gerar emprego e renda para trabalhadores onde essas usinas ainda estão instaladas.

5. REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência Do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília, 1976.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombolas, Tradições e Cultura De Resistência**. São Paulo: Ed. Aori Comunicação, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel**. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1987.
- ASSIS, José Santino de; ALVES, Andreia Luiza; NASCIMENTO, Melchior Carlos do. **Atlas escolar Alagoas: espaço geo-histórico e cultural**. 2 ed. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2013.
- BASTOS, Humberto. **Assucar & algodão: ensaio histórico econômico**. 2. ed. Maceió: UFAL/ CESMAC, 2010.
- CARLI, Galeno de. **Açúcar Amargo**. Recife, Cia. Editora de Pernambuco, 1942.
- CARVALHO, Cicero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2016.
- COSTA, Márcio Jorge Porongaba. **Capital Inglês e Engenhos Centrais**. Maceió: EDUFAL, 1997.
- COSTA, Márcio Jorge Porongaba. A Economia Alagoana nas Décadas de 20 e 30. In AZEVEDO, João Ferreira de. **Documentário Das Comemorações Do Grêmio Literário Guimaraes Passos**. Maceió EDUFAL, 1979.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 1980/2012.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste: Documentário da Vida Rural**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2012.
- DUARTE, Abelardo. Notas Sobre as fortificações holandesas em Alagoas. **Rev. Inst. Hist. Geográfico de Alagoas**. Maceió, vol. 24, 1945/6.
- DURTE, Jorge Abelardo. Tribos, aldeias e missões de índios em Alagoas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, volume XXVIII, 1968.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **A civilização do açúcar** (séculos XVI ao XVII). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FREITAS, Décio. **República de Palmares**: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: EDUFAL, 2004.

GAZETA DE ALAGOAS. ASPLANA quer apoio do governo para reabrir usinas em Alagoas. Acervo Gazeta de Alagoas. 13/02/2021. Disponível em: <https://d.gazetadealagoas.com.br/rural/301510/asplana-quer-apoio-do-governo-para-reabrir-usinas-em-alagoas> Acesso em: 07 jun. 2022.

GONÇALVES, José Antônio. **Para a História Do Brasil Holandês**: a economia açucareira. 2004.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. **As formas de dominação e espaço social e modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero. Brasília/CNPQ/ 1989.

JORGE, Adriano. Notícias sobre os povos indígenas que estacionaram no território do Atual estado de Alagoas. In: COSTA, Craveiro; CABRAL, Torquato (Org). Indicador Geral do Estado de Alagoas. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2016.

LIMA, José Roberto Santos. **A atividade açucareira em Alagoas**. Maceió UFAL, Curso de História, 2008.

LIMA, José Roberto Santos. **Dos Engenhos Banguês as Usinas das Alagoas**. Maceió UFAL, Curso de História, 2020. (Texto inédito).

Lima, José Roberto Santos. **Dos Engenhos Banguês as Usinas das Alagoas**: uma reflexão histórica. Maceió UFAL, Curso de História, 2020 (Texto inédito).

LIMA, José Roberto Santos. **A escravidão africana**. Maceió UFAL, Curso de História, 1998.

LIMA, Araken Alves de. **A crise que vem do verde da cana**: uma interpretação da crise financeira do estado de Alagoas no período 1988/96. Maceió: EDUFAL, 1998.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX**. Maceió: EDUFAL, 2014.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Imprensa Universitária, 1975.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LIRA, Fernando José de. **Crise privilégio e pobreza**. Maceió: EDUFAL, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp. 2003.

LEITE, Paulo Moreira **A compra do Nordeste**. Veja Revista Semanal, Ed. 1572, São Paulo, SP, 11 nov. 1998. p.118/121.

LEITÃO, Cláudia. **Coleção Atlas do estudante afrodescendente**. São Paulo: Editora Didática Paulista, 2006.

LOUREIRO Osman. **Açúcar: notas e comentários**. Maceió: ASPLANA, 1970.

LOPES, José Sérgio Leite. **O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. 2º Edição Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1978.

MACEDO, Mauricio de. **Escurial da Açúcar**. Maceió: Editora Cataventos, 2004.

MELLO, José Antônio Gonçalves de.; DANTAS, Leonardo (Org.). **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. 2. edição. Recife, Cia Editora de Pernambuco: 2004.

MORAES, Sérgio Roberto Cavalcante de. **Pilar das Alagoas recanto das coisas boas**. Pilar. Prefeitura Municipal do Pilar. Magenta Gráfica e Editora. 2005.

MOURA, Clovis. **Os Quilombolas e a rebelião negra**. São Paulo Brasiliense 1987.

OLIVEIRA, Ricardo Augusto de; BARBOSA, Geraldo Veríssimo de Souza; DAROS, Edelclaiton (Orgs). **50 anos de variedades RB de cana-de-açúcar: 30 anos de RIDESA**. 199 p. 2021. Curitiba: UFPR. RIDESA, 2021. ISBN:978-65-994177-2-6.

QUINTAS, Fátima. (Org). **A civilização do açúcar**. Recife. Sebrae/Pe./ Fundação Gilberto Freire. 2007.

RODRIGUES Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandy Luciano Sanches. **A Trajetória da cana-de-açúcar no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2020. ISBN: 978-65-86084-00-9.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição a história do açúcar em Alagoas**. Recife Museu do Açúcar,1970.

SANTOS, Robson Williams Barbosa dos. Fragmentos da escravidão em Alagoas: escravos, sociedade na Villa do Real de São José Poxim -1774 a 1854. **Revista Cantareira** – Edição 27, jul.-dez., p. 57-66, 2017.

SANTOS, Robson Williams Barbosa dos. **Escravidão, sociedade e economia na Villa Real de São José do Poxim – 1774 a 1854**. 2019. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SANTOS. Decreto cria Parque Engenho São Jorge dos Erasmos com maior proteção ambiental. Portal G1. 30 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/decreto-cria-parque-engenho-sao-jorge-dos-erasmos-com-maior-protecao-ambiental.ghtml> Acesso em: 17 jan. 2022.

SILVA, Edson. **Os “Caboclos” que são Índios:** história e resistência indígena no Nordeste. Belém do São Francisco. In Revista Portal do São Francisco. 2004 n°03.

SILVA, João Paulo Nunes da; SILVA, Maria Regina Nunes da. Noções da cultura da cana-de-açúcar. 105 p. 2012. Caderno elaborado em parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG-Inhumas e a Universidade Federal de Santa Maria. Goiás, 2012.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmen Lúcia. **Caminhos do Açúcar:** engenhos e casas grandes das Alagoas. 2º Edição, Sebrae/AL, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto; CAMPOS, Rochana; PÉRICLES, Cícero. Municípios Alagoanos. 336 p. 2006. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006. ISBN: 85-99408-02.

WANDERLEY, Tércio. As Décadas de 20 e 30: Depoimento. In: AZEVEDO, João Ferreira.de. **Documentário das Comemorações do Grêmio Literário Guimarães Passos.** Maceió EDUFAL, 1979.